

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



LUÍS MANUEL PEREIRA FERREIRA

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXXI Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A SEGURANÇA
E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
O PARADIGMA DA CIDADE DO PORTO**

Orientador

PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA

Maio, 2019



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



LUÍS MANUEL PEREIRA FERREIRA

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXXI Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A SEGURANÇA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA O PARADIGMA DA CIDADE DO PORTO

Orientador

PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA

Maio, 2019



Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre
em Ciências Policiais (Curso de Formação de Oficiais de Polícia), sob
orientação científica do Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA.

*Aos meus pais,
Ao André e à Diana.*

AGRADECIMENTOS

À Polícia de Segurança Pública e ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna pela oportunidade concedida de integrar e concluir o Curso de Formação de Oficiais de Polícia.

Ao XXXI Curso de Formação de Oficiais de Polícia por todos os momentos ultrapassados ao longo destes cinco anos. Que os laços de camaradagem desenvolvidos desde 22 de setembro de 2014 perdurem para sempre.

Ao Superintendente-Chefe PAULO LUCAS, ao Comissário MARCO ALMEIDA, à Comissário JOANA REIS, ao Chefe RODRIGUES e à Procuradora-Adjunta SANDRA GIL pela colaboração demonstrada com esta dissertação.

Ao Comissário TIAGO MOREIRA, à Subcomissário MAGDA PEREIRA e ao Chefe CARLOS SOARES pela dedicação e pelos ensinamentos transmitidos ao longo do estágio.

Ao Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA por ter sido o meu orientador da dissertação de mestrado. A preocupação, o acompanhamento, o apoio, as palavras de incentivo, as correções e os conselhos demonstrados desde o primeiro dia são pedras basculares deste trabalho de investigação. Muito obrigado por ter percorrido este caminho ao meu lado.

Ao BASEAU por proporcionarem cinco anos repletos de boa disposição. A vós, agradeço-vos a amizade e a camaradagem. Que os nossos momentos e as nossas aventuras sejam eternas e que possamos continuar a contar com o apoio de todos.

Ao Alpendorada Futsal pela possibilidade que me foi dada de poder integrar esta magnífica equipa. Convosco aprendi muito e passei bons momentos dentro e fora de campo.

Aos meus amigos, e em especial aqueles que me acompanham desde a infância, quero deixar uma palavra de especial apreço: obrigado pela amizade e por todo o apoio.

Aos meus pais e aos meus irmãos pelo apoio incondicional demonstrado ao longo da minha vida. A vós, dedico-vos esta dissertação.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

A SEGURANÇA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – O PARADIGMA DA CIDADE DO PORTO

LUÍS MANUEL PEREIRA FERREIRA

A violência doméstica é um fenómeno universal e transnacional que, alicerçada nas consequências nefastas que encerra, nos impactos disruptivos e na elevada taxa de prevalência, se consubstancia num desafio acrescido para a segurança. As forças de segurança desempenham um papel preponderante na resposta ao flagelo da violência doméstica. No entanto, face à complexidade deste fenómeno urge a necessidade de uma intervenção multidisciplinar, articulada e concertada entre os vários setores da sociedade que possibilite uma atuação célere e eficaz de proteção das vítimas e de responsabilização dos agressores, garantindo uma maior e profícua operacionalização da segurança. O presente trabalho de investigação evidencia que é fundamental a especialização de recursos policiais e do sistema de justiça criminal na resposta à violência doméstica e, concomitantemente, demonstra que o programa “Um Passo Mais”, implementado na cidade do Porto, emerge no panorama securitário português como um modelo de resposta que deve ser replicado em outras cidades de Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança; Violência doméstica; Polícia de Segurança Pública; Porto; Programa “Um Passo Mais”.

RÉSUMÉ

LA SÉCURITÉ ET LA VIOLENCE DOMESTIQUE – LE PARADIGME DE LA VILLE DE PORTO

LUÍS MANUEL PEREIRA FERREIRA

La violence domestique est un phénomène universel et transnational qui, basée sur les conséquences néfastes que celle-ci renferme, sur les impacts disruptifs et sur le taux élevé de prévalence, apparaît comme un défi supplémentaire pour la sécurité. Les forces de sécurité jouent un rôle prépondérant dans la réponse à ce fléau de la violence domestique. Pourtant, face à la complexité de ce phénomène, l'intervention multidisciplinaire est urgente et nécessaire, articulée et concertée entre les divers secteurs de la société, ce qui rend possible une action rapide et efficace de la protection des victimes et de la responsabilisation des agresseurs, assurant une operacionalización de la sécurité. Le présent travail de recherche met en évidence que la spécialisation des ressources policières est fondamentale ainsi que celle du système de justice criminelle dans la réponse à la violence domestique et simultanément, démontre que le programme “Um Passo Mais” (Un Pas en Plus), implanté dans la ville de Porto, émerge dans le panorama portugais de la sécurité comme un modèle de réponse qui doit être reproduit dans les autres villes du Portugal.

MOTS-CLÉS: Sécurité; Violence domestique; Police de Sécurité Publique; Porto; Programme “Um Passo Mais”.

ABSTRACT

THE SECURITY AND THE DOMESTIC VIOLENCE – THE PARADIGM IN THE CITY OF OPORTO

LUÍS MANUEL PEREIRA FERREIRA

Domestic violence is a universal and transnational phenomenon that, based on its consequences, disruptive impact and high prevalence, is an added challenge to security. The police have a preponderant role in responding to the scourge of domestic violence. However, in view of the complexity of this phenomenon, a multidisciplinary, coordinated and concerted intervention is necessary among the various sectors of society, so that there is an effective protection of victims and accountability of aggressors, ensuring a better and more convenient operationalization of security. The present research shows that the specialization of police resources and the criminal justice system in response to domestic violence is essential. The study also shows that the program "Um Passo Mais", implemented in the city of Oporto, emerges in the Portuguese security landscape as a response model that must be replicated in other cities of Portugal.

KEYWORDS: Security, Domestic violence, Public Security Police; Porto, Program “Um Passo Mais”.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1P+	Programa “Um Passo Mais”
ABS	<i>Australian Bureau of Statistics</i>
ACUNS	<i>Academic Council on the United Nations System</i>
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CCC	Centro de Comando e Controlo
CEDAW	Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
COMETPOR	Comando Metropolitano do Porto
COST	<i>European Cooperation in Science and Technology</i>
CP	Código Penal
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
DIAP	Departamento de Investigação e Ação Penal
DIC	Divisão de Investigação Criminal
EEIV	Equipa Especial de Violência Doméstica
EIGE	Instituto Europeu para a Igualdade de Género
EUCPN	<i>European Crime Prevention Network</i>
FDUP	Faculdade de Direito da Universidade do Porto
FRA	Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia
GAIV	Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima
GNR	Guarda Nacional Republicana
HMIC	<i>Her Majesty’s Inspectorate of Constabulary</i>
INMLCF	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
MP	Ministério Público
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNCVD	Plano Nacional Contra a Violência Doméstica
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SGMAI	Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna

TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
UE	União Europeia
UN Women	<i>United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women</i>
V PNPCVDG	Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017

ÍNDICE DE FIGURA E GRÁFICOS

Figura 1	Mapa mundo sobre taxas de prevalência da violência sobre parceiros íntimos	30
Gráfico 1	Evolução do número de participações do crime de violência doméstica	39
Gráfico 2	Detenções efetuadas pelas Forças de Segurança	41
Gráfico 3	Condenações por crimes de violência doméstica	42
Gráfico 4	Número de femicídios	43
Gráfico 5	Homicídios voluntários consumados	43
Gráfico 6	Número de vítimas e de atendimentos COMETPOR	48
Gráfico 7	Evolução do número de participações do crime de violência doméstica na cidade do Porto	57
Gráfico 8	Evolução desagregada do crime de violência doméstica na cidade do Porto	58

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Criminalidade mais participada em Portugal	38
Tabela 2	Caracterização das vítimas relativamente ao género	40
Tabela 3	Caracterização dos denunciados relativamente ao género	40
Tabela 4	Resultado dos inquéritos de processos crime de violência doméstica	41
Tabela 5	Proveniência das vítimas GAIV	49
Tabela 6	Acompanhamentos pós-vitimação GAIV	49
Tabela 7	Encaminhamentos urgentes GAIV	50
Tabela 8	Número de detenções efetuadas pela EEIV	51
Tabela 9	Crime de violência doméstica na cidade do Porto	52
Tabela 10	Caracterização das vítimas na cidade do Porto	52
Tabela 11	Caracterização dos suspeitos na cidade do Porto	53
Tabela 12	Relação entre vítima e agressor na cidade do Porto	53
Tabela 13	Caracterização do crime de violência doméstica na cidade do Porto	54
Tabela 14	Caracterização da denúncia do crime de violência doméstica na cidade do Porto	56
Tabela 15	Evolução do número de participações do crime de violência doméstica 2013-2018	97
Tabela 16	Número de atendimentos efetuados pelo GAIV 2013-2018	99
Tabela 17	Proveniência das vítimas GAIV 2013-2018	100
Tabela 18	Número de atendimentos efetuados pelas subunidades policiais da cidade do Porto 2013-2018	101
Tabela 19	Acompanhamentos GAIV 2013-2018	102
Tabela 20	Encaminhamentos GAIV 2013-2018	102
Tabela 21	Aparelhos de teleassistência GAIV 2013-2019	103
Tabela 22	Carro Patrulha GAIV 2013-2018	103
Tabela 23	Atuação EEIV 2013-2018	105

ÍNDICE DE ANEXOS E APÊNDICE

Anexo I	Formas de violência associadas à violência doméstica	88
Anexo II	Fatores explicativos da violência doméstica	91
Anexo III	Motivações de (não) denúncia de vítimas de violência doméstica	94
Anexo IV	Dados estatísticos relativos à violência doméstica (2013-2018)	96
Anexo V	Dados estatísticos relativos à atuação do GAIV	98
Anexo VI	Dados estatísticos relativos à atuação da EEIV	104
Apêndice I	Entrevistas	106

ÍNDICE

Termo de Abertura.....	II
Dedicatória	III
Agradecimentos	IV
 Resumo	 V
Résumé	VI
Abstract	VII
 Lista de Siglas e Abreviaturas	 VIII
Índice de Figura e Gráficos	X
Índice de Tabelas	XI
Índice de Anexos e Apêndice	XII
 INTRODUÇÃO	 1
 OPÇÕES METODOLÓGICAS	 5
 CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
I.1. Abordagem à Conceção de Violência Doméstica	8
I.2. O Femicídio: Um Conceito em Construção	12
I.3. Da Necessidade de Uma Abordagem Multidisciplinar	15
I.4 A Atuação Policial Face à Violência Doméstica	17
 CAPÍTULO II: UM OLHAR SOBRE O PANORAMA MUNDIAL E NACIONAL	
II.1 Violência Doméstica: Uma Preocupação Universal	23
II.2. Um Fenómeno Transnacional	29
II.3. Evolução Legislativa em Portugal.....	32
II.3.1. Planos Nacionais e Estratégia Nacional	35
II.4. Um Desafio Interno e Securitário	38

CAPÍTULO III: PROGRAMA “UM PASSO MAIS” NA CIDADE DO PORTO

III.1. Objetivos, Organização e Estrutura	45
III.1.1. A Atuação das Unidades Especializadas de Polícia	46
III.2. Caracterização do Crime de Violência Doméstica	51
III.3. Impactos de Programa 1P+	57
III.4. A Replicação do Programa 1P+: Perspetivas e Desafios Futuros	61
 CONCLUSÃO	 66
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
Obras Gerais e Específicas	70
Legislação	78
Imprensa	80
Fontes Eletrónicas	81
Entrevistas	86
 ANEXOS E APÊNDICES	
Anexo I	88
Anexo II	91
Anexo III	94
Anexo IV	96
Anexo V	98
Anexo VI	104
 Apêndice I	 106

INTRODUÇÃO

A segurança e a violência doméstica são conceitos que se interrelacionam: se por um lado, derivado do seu impacto disruptivo, das consequências nefastas que encerra e da elevada taxa de prevalência, a violência doméstica se consubstancia num desafio para segurança; por outro lado, originário da evolução do referencial securitário, a segurança tende a incidir sobre desafios internos de cada Estado, tal como é exemplo o princípio da violência doméstica.

A segurança, elemento essencial para a harmonia da vida em sociedade, é um direito fundamental consagrado a todos os cidadãos e constitui o primeiro dos três fins do Estado, a par da justiça e do bem-estar. O conceito de segurança tem sofrido inúmeras alterações nos últimos tempos (ELIAS, 2014, p. 5). Em primeiro lugar, o objeto central da segurança deixou de ser a proteção da soberania dos Estados e as respetivas fronteiras. O principal marco desta alteração foi o surgimento do conceito de segurança humana, idealizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que veio redirecionar o foco da segurança, preconizando “a edificação de uma segurança baseada na ausência de necessidades, na ausência de medo e na ausência de obstáculos a uma vida digna” (GUERRA, 2015, p. 130). Nesta senda, a prioridade do discurso que se encontrava no estado soberano é transferida para a comunidade humana (FERREIRA, 2016, p.106). Em segundo lugar, o monopólio da segurança, que pertencia essencialmente ao Estado, deu lugar a um novo sistema de governação securitária. De acordo com EDUARDO PEREIRA CORREIA (2018, p. 140) “as novas conceções e exigências das conjeturas securitárias promovem a necessidade de formação de sinergias entre diversos atores ligados à segurança, garantindo uma maior e profícua operacionalização da Segurança”. Assim, reconhecida a incapacidade de o Estado lidar eficazmente com todos os problemas securitários de forma isolada, é-lhe exigida uma governação suportada em parcerias.

Por sua vez, a violência doméstica é um assunto de todos os tempos (ELIAS, 2006, p. 18) e uma temática que diariamente nos interpela. Contudo, o seu reconhecimento enquanto flagelo social e criminal é recente. Tradicionalmente, este fenómeno era enquadrado como normal e legítimo no seio familiar. Em oposição, hodiernamente, a violência doméstica é considerada um crime de extrema gravidade que constitui uma clara violação dos direitos humanos (GONÇALVES, 2015, p. 3). Na visão de ANTÓNIO HOMEM (2016, p. 17), “o problema da violência doméstica constitui uma chaga social no nosso país”, na medida em

que, esta tipologia de violência corresponde a uma cultura enraizada em alguns meios sociais e familiares, verificável através das altas taxas deste tipo de criminalidade. De facto, de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) relativo ao ano de 2018, o crime de violência doméstica, em termos globais, foi o crime contra as pessoas mais reportado a nível nacional e o segundo crime mais registado em Portugal, só ultrapassado pelo crime de furto (Sistema de Segurança Interna, 2019). Intimamente relacionado com este fenómeno, verifica-se uma maior consciencialização da sociedade, acompanhada de um enorme mediatismo que evidencia, sobretudo, a fatalidade e as repercussões que caracterizam esta problemática.

Sendo a violência doméstica um desafio para a segurança da comunidade, em geral, e sobretudo das vítimas, em particular, as forças de segurança detêm um papel essencial na intervenção relativamente a este fenómeno. Neste âmbito, a Polícia de Segurança Pública (PSP) dispõe de efetivo com responsabilidade específica nesta matéria¹ e de salas de atendimento à vítima nas esquadras, de modo a garantir a privacidade e o conforto da vítima. No entanto, a abordagem perante este flagelo não se pode cingir à atuação policial. A violência doméstica é um problema complexo e, como tal, urge a necessidade de diversos atores colaborarem numa intervenção multidisciplinar e complementarem a ação policial.

Neste sentido, na cidade do Porto, foi implementado em março de 2013, um modelo de resposta para intervir perante situações de violência doméstica: o programa “Um Passo Mais” (1P+). Promovido pela Procuradoria-Geral Distrital do Porto, através do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), em estreita colaboração com o Comando Metropolitano do Porto (COMETPOR), este programa conta com inúmeras parcerias. Tem como objetivos “prevenir a reincidência criminal, aumentar a proteção das vítimas, proporcionar a satisfação com os serviços prestados pelas entidades envolvidas, nomeadamente pela PSP e pelo Ministério Público (MP), incrementar o sentimento de segurança, e alcançar maior celeridade no desenvolvimento das diligências processuais” (QUINTAS e SOUSA, 2017: 7).

No que concerne à atuação policial, o COMETPOR implementou unidades especializadas de polícia em matéria de violência doméstica: o Gabinete de Atendimento e

¹ De acordo com os dados do RASI 2018, a PSP dispôs de 554 polícias (461 homens e 93 mulheres) com responsabilidade específica no âmbito da violência doméstica: 458 polícias (389 homens e 69 mulheres) estiveram afetos em exclusividade às Equipas de Proximidade de Apoio à Vítima, distribuídos pelos diversos Comandos da PSP e 96 polícias (72 homens e 24 mulheres) estiveram afetos às Esquipes Especiais de Violência Doméstica, na vertente de investigação criminal (SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA, 2019).

Informação à Vítima (GAIV) e uma Equipa Especial de Violência Doméstica (EEIV), destinada à investigação de crimes de violência doméstica.

Com a presente investigação, pretendemos analisar o modelo de atuação relativamente ao fenómeno da violência doméstica existente na cidade do Porto, com o intuito de aferir a pertinência de uma abordagem especializada e multidisciplinar, bem como a viabilidade de replicar o programa 1P+ em outras cidades de Portugal.

Tendo este objetivo de investigação, naturalmente surgem outras questões que pretendemos ver respondidas ao longo do presente trabalho de investigação. Primeiramente, é necessário abordar, conceptualizar e caracterizar o fenómeno da violência doméstica. Por outro lado, pretendemos analisar de que forma a violência doméstica se pode constituir como um dos desafios à segurança, bem como enumerar os impactos despoletados pela intervenção das forças de segurança em cenários de violência doméstica. Em terceiro lugar, pretendemos também realçar a universalidade e a transnacionalidade inerente ao flagelo da violência doméstica. Por fim, consideramos relevante analisar o modo como está organizada a cidade do Porto para lidar com o flagelo da violência doméstica, dissecando a atuação das estruturas especializadas de polícias nesta matéria e compreender quais os impactos inerentes à implementação do programa 1P+.

Face a este desiderato, no primeiro capítulo efetuaremos a contextualização teórica acerca da violência doméstica e do fenómeno que lhe está intimamente relacionado e que se impera enquanto pedra basilar da sua conceção, o femicídio. Concomitantemente, objetiva-se descrever a necessidade de se adotar uma abordagem multidisciplinar. Focando o escopo na intervenção policial, pretendemos ainda identificar os principais impactos desencadeados pela atuação das forças de segurança no âmbito de situações de violência doméstica.

No segundo capítulo, procederemos a uma análise estatístico-legislativa do panorama nacional e internacional relativamente à violência doméstica. Numa vertente legislativa, pretendemos verificar de que forma as instituições internacionais e o próprio Estado português têm concebido e implementado políticas, mecanismos e estratégias que visam a prevenção e o combate à violência doméstica. Numa vertente teórica e estatística, procuramos demonstrar as proporções que o flagelo da violência doméstica assume no âmbito internacional e nacional.

No terceiro capítulo, analisaremos o programa 1P+, destacando a atuação das unidades especializadas de polícia em matéria de violência doméstica e caracterizando esta tipologia criminal na cidade do Porto. O objetivo deste capítulo prende-se com a necessidade de identificar os principais impactos do programa 1P+. É nosso intuito aferir se o programa

1P+ se consubstancia num modelo de atuação a ser replicado em outras cidades do Portugal, como forma de melhorar a intervenção policial perante situações de violência doméstica.

Em suma, com esta investigação procuramos clarificar o panorama securitário da cidade do Porto, nomeadamente analisando um fenómeno atual e complexo como a violência doméstica, contribuindo para a evolução de modelos de atuação mais céleres e eficazes relativamente à atuação perante situações relacionadas com este flagelo criminal.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

A presente dissertação de mestrado intitulada “*A Segurança e a Violência Doméstica – O Paradigma da Cidade do Porto*” surge de acordo com uma investigação que segue o método científico, composto por diversos instrumentos. Na opinião de PAULA ESPÍRITO SANTO (2010, p. 11), o método compreende “um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios, resultados esperados da mesma e contexto de implementação”.

Nesta pesquisa torna-se necessário realçar que o seu desenvolvimento teve como fundação a área das Ciências Policiais, base científica para a qual esta dissertação pretende constituir um conhecimento válido e pertinente. Face ao objeto de estudo desta investigação, optámos por uma investigação de carácter descritivo, tendo por base um estudo de caso e com recurso ao método qualitativo, no qual a análise documental e a observação tornam-se essenciais, enquanto métodos de recolha de dados (CALADO e FERREIRA, 2014). O estudo descritivo, na perspetiva de MARIA SARMENTO (2013), assenta em descrever fenómenos e identificar variáveis, estando sempre apoiado na recolha e análise de bibliografia e documentação. Por sua vez, o caso de estudo é utilizado quando a investigação se dedica à análise de um “fenómeno contemporâneo inserido no seu contexto de vida real” (YIN, 1994, p. 13).

Numa primeira fase deste trabalho procedemos à pesquisa, recolha e revisão da literatura relativa à temática apresentada. Esta fase é, segundo QUIVY e CAMPENHOUDT (2005), denominada de rutura, que se caracteriza sobretudo pelo rompimento “com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas”. De acordo com ÉMILE DURKHEIM (2010, p. 64), todos os conceitos que pertencem ao domínio do vulgar não podem exercer a sua influência no decurso de investigação, devendo para isso ser colocados de parte. Assim, aquando do início de uma investigação, torna-se necessário operacionalizar a fase de rutura de forma a eliminar, desde logo, interpretações pré-concebidas que possam enviesar a investigação.

Numa segunda fase, pretendemos complementar esta recolha bibliográfica com o método inquisitivo através da aplicação de entrevistas. Segundo MARIA SARMENTO (2013), a entrevista permite obter um conjunto de informações através de discursos individuais, que se tornam cruciais para a recolha de dados descritivos, permitindo observar e consolidar determinadas conclusões. Sobre as entrevistas, QUIVY e CAMPENHOUDT (2005) consideram

as mesmas como “processos que permitem aos investigadores retirar (...) informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados”. O objetivo das entrevistas delineadas concentra-se na auscultação da opinião das personalidades em posição relevante na matéria em estudo, permitindo retirar informação e elementos de reflexão muito ricos e variados (POCINHO, 2012). A este propósito, foram efetuadas entrevistas a quatro personalidades ligadas à PSP e a uma personalidade ligada ao DIAP do Porto. A escolha dos entrevistados fundamentou-se no facto de serem figuras distintas com uma posição profissional de relevo na área da segurança, em geral, e na resposta relativa ao fenómeno da violência doméstica, em particular.

Destaque-se a relevância da pesquisa bibliográfica e da análise documental para esta investigação, a par da importância das entrevistas. A complementaridade destes instrumentos científicos permite o enriquecimento da investigação proporcionado rigor, valoração e experiência.

Concomitantemente, impõe-se a definição da pergunta de partida, sendo que é sobre este instrumento que assenta a investigação que se pretende desenvolver. Deste modo, e em consonância com RAYMOND QUIVY e LUC VAN CAMPENHOUDT (2005), “uma boa pergunta de partida deve poder ser tratada. Isto significa que se deve poder trabalhar eficazmente a partir dela e, em particular, deve ser possível fornecer elementos para lhe responder”. No âmbito da presente investigação, formulou-se a seguinte pergunta de partida: o programa “Um Passo Mais”, implementado na cidade do Porto, deverá ser replicado em outras cidades de Portugal?

A formulação desta questão desdobra-se em perguntas derivadas que, por sua vez, ajudam a idealizar e estruturar o estudo que se pretende realizar. Estas questões auxiliam na definição de três grandes eixos que, por sua vez, representam a espinha dorsal da investigação. No primeiro eixo pretende-se ver respondidas as questões relativas à definição do conceito de violência doméstica e de fenómenos que lhe estão subjacentemente interrelacionados, bem como identificar os efeitos despoletados pela intervenção policial perante cenários de violência doméstica. No segundo eixo problemático, materializado pelo correspondente capítulo da tese, pretende-se compreender a magnitude do fenómeno da violência doméstica, bem como evidenciar a preocupação demonstrada pelas instituições internacionais e pelo Estado português relativamente a este fenómeno. Num terceiro e último eixo problemático, impõe-se a necessidade de contextualizar o paradigma da cidade do Porto, de forma a identificar os impactos decorrentes do programa 1P+ e aferir a necessidade de uma abordagem especializada e multidisciplinar. Além do estabelecimento desta

problemática, pretendemos compreender a viabilidade da implementação de modelos de resposta semelhantes ao programa 1P+ em outras cidades de Portugal.

Além da formulação da pergunta de partida e respetivas questões derivadas, a formulação de hipóteses a serem testadas afigura-se como um ponto metodológico relevante. No presente estudo objetivamos averiguar se a violência doméstica se consubstancia num flagelo transnacional. Paralelamente, pretende-se testar se o fenómeno da violência doméstica carece de uma intervenção especializada e multidisciplinar. Além destas hipóteses, é nosso intuito analisar se o programa 1P+ despoletou impactos positivos na cidade do Porto. Por último, testaremos se o programa 1P+ se consubstancia num modelo de resposta à violência doméstica que deva ser replicado em outras cidades de Portugal.

No que diz respeito às opções ortográficas, a presente dissertação adota o novo acordo ortográfico, vigente desde 2009 e firmado pelo Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa². Porém, note-se que as citações publicadas por outros autores respeitam as opções ortográficas diferentes, em virtude de terem sido escritas em momento prévio em relação à entrada em vigor do referido acordo. No que concerne às citações de obras redigidas em língua estrangeira, foram efetuadas as respetivas traduções, sendo da nossa inteira responsabilidade. Todavia, determinados conceitos foram, propositadamente, incluídos na investigação na sua forma original em virtude de a respetiva tradução não se afigurar como correta ou apropriada.

Por último, destacamos que a inclusão de figuras, tabelas e gráficos, bem como de anexos e apêndices, seguiu o intuito de disponibilizar informação adicional e de carácter complementar às temáticas investigadas. Todos estes recursos estão devidamente referenciados bem como apresentam formalmente as fontes relativas à obtenção dos dados.

² A este propósito *vide* RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 35/2008, de 29 de junho.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I. 1. ABORDAGEM À CONCEÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica representa atualmente uma questão complexa e com inúmeras implicações sociais e securitárias. Decorrente do impacto disruptivo e das consequências nefastas que encerra, esta temática tem-se assumido como uma das principais problemáticas da sociedade, suscitando uma crescente atenção política, mediática e social na promoção dos valores e direitos fundamentais à vivência humana.

A violência no seio da família não é um fenómeno recente, sendo conhecidos relatos de práticas conjugais violentas desde que praticamente se conhecem registos da civilização humana (GOUVEIA, 2017, p. 17). No entanto, o seu reconhecimento enquanto transgressão do sistema de normas e de valores é relativamente recente. Numa pesquisa realizada em 1971 ao índice do *Journal of Marriage and the Family*, JOHN O'BRIEN constatou que entre 1939 e 1969 a palavra “violência” não se encontrava em nenhum dos títulos do referido jornal (O'BRIEN, 1971, p. 692). De facto, o primeiro estudo sistemático sobre o fenómeno da violência doméstica, intitulado de *The Violent Home*, foi publicado por RICHARD GELLES em 1974. Esta obra aborda questões relacionadas com a prevalência e com as causas da violência doméstica (HINES, 2009, p. 115). Os primeiros ensaios relacionados com esta problemática versavam sobre três questões fundamentais: fazer uma estimativa do número de casos existentes; identificar os fatores associados aos vários tipos de violência existente no lar; e desenvolver modelos teóricos das causas da violência na família (GELLES, 1980, p. 876).

Até aos anos 70 do século XX, a violência ocorrida no seio familiar era vista como um problema individual e privado que deveria ser resolvido dentro de quatro paredes. No entanto, hodiernamente, esta problemática é reconhecida como um problema social, criminal, transversal e heterogéneo, com implicações complexas para as vítimas e para as pessoas que a rodeiam, bem como para a comunidade, o sistema de saúde, os serviços sociais e judiciais (MATOS e MACHADO, 2018, p. 189).

A noção de violência doméstica apresenta múltiplos sinónimos, uma vez que é estudada sob diversos pontos de vista. Se por um lado alguns autores abordam a violência doméstica como uma problemática que pode abranger todos os membros de uma família, quer estes coabitem ou não, por outro lado, alguns autores estudam esta temática a partir de uma das várias formas existentes de violência doméstica, como por exemplo a violência contra mulheres, crianças ou idosos (DIAS, 2010). Contudo, verifica-se que “vem sendo corrente a orientação de considerar apenas ou predominantemente a problemática específica das mulheres vítimas de violência doméstica, muito embora sejam diversos os grupos específicos que são vítimas de violência doméstica: mulheres, crianças, idosos, deficientes e dependentes” (ANTUNES, 2002, p. 45). Na mesma linha de pensamento, NUNO POIARES (2016, p. 164) afirma que “se verifica, com excessiva frequência e sobreposição, a associação da abordagem da violência doméstica às agressões dirigidas às mulheres”. Esta ideia generalizada de que a violência doméstica apenas remete para casos de violência dos homens sobre as mulheres acaba por condicionar e tornar redutor o conceito de violência doméstica.

Neste sentido, importa ressaltar a destrição entre três conceitos distintos: a violência sobre as mulheres, a violência entre parceiros íntimos e a violência doméstica.

De uma forma sumária, a violência sobre as mulheres corresponde a “todos os atos de violência que tenham ou possam ter como resultado o dano ou sofrimento (físico, sexual ou psicológico) da mulher, ou a sua morte, incluindo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação de liberdade, realizado na esfera pública ou privada” (MANITA *et al.*, 2009, p. 10). Esta problemática assume diversas formas, tais como: “a violência física, emocional e psicológica, social e económica, sexual; a violação e o tráfico de mulheres e raparigas; a prostituição forçada; a violência em situações de conflito armado; os homicídios por motivos de honra; o infanticídio feminino; a mutilação genital feminina e outras práticas e tradições prejudiciais para as mulheres, que configuram situações de abuso ou maus tratos” (CIG, 2016, p. 21). A violência sobre as mulheres corresponde então a todas as formas de violência exercidas sobre uma vítima que é do sexo feminino.

O conceito de violência entre parceiros íntimos designa “a violência física, sexual, psicológica e emocional, a par da perseguição, bem como todo e qualquer ato de coação exercido por um parceiro íntimo, atual ou anterior (*e.g.* cônjuge ou ex-cônjuge de direito ou de facto, namorado ou ex-namorado, parceiro sexual em curso)” (DIAS, 2018, p. 1). Os

parceiros íntimos detêm uma “relação estreita e pessoal”³ (*op. cit*) e podem, ou não, coabitar e ser do sexo oposto ou do mesmo sexo (BREIDING *et al.*, 2015, p. 11). Este conceito reconhece que a violência entre parceiros íntimos é recíproca entre homens e mulheres (COSTA *et al.*, 2015, p. 475).

Por sua vez, a violência doméstica deve ser entendida e conceptualizada como “qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheiro/a, namorado/a ou ex-namorado/a, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga; ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade” (APAV, 2010, p. 11). Assim, a violência doméstica não se refere somente à violência praticada por homens, maridos, companheiros ou namorados, contra as mulheres, esposas, companheiras ou namoradas, nem se restringe apenas a situações de violência ocorrida em ambiente conjugal.

De acordo com MARLENE MATOS e ANDREIA MACHADO (2018, p. 189) o foco da investigação e da atenção pública da violência doméstica centrou-se na violência contra as mulheres, “negligenciando outros contextos relacionais e outras dimensões igualmente importantes, tais como os casos de violência na intimidade mútua ou bidirecional e, ainda, a violência cometida contra os homens”. Neste sentido e na linha de pensamento de DAVID FERGUSON *et al.* (2005, p. 1116), a abordagem a esta problemática deve-se distanciar da perspetiva comum de que esta é apenas uma questão de género, ou seja, que os agressores são do sexo masculino e as vítimas do sexo feminino. Por outro lado, a violência doméstica é um fenómeno transversal a todo o tipo de relações familiares, que não se encontra limitado à violência entre parceiros íntimos. Desta forma, o conceito de violência doméstica integra a violência que ocorre no seio da família e não descarta o carácter intergeracional nem a violência perpetrada pelas mulheres sobre os homens ou por pessoas do mesmo sexo.

A violência doméstica é um fenómeno transversal a todas as culturas, sociedades e classes (CIG, 2016, p. 35), independentemente da idade, sexo, etnia, orientação sexual, classe social ou localização geográfica (RICHARDS *et al.*, 2008). O estereótipo de que a violência doméstica era um problema dos pobres, dos doentes mentais e das sociedades

³ De acordo com Isabel Dias (2018, p. 1), a relação estreita e pessoal dos parceiros íntimos é caracterizada por uma forte ligação emocional, pelo contacto regular e físico, pelo comportamento sexual, pela familiaridade, conhecimento da vida do outro e pela identidade enquanto casal.

desviantes começou a desvanecer (HINES, 2009, p. 116) e rapidamente se tornou numa grande preocupação mundial para os governos e para a população em geral.

Esta problemática é exercida sob múltiplas formas e tende a aumentar em frequência, intensidade e gravidade dos atos perpetrados (CIG, 2016, p. 37; MANITA *et al.*, 2009, p. 16). Associado às práticas de violência doméstica encontram-se variadas formas de violência, nomeadamente a violência física, psicológica, social, económica e sexual⁴.

A violência doméstica pode conjugar múltiplas formas de expressão. Isto significa que um agressor pode fazer uso de diferentes formas de violência, e, por sua vez, esta conjugação leva a que a vitimização experienciada seja mais severa (BREIDING *et al.*, 2015, p. 96; DIAS, 2010). Relacionado com esta problemática, CHRISTOPHER KREBS *et al.*, (2011, p. 495) afirmam que existe uma forte relação entre a violência psicológica e a física, na medida em que a primeira prediz, de certa forma, o início da segunda. Segundo estes autores, quando as agressões psicológicas aumentam, a probabilidade de existir agressão física é maior.

No que concerne às causas da violência doméstica, é de ressaltar que um grande número de estudos está de acordo no que diz respeito ao reconhecimento de que as causas deste fenómeno são multifatoriais e de que a coexistência de alguns fatores pode tornar mais provável a ocorrência de situações de abuso (CIG, 2016, p. 27). Com efeito, a generalidade dos casos de violência doméstica são explicados por uma conjugação de fatores e não por um único fator explicativo. Neste seguimento, elenca-se os fatores explicativos responsáveis pelas situações de violência doméstica: desigualdade e abuso de poder, tensões e pressões socioeconómicas, acontecimentos de vida adversos, privação social (isolamento), tensões e pressões sobre os cuidadores, aprendizagem da violência, aprendizagem da sujeição à violência, perturbações da personalidade, comportamentos aditivos, desordens bio neuronais e doenças mentais⁵.

A violência doméstica acarreta inúmeras consequências nas vítimas. Segundo TERESA MAGALHÃES (2010, p. 97), estes efeitos correspondem a indicadores psicológicos, físicos, sexuais e económicos que se podem manifestar a curto ou a médio prazo. Segundo a autora, as consequências a curto prazo correspondem a lesões corporais, tais como equimoses, escoriações, hematomas, feridas diversas, queimaduras e, nos casos mais graves a fraturas ósseas, lesões dentárias, oftálmicas e das vísceras torácicas e/ou abdominais. Por

⁴ Para uma melhor compreensão acerca das várias formas de violência associadas à violência doméstica, *vide* ANEXO I.

⁵ Sobre os fatores explicativos, consulte-se o ANEXO II.

outro lado, a médio prazo, a vítima sofre de alterações dos padrões de sono e perturbações alimentares, sentimentos de medo, vergonha e/ou culpa, baixa autoestima, vulnerabilidade, passividade, isolamento social e ideação suicida. A médio prazo podem ainda desenvolver-se lesões mais estruturadas, tais como alterações da imagem corporal e disfunções sexuais, perturbações cognitivas ao nível da memória, da concentração e da atenção, onde se inclui distorções cognitivas, distúrbios de ansiedade, hipervigilância, fobias, crises de pânico, depressão e perturbação de stress pós-traumático (MAGALHÃES, 2010, p. 97). Tendo em consideração a vertente psicológica, ZÉLIA BARROSO (2007, p. 10) elenca o medo, a ansiedade, a depressão, o pânico, o desespero e a baixa autoestima como as consequências psicológicas mais observadas nas vítimas de violência doméstica. Portanto, os casos de violência doméstica podem resultar numa diversidade de consequências para as vítimas e, no limite, as situações de violência no seio familiar podem culminar na morte da vítima.

O fenómeno da violência doméstica, constantemente confundido com violência exercida sobre as mulheres ou com violência entre parceiros íntimos, constitui uma das mais graves violações do direito à vida, segurança, liberdade, dignidade e integridade física e mental das vítimas (LISBOA *et al.*, 2009). Estamos perante uma problemática bastante complexa que apresenta várias tipologias de violências, diversas causas e inúmeras consequências.

I. 2. O FEMICÍDIO: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Intimamente relacionado com a violência doméstica surge o femicídio⁶. Este conceito é utilizado desde o início do século XIX para descrever os assassinatos de mulheres⁷. Apesar de já ser um termo conhecido no panorama anglo-saxónico, em 1976, ao proferir em público o conceito de femicídio no decorrer de um depoimento perante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres em Bruxelas, DIANA RUSSEL atribuiu-lhe especial significado político, pretendendo produzir mudanças na ordem social que legitimava e tolerava a morte das mulheres (CORRADI *et al.*, 2016, p. 2).

Inicialmente, o femicídio foi definido por DIANA RUSSEL e JANE CAPUTI, em 1990, como “o assassinato de mulheres por homens motivado por ódio, desprezo, prazer ou um

⁶ Os termos femicídio e feminicídio, apesar da discrepância ortográfica, são palavras sinónimas e os seus conceitos são concetualizados como equivalentes.

⁷ Cfr. a obra *The confessions of an unexecuted femicide*, apresentada em 1827 por ROBERT MACNISH.

senso de propriedade das mulheres” (RUSSEL, 2008, p. 27). Posteriormente, este fenómeno foi descrito como “o assassinato misógino de mulheres por homens” (RADFORD, 1992, p. 3). Já no século XX, ROBERTA HARMES e DIANA RUSSEL identificaram o femicídio como “o assassinato das mulheres perpetuada pelos homens pelo simples facto de serem mulheres” (RUSSEL, 2008, p. 27). Assim, a definição deste conceito foi expandida da perspetiva dos assassinatos misóginos para todas as formas de assassinatos baseados no género.

Inspirada pelos trabalhos de DIANA RUSSEL e JILL RADFORD (1992), MARCELA LAGARDE conceptualizou o termo feminicídio. Este conceito surgiu da tradução do termo *femicide* com o intuito de descrever e fornecer um quadro teórico relativamente ao aumento dramático dos homicídios de jovens mulheres na Cidade de Juárez, México. A ativista mexicana MARCELA LAGARDE (2008, p. 235) afirma que o feminicídio se consuma porque existe uma falha estrutural nas autoridades do Estado em prevenir, proteger e garantir a vida das mulheres e em punir e processar os agressores.

Nos últimos anos, esta temática tem sido estudada por diversas organizações internacionais, das quais se destacam a *Academic Council on the United Nations System* (ACUNS) e a *European Cooperation in Science and Technology* (COST). É de ressaltar que as publicações da ACUNS se referem diretamente ao femicídio (*e.g.* LAURENT *et al.*, 2013; DIMITRIJEVIC *et al.*, 2015; DOMAZETOSKA *et al.*, 2014), enquanto os autores associados à COST fazem a diferenciação entre femicídio, aludindo ao seu conceito genérico (*e.g.* WEIL *et al.*, 2018), e femicídio entre parceiros íntimos (*e.g.* CORRADI e STÖCKL, 2014).

Também a Organização Mundial de Saúde (OMS) refletiu sobre esta temática. Neste sentido, definiu o femicídio como o assassinato intencional de mulheres por serem mulheres, distinguindo este fenómeno em quatro tipos (OMS, 2012a, pp. 1-4):

1. *Intimate femicide* ou *intimate partner homicide* - refere-se às situações em que o femicídio é perpetuado pelo atual ou anterior parceiro ou namorado;
2. *Honour killings* – quando uma mulher é assassinada por um membro da família (homem ou mulher) devido a transgressões sexuais ou comportamentais, reais ou presumidas, onde se inclui o adultério, relações sexuais e/ou gravidez fora do casamento ou por ter sido violada. Esta tipologia de femicídio é encarada, diversas vezes, como uma forma de proteger a reputação da família, de seguir a tradição ou de aderir a demandas religiosas erroneamente interpretadas;

3. *Dowry-related femicide* – forma de assassinato de mulheres associada a práticas culturais relacionada com o dote. Geralmente, envolve mulheres recém-casadas que são assassinadas pelo marido ou pelo sogro por questões motivadas pelo dote, como por exemplo, levar dotes insuficientes para a família;
4. *Non-intimate femicide* – referente a situações em que o femicídio é cometido por alguém que não possui uma relação de intimidade com a vítima.

Simultaneamente, a ONU classificou o femicídio em várias tipologias: *Intimate femicide*; assassinatos resultantes de acusações de feitiçaria; *honour killings*; assassinatos em contexto de conflito armado; *dowry-related femicide*; assassinatos de mulheres aborígenes e indígenas; assassinatos de mulheres com recurso a violência extrema; assassinatos como resultado da orientação ou identidade sexual; e outras formas de assassinato de mulheres e raparigas (GENERAL ASSEMBLY UNITED NATIONS, 2012). Por seu turno, com base no estipulado pela ONU, a Declaração de Viena sobre o Femicídio, publicada em novembro de 2012, propõe a seguinte definição de femicídio:

“assassinato de mulheres e raparigas baseados no género, que pode assumir os seguintes formatos, *inter alia*: 1) o assassinato de uma mulher como resultado da violência entre parceiros íntimos; 2) tortura e o assassinato misógino de mulheres; 3) assassinato de mulheres e raparigas em nome da honra; 4) assassinato de mulheres e raparigas em contexto de conflitos armados; 5) *dowry-related killings of women*; 6) assassinato de mulheres e raparigas devido à orientação sexual e identidade de género; 7) assassinato de mulheres e raparigas aborígenes e indígenas devido ao seu género; 8) infanticídio feminino e feticídio por seleção baseada no género; 9) femicídio relacionado com mutilação genital; 10) acusações de feitiçaria; e 11) outras tipologias de femicídio relacionada com gangues, crime organizado, tráfico de droga, tráfico de seres humanos e proliferação de pequenas armas” (LAURENT *et al*, 2013, p. 4).

Em 2017, o Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) avançou com duas definições relativas ao femicídio. A primeira tem por base a definição elencada anteriormente resultante da Declaração de Viena sobre o Femicídio e a segunda destina-se a

um fim estatístico, pelo que limitou o conceito de femicídio às situações ocorridas nas relações íntimas e às mortes das mulheres como resultado de práticas que lhes são nocivas⁸.

Associado a uma questão de género, a noção de femicídio, introduzida pelos movimentos femininos, visa desafiar a violência exercida sobre as mulheres (GRZYB *et al.*, 2018, p. 21). Recentemente, diversos romances, programas de televisão, notícias dos órgãos de comunicação social e peças de teatro têm incidido sobre a temática do femicídio, o que tem resultado numa maior sensibilidade por parte da sociedade sobre este assunto (WEIL, 2016, p. 2). Por outro lado, com a conceção do termo femicídio/feminicídio objetiva-se a criação de um conceito alternativo ao homicídio, distanciando-se, assim, de uma conceção neutra relativamente ao género e que negligencia as realidades da desigualdade, opressão e violência sistemática contra as mulheres. Desta forma, enfatiza-se o assassinato das mulheres perpetrado pelos homens baseado nas questões de género.

I. 3. DA NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

A resposta ao fenómeno da violência doméstica não se deve cingir à atuação de uma única instituição ou entidade. De acordo com ROSA LOGAR (2006, p. 4) qualquer intervenção isolada nesta área é ineficaz. Por outro lado, na linha de pensamento de ADAM CRAWFORD (1998, p. 170), a resposta perante um fenómeno multifacetado com causas distintas deve apresentar um cariz setorial. Assim, a realidade complexa do flagelo de violência doméstica carece de uma atuação que englobe vários setores da sociedade enquanto modelo de intervenção e resposta.

Esta tipologia de intervenção deve ser percecionada como uma estratégia que visa incrementar a quantidade e a qualidade dos serviços prestados, adequando as respostas à problemática da violência doméstica (LOGAR, 2006, p. 53). Neste sentido, através de uma abordagem multisetorial e devidamente coordenada, deve-se procurar atingir os seguintes objetivos (ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA, 2013, p. 84):

⁸ A definição genérica de femicídio aponta para o “assassinato de mulheres e raparigas tendo por base o seu género, perpetrado ou tolerado por atores públicos e privados. Abrange, *inter alia*, o assassinato de mulheres como resultado da violência entre parceiros íntimos, a tortura e o assassinato misógino de mulheres, o assassinato de mulheres e raparigas em nome da honra, o assassinato de mulheres e raparigas em contexto de conflitos armados e os casos de femicídio relacionados com gangues, crime organizado e tráfico de drogas e de seres humanos” (EIGE, 2017, p. 17). Na definição de femicídio desenvolvida com propósito estatístico, “o assassinato de mulheres por parceiro íntimo e a morte de mulheres como resultado de práticas que lhes são nocivas. O parceiro íntimo é entendido como o parceiro atual ou anterior da vítima, independentemente de coabitarem na mesma residência” (EIGE, 2017, p. 23).

- Reconhecer a complexidade da problemática e as suas consequências, procurando produzir mudança social e contribuir para a sua prevenção;
- Aumentar a eficácia do sistema de suporte, procurando aumentar a segurança e proteção das vítimas e indo ao encontro das suas reais necessidades;
- Implementar modelos de atuação, numa perspetiva de defesa de direitos humanos;
- Minimizar a revitimação através da implementação de modelos integrados de intervenção, com procedimentos de partilha de informação e de encaminhamento;
- Aumentar o *empowerment* das vítimas, promovendo o seu acesso a recursos e mobilizando um conjunto de respostas que procuram garantir o gozo efetivo dos seus direitos;
- Aumentar a responsabilização do agressor, assegurando que seja criminalmente penalizado e incentivando o envolvimento dos diversos recursos da comunidade na contenção dos seus comportamentos de violência.

Tendo presente este desiderato, é necessário envolver e articular as instituições públicas competentes neste âmbito com as mais diversas entidades e serviços existentes na comunidade ao nível local⁹. Segundo SHEPARD *et al.* (2002) a probabilidade de se atingirem resultados positivos é maior quando existe uma resposta coordenada da comunidade, onde o sistema de justiça, a polícia, os serviços de saúde e outras organizações de cariz voluntário cooperem entre si com o intuito de proteger as vítimas e responsabilizar os agressores. Paralelamente, as próprias vítimas e as suas respetivas famílias devem colaborar com as instituições envolvidas (MAGALHÃES, 2018, p. 77), uma vez que possuem um papel importante e central na proteção da vítima.

A implementação de abordagens multidisciplinares relativamente ao fenómeno da violência doméstica é um aspeto defendido por diversos autores. Nesta senda, ALAN CLARKE e SARAH WYDALL (2013, p. 393) reconhecem que a violência doméstica detém uma natureza complexa que necessita de uma abordagem sofisticada que integre diversas instituições e entidades. Estes autores referem ainda que uma política abrangente de resposta a esta problemática deve incidir sobre as necessidades das vítimas e sobre os comportamentos dos agressores. Na mesma linha de pensamento, TERESA MAGALHÃES (2018, p. 78) classifica

⁹ De acordo com ROSA LOGAR (2006, p. 56) as abordagens multidisciplinares têm uma maior eficiência a um nível local.

como obrigatória a intervenção multidisciplinar perante qualquer situação de violência doméstica. Com efeito, a autora elenca que “só uma articulação adequada poderá permitir uma colaboração efetiva na proteção da vítima (diagnóstico da situação, orientação do caso, prevenção da revitimação e promoção de evidências) e na investigação criminal (denúncia do caso e preservação de evidências), bem como evitar a vitimação secundária (garantindo abordagens corretas e sem repetições desnecessárias)”. Por seu turno, SOFIA NEVES e ELISABETE BRASIL (2018, p. 182), ao afirmarem que “deve emergir o paradigma de que as respostas existentes estejam técnicas e pessoalmente disponíveis, de que sejam multidisciplinares, céleres, especializadas e contínuas”, exaltam também a necessidade de se adotarem abordagens coordenadas e articuladas.

A conceção e implementação de intervenções multidisciplinares não se tornam automaticamente eficazes, podendo, inclusivamente, em alguns casos, não passar de uma “iniciativa de boa vontade” atingindo, para os efeitos pretendidos, poucos ou até nenhuns resultados práticos (LOGAR, 2006, p. 54). No entanto, é necessário salientar que, no limite, “a qualidade da resposta adotada pelos vários serviços da comunidade envolvidos pode significar a diferença entre a vida ou a morte da vítima” (ALLEN, 2006, p. 65).

Concluindo, é reconhecido que não se pode lidar eficazmente com o fenómeno de violência doméstica de forma isolada. Neste sentido, e a natureza complexa e multifatorial desta problemática assim o exige, urge a necessidade de se implementarem modelos de intervenção e resposta que articulem os vários setores da sociedade, nomeadamente, o sistema de justiça criminal, as forças de segurança, os serviços de saúde e todas as restantes organizações, instituições e entidades que se revelem preponderantes na resposta perante este flagelo social. A edificação de abordagens multidisciplinares permite não só uma visão holística relativamente ao fenómeno de violência doméstica, mas também favorece uma intervenção abrangente que incida principalmente na proteção e segurança das vítimas e na responsabilização dos agressores.

I. 4. A ATUAÇÃO POLICIAL FACE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

As forças de segurança constituem o principal portão de acesso ao sistema de justiça criminal para as vítimas de violência doméstica, possuindo um impacto muito forte na segurança das vítimas e na forma como estas utilizam estes serviços (RUSSELL e LIGHT, 2006, p. 377). Enquanto guardião do sistema de justiça criminal e *first responder* em muitas

situações de violência doméstica, tem existido um crescente reconhecimento do importante papel que a polícia desempenha na resposta à violência doméstica. Nesta senda, facilmente se entende que a intervenção policial perante situações de violência doméstica assume especial importância.

Face ao fenómeno da violência doméstica, as forças de segurança foram afinando as suas formas de atuação, dedicando uma maior atenção à resposta perante este flagelo. Na linha de pensamento de ELIAS (2006, p. 22), a intervenção das forças de segurança relativamente a situações de violência doméstica implica duas linhas de intervenção. Uma primeira linha de intervenção, que pode revestir um “carácter de especial sensibilidade” (ELIAS, 2006, p. 22), onde se assegura a proteção e segurança, o atendimento, acompanhamento, apoio e encaminhamento das vítimas. E uma segunda linha de intervenção, direcionada para as equipas de investigação criminal, responsáveis pela “gestão do local do crime, recolha dos meios de prova, inquirição de testemunhas, apreensão de objetos entre outras diligências consideradas relevantes no âmbito do inquérito” (ELIAS, 2006, p. 22). Para o autor o objetivo principal da intervenção policial face a situações de violência doméstica consubstancia-se em garantir a segurança, proteger as vítimas e preservar os seus direitos, e, concomitantemente carrear todos os elementos de prova para o processo.

A primeira abordagem por parte da polícia é fundamental, sobretudo se nos referirmos ao momento em que é reportada e denunciada a situação de violência doméstica e às ações despoletadas pela polícia enquanto *first responder* num cenário de violência doméstica.

A denúncia de situações de violência doméstica consubstancia-se no primeiro passo para que seja desencadeada uma resposta de justiça criminal e para que seja fornecido apoio necessário às vítimas desta problemática. De acordo com estudos internacionais, a denúncia das vítimas de violência doméstica junto das forças de segurança está relacionada com a redução da reincidência (CERULLI *et al.*, 2014, p. 18) e, simultaneamente, as vítimas que efetuaram denúncia apresentam maior probabilidade de reportar eventuais situações futuras (APSLER *et al.*, 2003, p. 1331). Em acrescento, a denúncia destas situações não se encontra associada à retaliação por parte do agressor (DOWLING *et al.*, 2018, p. 35).

No entanto, apesar dos impactos positivos resultantes da denúncia junto das forças de segurança, constata-se que as ocorrências de violência doméstica que chegam ao conhecimento das forças de segurança constituem apenas uma parte do fenómeno (VOCE e BOXALL, 2018, p. 2). Com efeito, segundo dados do *British Crime Survey*, SYLVIA WALBY

e JONATHAN ALLEN (2004, p. 97) estimam que apenas cerca de um quinto (23%) das mulheres e 8% dos homens alvo de violência doméstica reportam às forças de segurança o incidente mais grave ocorrido no último ano. Paralelamente, o estudo da *AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS* (ABS), relativo ao ano de 2016, refere que cerca de 82% das mulheres vítimas de violência doméstica não contactaram as forças de segurança quando o agressor é o atual parceiro e, nos casos em que o agressor é o antigo parceiro, 65% das mulheres vítimas deste flagelo criminal não denunciaram a situação às autoridades policiais¹⁰.

Enquanto *first responder*, a polícia desenvolve várias ações no sentido de intervir no imediato perante um cenário de violência doméstica. A forma como as forças de segurança atuam nestas situações é de extrema importância (DOWLING *et al.*, 2018, p. 36). A detenção do agressor e a elaboração da avaliação de risco da vítima são exemplos de respostas imediatas que podem ser executadas pela polícia.

De acordo com LAWRENCE SHERMAN e RICHARD BERK (1984, p. 269), os agressores de violência doméstica que foram detidos apresentam uma probabilidade menor de reincidir nos seis meses subsequentes à detenção. Também CHRISTOPHER MAXWELL *et al.* (2002, p. 64) demonstram que a detenção do agressor reduz a probabilidade da reincidência desta prática criminal. CAROL VIGURS *et al.* (2016, p. 24) referem que, apesar da redução da probabilidade de os agressores reincidirem após a sua detenção, a intervenção policial em situações de violência doméstica é eficaz por si só.

Perante a detenção do agressor, constata-se que a satisfação da vítima com a atuação policial aumenta, bem como aumenta a disposição da vítima se envolver no sistema de justiça criminal (WILSON e JASINSKI, 2004, p. 249). No entanto, constitui-se como exceção as situações em que a vítima não pretende que o agressor seja detido e, nestes casos, existe uma menor satisfação com a atuação policial (HIRSCHEL e HUTCHISON, 2003, p. 331). Além disso, a insatisfação das vítimas com as ações iniciais das forças de segurança pode influenciar negativamente o desenrolar das subsequentes resposta do sistema de justiça criminal (BELKNAP e SULLIVAN, 2002, p. 6).

A maior preocupação com a prevalência e com os impactos deste flagelo levou a que fossem desenvolvidas ferramentas de avaliação de risco que incorporam uma série de itens relacionados com o incidente, o agressor, a vítima e o histórico de relacionamento (DOWLING *et al.*, 2018, p. 44), permitindo estimar com maior precisão o risco da reincidência de situações de violência doméstica e adequar as respostas policiais e judiciais.

¹⁰ Para uma análise mais detalhada acerca dos motivos de não denúncia de situações de violência doméstica por parte da vítima *cfr.* ANEXO III.

No entanto, por vezes constata-se que as vítimas expressam alguma frustração perante a avaliação de risco, visto que consideram existir questões irrelevantes, impessoais e repetitivas (HER MAJESTY’S INSPECTORATE OF CONSTABULARY, 2015, p. 63). Esta frustração pode derivar da falta de compreensão das vítimas sobre a importância da avaliação de risco em garantir a sua segurança (*op. cit.*).

Aliada a uma fulcral primeira abordagem, é pertinente “promover a adesão da vítima ao processo, estabelecendo contactos periódicos com a mesma, de modo a manter o elo de ligação e de apoio” (QUARESMA, 2012, p. 55). Estes acompanhamentos pós vitimação têm como objetivo prevenir a reincidência da violência doméstica, dissuadindo os agressores, ajudando as vítimas¹¹ e procurando encorajar as vítimas de violência doméstica a denunciar eventuais novos incidentes às forças policiais.

Segundo ROBERT DAVIS *et al.*, (2008, p. 18) os acompanhamentos pós vitimação não possuem o impacto de reduzir as taxas de reincidência. No entanto, as vítimas demonstram uma maior satisfação com a atuação policial (GREENSPAN *et al.*, 2005, p. 2), sentindo-se, inclusivamente, mais respeitadas (STOVER *et al.*, 2010, p. 419). Por sua vez, os contactos estabelecidos leva a que as vítimas estejam mais predispostas a relatar os eventuais novos incidentes de violência doméstica à polícia (DAVIS e TAYLOR, 1997, p. 326; DAVIS *et al.*, 2008, p. 18; STOVER *et al.*, 2010, p. 419). Desta forma, constrói-se uma maior confiança entre as vítimas e a polícia.

Embora os acompanhamentos pós vitimação não impeçam a reincidência de episódios de violência doméstica, estes aumentam a probabilidade de serem relatados novos incidentes à polícia, melhorando efetivamente a perceção das vítimas sobre a intervenção policial.

Recentemente têm vindo a ser aplicadas medidas proativas de vigilância e monitorização eletrónica com o objetivo de evitar a reincidência de situações de violência doméstica, nomeadamente medidas com tecnologia GPS e com sistemas de alerta rápido. As intervenções policiais baseadas na monitorização através do GPS têm despoletado uma perceção positiva por parte das vítimas no sistema de justiça criminal (CARTER e GROMMON, 2016, p. 10). O uso de sistemas de alerta rápido, tais como botões de pânico e outros dispositivos de alerta móvel, têm demonstrado resultados positivos. Com efeito, MARIANNE

¹¹ Para tal, os acompanhamentos pós vitimação procuram: ajudar a vítima a compreender melhor o fenómeno da violência doméstica; informar as vítimas sobre os serviços sociais, legais e de saúde que têm ao seu dispor; elaborar planos de segurança e ordens de restrição; ajudar a vítima a encontrar alojamentos para situações de emergência; apoiar a vítima a deixar um relacionamento violento, ajudando-a a estabelecer uma maior independência (DAVIS *et al.*, 2008, p. 6).

HESTER e NICOLE WESTMARLAND (2005, p. 80) observaram uma redução de 30% a 60% na reincidência de incidentes de violência doméstica entre as vítimas que receberam um botão de pânico, um telemóvel pré-pago ou ambos. Em acrescento, as vítimas apontam como principais vantagens do uso desta tecnologia o aumento do sentimento de segurança, bem como a possibilidade de poderem permanecer nas suas habitações, mantendo as ligações com familiares e amigos (DOWLING *et al.*, 2018, p. 58).

Neste sentido, os resultados da vigilância, monitorização e do uso de tecnologia de uso rápido e fácil indicam uma efetiva eficácia preventiva da reincidência, e, ao mesmo tempo, apontam para um aumento da sensação de segurança e satisfação da vítima com as forças de segurança.

Por sua vez, a investigação criminal da violência doméstica também assume especial relevância no decorrer da atuação policial. Em teoria, este ilícito criminal deveria ser um dos crimes mais fáceis de investigar, em virtude de se conhecerem a vítima e o agressor, bem como o local do crime (RICHARDS *et al.*, 2008), contudo esta não é a realidade. O crime de violência doméstica é caracterizado pela forte ambivalência manifestada pelas vítimas que, num primeiro momento solicitam a intervenção e o apoio das forças de segurança mas, posteriormente, pretendem “retirar” ou “desistir” da queixa, mesmo que informalmente, através de uma “parca ou nula colaboração durante a fase da investigação criminal” (QUARESMA, 2012, p. 44).

Com o crescente volume e complexidade dos casos de violência doméstica, as forças de segurança têm vindo a especializar e dedicar recursos afetos à investigação deste tipo de criminalidade, com vista a fornecer uma resposta mais eficiente ao sistema de justiça criminal. De realçar que têm sido elaborados vários estudos de âmbito internacional com foco na atuação de unidades especializadas de polícia neste âmbito, apontando para diversos impactos. De acordo com THOMAS WHETSTONE (2001, p. 389), os casos investigados pelas unidades especializadas de polícia apresentam uma probabilidade mais significativa de culminarem em acusação. Quanto à condenação do agressor, a atuação das unidades especializadas possui resultados mistos em virtude de existirem estudos que apontam impactos positivos¹² (WHETSTONE, 2001, p. 389) e estudos que não referem qualquer impacto (FRIDAY *et al.*, 2006, p. 57). Na análise desenvolvida por ANNETTE JOLIN *et al.*,

¹² Note-se que segundo THOMAS WHETSTONE, os impactos positivos das taxas de acusação e condenação devem-se, essencialmente, ao facto de existir uma sólida e consciente investigação, documentação, recolha de evidência e elaboração de relatórios por parte das unidades especializadas na investigação de violência doméstica (2001, p. 389).

(1998, p. 9) foram comparadas as taxas de reincidência de situações de violência doméstica dos casos cuja investigação foi remetida às unidades especializadas com as que foram remetidas às unidades comuns. Os autores constataram que nos casos cuja investigação foi remetida às unidades especializadas, a taxa de reincidência era menor e que as vítimas são mais propensas a relatar novos episódios de violência doméstica. Do mesmo modo, MICHAEL WHITE *et al.* (2005, p. 273) revelam que ocorreu uma diminuição nos incidentes de violência doméstica após o estabelecimento de uma unidade especializada de polícia na investigação destes crimes. Assim, dedicando um maior esforço investigatório, criando unidades especializadas e dedicadas na investigação de crimes de violência doméstica, obtém-se resultados positivos relativamente a uma intervenção policial que se pretende eficaz.

Concluindo, a intervenção policial está envolvida em todas as fases de uma situação de violência doméstica e desempenha um papel preponderante na resposta a este flagelo criminal. A redução da reincidência, a satisfação demonstrada pelas vítimas e o aumento da predisposição de relatarem novos incidentes de violência doméstica são os principais impactos despoletados pela atuação policial neste âmbito. Contudo, denote-se que, neste âmbito, as forças de segurança não devem atuar isoladamente. O fenómeno da violência doméstica carece de uma abordagem multidisciplinar que assenta, forçosamente, na convergência de diversas instituições e entidades que complementem a atuação das forças de segurança.

CAPÍTULO II

UM OLHAR SOBRE O PANORANAMA MUNDIAL E NACIONAL

II. 1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA PREOCUPAÇÃO MUNDIAL

Tradicionalmente, a maioria dos países negligenciava a existência da violência doméstica. Contudo, com o passar dos anos, tem-se verificado ao nível internacional, o surgimento de inúmeras políticas e legislação relacionadas com a prevenção, criminalização e apoio às vítimas da violência doméstica. Instituições internacionais, tais como a ONU, a União Europeia (UE) e o Conselho da Europa, têm vindo a desempenhar um papel preponderante e fundamental na prevenção e combate à violência doméstica.

A ONU desempenha um papel fulcral e essencial no desenvolvimento de políticas sociais relacionadas com a problemática da violência doméstica. Esta instituição internacional tem vindo a dar um especial enfoque sobre as questões relacionadas com as condições de vida das mulheres e das crianças (PORTUGAL, 2000, p. 248). Considerando esta temática como preocupante, a ONU incorporou nas suas comemorações internacionais questões relacionadas com as mulheres e as crianças. Neste sentido, e a título de exemplo, a ONU proclamou a década compreendida entre 1976 e 1985 como a Década das Nações Unidas para as mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz; os anos de 1975, 1979 e 1994 como o Ano Internacional da Mulher, o Ano Internacional da Criança e o Ano Internacional da Família, respetivamente; e o dia 25 de novembro como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

No âmbito da temática da violência doméstica, a ONU produziu um vasto número de documentos legislativos e realizou inúmeras cimeiras sobre esta temática. Nesta senda, destacamos a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos realizada em Viena no ano de 1993, a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres de 1995 realizada em Pequim, da qual resultou a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 22 de dezembro de 2003, relativa à eliminação da violência doméstica contra as mulheres.

A CEDAW, adotada pela resolução n.º 34/180 da Assembleia Geral da ONU, de 18 de dezembro de 1979, entrou em vigor na ordem internacional a 3 de setembro de 1981. Esta convenção deve ser encarada como um tratado universal de direitos humanos que elenca, de forma geral, os direitos das mulheres e visa eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, bem como alcançar a plena igualdade entre mulheres e homens (PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES, 2016). Assente nos princípios da não discriminação, da obrigação dos Estados e da igualdade substantiva¹³, a presente convenção apresenta como objetivos: eliminar a discriminação contra as mulheres; alcançar a igualdade substantiva, a igualdade na prática do quotidiano; agir nos domínios público e privado; agir em todas as áreas da vida das mulheres; e agir em prol de todas as mulheres. Neste sentido, os Estados devem adotar as medidas apropriadas destinadas a assegurar o pleno desenvolvimento e o progresso das mulheres, no sentido de garantir o exercício e o gozo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, com base na igualdade de género.

Na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, a ONU defendeu que “a violência baseada no género (...) é incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas” (ONU, 1993, p. 8). Desta forma, esta instituição internacional reconheceu formalmente a violência baseada no género como uma violação dos direitos humanos. No sentido de eliminar esta forma de violência foi definido, enquanto objetivo prioritário da comunidade internacional, a erradicação de todas as formas de discriminação com base no género, bem como a participação plena das mulheres, em condições de igualdade na vida política, civil, económica, social e cultural.

Em dezembro do mesmo ano, a Assembleia Geral da ONU, através da aprovação da Resolução n.º 48/104, adotou a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. No presente diploma, entendido como um complemento e reforço à CEDAW, encontra-se vertido o reconhecimento da “necessidade urgente da aplicação universal dos direitos e princípios relativos às mulheres no que diz respeito à igualdade, à segurança, à liberdade, à integridade e à dignidade de todos os seres humanos” (Resolução n.º 48/104 Assembleia Geral ONU). Com o intuito de erradicar esta forma de violência, o presente instrumento jurídico define violência sobre as mulheres como “todo o ato de violência

¹³ O princípio da igualdade substantiva implica a mudança estrutural e cultural das relações sociais de género, bem como a valorização dos dois sexos. Para além das garantias legais de igualdade de género, este princípio advoga para que seja dada igualdade de oportunidades às mulheres, para que as mulheres tenham acesso igualitário às oportunidades com reflexos concretos na obtenção de resultados iguais (PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES, 2016).

dirigido sobre as mulheres como sendo suscetível de provocar dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, podendo incluir ameaças, coerção ou privação arbitrária da liberdade, seja em público ou na vida privada” (art. n.º 1 da Resolução n.º 48/104 Assembleia Geral ONU). De acordo com EVE BUZAWA e CARL BUZAWA (2017, p. 4), o presente diploma consubstancia-se na mais importante resolução da ONU no que concerne ao apoio das vítimas de violência doméstica, elencando três argumentos para tal afirmação. Em primeiro lugar, a Assembleia Geral da ONU reconhece que a violência doméstica é principalmente um problema de violência sobre as mulheres e, conseqüentemente, da discriminação sobre as mulheres. Em segundo lugar, a violência sobre as mulheres é definida de forma alargada, o que significa que a violência doméstica pode assumir diversas formas. Por fim, esta forma de violência ao ser tratada como uma violação aos direitos fundamentais do ser humano, obriga todos os Estados signatários a erradicarem as práticas tradicionais que permitam ou tolerem a violência sobre as mulheres.

As conferências mundiais sobre a mulher são marcos inquestionáveis na abordagem a esta problemática. A 4.^a Conferência Mundial sobre as Mulheres realizada em Pequim, em setembro de 1995, intitulada “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, constituiu-se como a maior e mais importante conferência realizada pela ONU (VIOTTI, 2006, p. 148). Esta conferência consubstanciou-se na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, na qual a violência contra a mulher foi identificada como uma das doze áreas críticas¹⁴ que exigem uma atenção especial e a adoção de medidas por parte dos governos, da comunidade internacional e da sociedade civil. Concomitantemente, a violência contra a mulher, onde se inclui, entre outras, a violência doméstica, é reconhecida como uma grave violação dos direitos humanos.

Posteriormente, a sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU sob o tema *Women 2000: gender equality, development and peace for the twenty-first century*, pretendeu fazer um balanço das ações desenvolvidas desde 1995 até à data em questão (PORTUGAL, 2000, p. 249). A declaração política resultante da sessão mencionada reconhece

¹⁴ A saber, designadamente: 1) a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza; 2) a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; 3) a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; 4) a violência contra a mulher; 5) os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; 6) a desigualdade quanto à participação nas estruturas económicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; 7) a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; 8) a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; 9) as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; 10) o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; 11) a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; 12) a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da mulher.

que foram conseguidos inúmeros progressos no que concerne ao combate à violência contra as mulheres, no entanto, é reconhecido que ainda existem obstáculos a ultrapassar, nomeadamente a violência doméstica, onde se inclui a violência sexual no casamento, uma vez que esta é vista em muitos países como um assunto privado.

A Resolução n.º 58/147 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 22 de dezembro de 2003, relativa à eliminação da violência doméstica contra as mulheres, é também um marco incontornável no padrão da violência doméstica. Nesta resolução, a Assembleia Geral da ONU reconhece que a violência doméstica é definitivamente uma temática relativa à violação dos direitos humanos. Tendo sempre como foco as mulheres enquanto vítimas, a violência doméstica é identificada como um fenómeno que ocorre dentro da esfera privada e que pode decorrer entre familiares ou dentro de uma relação de intimidade. Simultaneamente, a violência doméstica é uma das mais comuns, mas menos visíveis formas de violência. Esta problemática pode assumir diversas formas, onde se inclui a violência física, psicológica, sexual, a privação económica e o isolamento social, o que causa danos iminentes à segurança, saúde e bem-estar das vítimas. Face ao exposto, a Assembleia Geral da ONU afirma que a violência doméstica é de interesse público, pelo que os Estados devem adotar medidas de prevenção e de proteção das vítimas de violência doméstica.

Em 2010, a Assembleia Geral da ONU criou a *UN Women (United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women)*, com o intuito de abordar de forma abrangente uma série de questões relevantes para as mulheres. Em 2013, esta entidade vem atribuir a responsabilidade de prevenir e intervir face ao fenómeno da violência sobre as mulheres aos Estados signatários, incluindo aqueles que, por tradição ou costume, tendem a tratar tais atos como questões para a família resolver (BUZAWA e BUZAWA, 2017, p. 7). Isto deriva do facto de a *UN Women* ter estabelecido o combate à violência sobre as mulheres como uma prioridade da ONU, enquadrando esta forma de violência como uma violação dos direitos humanos.

Face ao exposto, constata-se que a ONU tem tido um papel fulcral nesta matéria relativa à violência doméstica. Apesar de ter como especial enfoque a violência exercida sobre as mulheres e descurando, em parte, os homens vítimas de violência exercida em contexto familiar, é inegável o longo trabalho que a ONU tem vindo a desenvolver ao longo dos anos. Este percurso percorrido abarca, entre outros, o reconhecimento da violência em seio familiar, em especial sobre as mulheres, como uma violação à dignidade e aos direitos fundamentais dos seres humanos, a criação de uma entidade responsável pelo

empoderamento das mulheres e da igualdade de género, a produção de um manancial de instrumentos jurídicos e a realização de diversas conferências.

A nível europeu é possível constatar-se uma evolução no quadro político no que diz respeito a medidas centradas no combate à violência doméstica. No entanto, à semelhança do panorama mundial exposto anteriormente, também no continente europeu a violência sobre as mulheres foi o mote para as medidas desencadeadas pelos vários organismos com o intuito de se contrapor à violência doméstica.

Para a UE o combate à violência sobre as mulheres, bem como a igualdade de género são questões de extrema importância e, portanto, estabelecem-se como prioridades para a UE e para os seus Estados-Membros (EUROPEAN CRIME PREVENTION NETWORK, 2013, p. 4). Assim, a UE consagra-se como uma das principais organizações a nível europeu que tem desempenhado um longo e árduo trabalho relativamente ao flagelo da violência doméstica.

Prova disso é o próprio Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). O TFUE, no art. 8.º, prevê a eliminação das desigualdades e a promoção da igualdade entre homens e mulheres como objetivo da UE. Neste sentido, a declaração n.º 19 sobre o art. 8.º do TFUE anuncia que, no sentido de eliminar estas desigualdades, a UE, nas diversas políticas, pretende lutar contra todas as formas de violência doméstica e que, concomitantemente, os Estados-Membros devem adotar todas as medidas necessárias para prevenir e punir tais atos criminosos, bem como apoiar e proteger as vítimas.

As várias instituições da UE têm reforçado o combate a todas as formas de violência sobre as mulheres, na qual a violência doméstica é parte integrante, através da produção de uma série de instrumentos políticos. Ao nível da Comissão Europeia ressalva-se a Carta das Mulheres apresentada em março de 2010, o Plano de Ação para Aplicação do Programa de Estocolmo de abril de 2010 e a Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres que decorreu entre os anos de 2010 a 2015. O Parlamento Europeu tem produzido inúmeros diplomas para fazer face à problemática da violência doméstica. De toda a legislação produzida, destaca-se a Resolução de 5 de abril de 2011, que identifica as prioridades e define um novo quadro político-comunitário no combate à violência sobre as mulheres. Por seu turno, o Conselho da UE também tem um papel central no que concerne à violência doméstica e à violência sobre as mulheres. A apresentação das Conclusões da Erradicação da Violência Sobre as Mulheres na União Europeia em 2010, o Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres para o período de 2011 a 2020, as Conclusões do Combate à Violência Sobre as Mulheres e a Prestação de Serviços de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica em 2012 e, mais recentemente, a elaboração do Plano de Ação sobre o

Género para 2016-2020 exemplificam o papel fulcral desempenhado pelo Conselho da UE. Todos estes diplomas elencados convergem para as necessidades sentidas pela UE de erradicar todas as formas de violência, incluindo a violência doméstica e a violência sobre as mulheres, e de garantir a igualdade de género entre homens e mulheres.

De destacar ainda a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as mulheres e a Violência Doméstica, adiante designada de Convenção de Istambul, realizada em maio de 2011.

Esta convenção afirma que o gozo do direito a viver sem violência, tanto na esfera privada como na esfera pública, é da responsabilidade dos Estados. Neste sentido, os Estados devem assegurar a igualdade entre homens e mulheres, bem como o empoderamento das mulheres, reconhecendo que a violência contra as mulheres tem uma natureza estrutural. Tendo como base estas premissas, a Convenção de Istambul apresenta como finalidades (CONSELHO DA EUROPA, 2011):

- Proteger as mulheres contra todas as formas de violência, bem como prevenir, instaurar o procedimento penal relativamente à violência contra as mulheres e à violência doméstica e eliminar estes dois tipos de violência;
- Contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e promover a igualdade real entre mulheres e homens, incluindo o empoderamento das mulheres;
- Conceber um quadro global, bem como políticas e medidas de proteção e assistência para todas as vítimas de violência contra as mulheres e de violência doméstica;
- Promover a cooperação internacional, tendo em vista a eliminação da violência contra as mulheres e da violência doméstica;
- Apoiar e assistir as organizações e os serviços responsáveis pela aplicação da lei para que cooperem de maneira eficaz, tendo em vista a adoção de uma abordagem integrada para a eliminação da violência contra as mulheres e da violência doméstica.

Neste diploma estão definidos os conceitos de violência contra as mulheres e de violência doméstica. O primeiro “constitui uma violação dos direitos humanos e é uma forma de discriminação contra as mulheres, abrangendo todos os atos de violência de género que resultem, ou possam resultar, em danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos para as mulheres, incluindo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação

arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada”. Por sua vez, a violência doméstica “abrange todos os atos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorrem na família ou na unidade doméstica, ou entre cônjuges ou ex-cônjuges, ou entre companheiros ou ex-companheiros, quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima” (CONSELHO DA EUROPA, 2011).

Com este instrumento, o Conselho da Europa alerta para a necessidade de os Estados adotarem e aplicarem políticas nacionais eficazes, abrangentes e coordenadas, de forma a incluir todas as medidas relevantes para prevenir e combater a violência doméstica¹⁵. Paralelamente, exalta que os profissionais que lidam com as vítimas ou com os agressores de violência doméstica devem ter uma formação adequada e especializada nesta área.

Pela primeira vez na Europa, a Convenção de Istambul estabeleceu normas juridicamente vinculativas para prevenir a violência sobre as mulheres e a violência doméstica, proteger as vítimas e punir os agressores (EUCPN, 2013, p. 9). Contudo, o cumprimento desta convenção implica uma abordagem holística por parte dos Estados, uma vez que abrange um leque de medidas a implementar que vão desde a prevenção da violência, a proteção das vítimas, a criminalização dos agressores à adoção de políticas integradas, abrangentes e coordenadas.

Concluindo, perante o flagelo da violência doméstica que atenta à dignidade e aos direitos fundamentais dos cidadãos, as instituições internacionais têm elaborado diversos instrumentos, políticas e estratégias que visam eliminar este fenómeno das sociedades.

II. 2. UM FENÓMENO TRANSNACIONAL

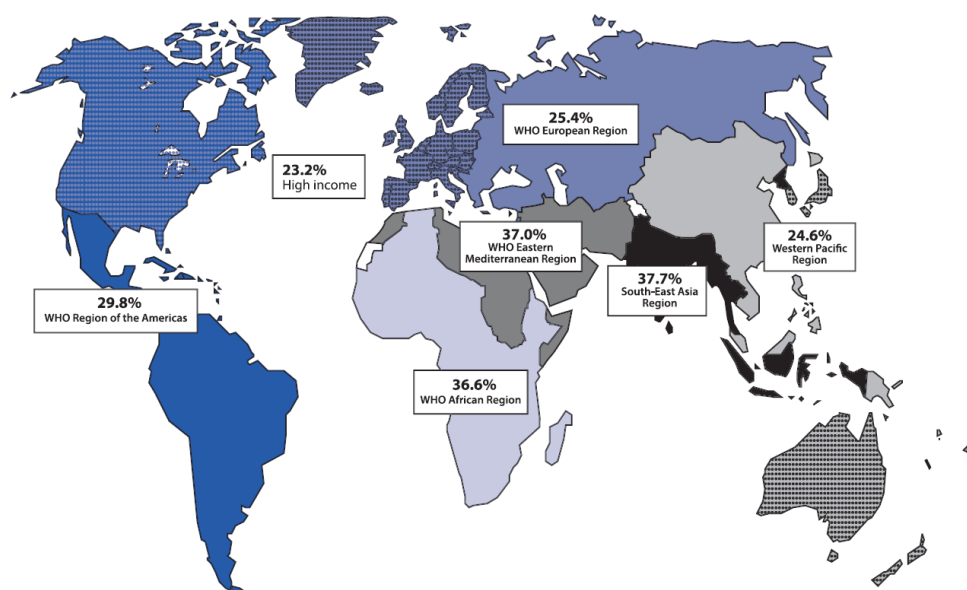
A violência doméstica deve ser encarada como um fenómeno transnacional e uma problemática que se encontra presente em todas as sociedades. De facto, são vários os estudos de âmbito internacional que o comprovam. A OMS, em conjunto com a *London School of Hygiene and Tropical Medicine* e a *South African Medical Research Council*, desenvolveu e apresentou em 2012 um estudo intitulado *Global and Regional Estimates of*

¹⁵ Neste âmbito, a Convenção de Istambul refere que os Estados devem adotar medidas legislativas ou outras que se revelem necessárias para que as investigações e os processos judiciais relativos à violência doméstica sejam levados a cabo sem demora indevida, tendo em conta os direitos da vítima em todas as fases do procedimento penal (art. 49.º da Convenção de Istambul); as autoridades competentes de aplicação da lei respondam de imediato e adequadamente às situações de violência doméstica, assegurando uma proteção adequada e imediata às vítimas (art. 50.º da Convenção de Istambul); as autoridades competentes avaliem o risco de mortalidade, a gravidade da situação e o risco de repetição da violência, de modo a gerirem o risco e, se necessário, proporcionarem segurança e apoio coordenados (art. 51.º da Convenção de Istambul).

Violence Against Women: Prevalence and Health Effects of Intimate Partner Violence and Non-Partner Sexual Violence. De acordo com esta investigação, a OMS afirma que a violência conjugal é um problema generalizado e que afeta as mulheres por toda a parte do mundo (OMS, 2012b, p. 31). Este estudo apresenta conclusões impressionantes, nomeadamente:

- Na generalidade, 30% das mulheres já foram vítimas de violência física ou sexual por parte do seu parceiro íntimo;
- A prevalência desta expressão de violência atinge taxas mais elevadas nas regiões de África, no Mediterrâneo Oriental e no Sudeste Asiático, conforme figura 1;
- A prevalência desta expressão de violência atinge taxas mais reduzidas nas regiões da América, Europa e Pacífico Ocidental, conforme figura 1;
- Cerca de 38% dos assassinatos de mulheres foram cometidos pelos seus parceiros íntimos.

Figura 1- Mapa mundo sobre taxas de prevalência da violência sobre parceiros íntimos



Fonte: OMS (2012b, p. 18).

Focando o escopo de análise para o panorama europeu, destaca-se que nove em cada dez vítimas de violência doméstica são mulheres (COSTA, 2018, p. 135). Por sua vez, em março de 2014, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) publicou os resultados do primeiro inquérito realizado ao nível da UE sobre a violência exercida sobre as mulheres. Este estudo efetuou entrevistas a 42000 mulheres dos 28 Estados-Membros da

UE e realçou que a violência exercida sobre as mulheres se constituiu como um abuso dos direitos humanos. O presente estudo demonstra que a violência física, sexual e psicológica exercida sobre as mulheres pelos seus parceiros, desde os 15 anos de idade, está presente em todos os Estados-Membros da UE. Os dados apresentados indicam que, em média, 22% das mulheres da UE são vítimas de violência física e/ou sexual¹⁶ e 43% são vítimas de violência psicológica¹⁷.

Através do relatório *Gender-based Violence*, publicado em novembro de 2016, a COMISSÃO EUROPEIA entrevistou 27818 cidadãos dos 28 Estados-Membros, com 15 anos ou mais, concluindo que a violência doméstica é um fenómeno transnacional. De acordo com este relatório, os entrevistados afirmam que a violência doméstica é mais comum contra as mulheres do que contra os homens. Com efeito, 29% dos participantes percecionam a violência doméstica contra os homens como comum ou muito comum¹⁸ *versus* 74% que consideraram a violência doméstica contra as mulheres comum ou muito comum no seu país¹⁹. O presente relatório conclui ainda que a grande generalidade dos inquiridos considera que a violência doméstica exercida sobre mulheres ou homens é inaceitável. No entanto, 12% dos inquiridos afirmam que a violência doméstica exercida sobre as mulheres não deveria ser punida por lei, e, por sua vez, 14% dos inquiridos afirmam que a violência doméstica exercida sobre os homens não deveria ser punida por lei.

Embora os estudos referidos não retratem a violência doméstica no seu conceito mais amplo, abordam, entre outros aspetos, a violência exercida sobre as mulheres em contexto conjugal, a violência doméstica exercida sobre as mulheres e, mais recentemente, a violência doméstica exercida sobre os homens. Face aos dados elencados, conclui-se que a violência doméstica é uma problemática universal e transnacional.

¹⁶ Sobre a violência física e/ou sexual exercida sobre as mulheres pelos seus parceiros na UE, a Dinamarca é o Estado-membro com a percentagem mais elevada (32%) e a Espanha é o Estado-membro com a percentagem mais reduzida (13%) (FRA, 2014, p. 30).

¹⁷ No que concerne à violência psicológica exercida sobre as mulheres pelos seus parceiros na UE, a Letónia e Dinamarca são os Estados-membros com a percentagem mais elevada (60%) e a Irlanda é o Estado-membro com a percentagem mais reduzida (31%) (FRA, 2014, p. 73).

¹⁸ Relativamente à perceção sobre a violência doméstica exercida sobre os homens, o Reino Unido é o Estado-membro com a perceção mais elevada (61%) e a Bulgária é o Estado-membro com a perceção mais reduzida (8%) (COMISSÃO EUROPEIA, 2016, p. 14).

¹⁹ Por sua vez, no que concerne à perceção sobre a violência doméstica exercida sobre as mulheres, Portugal é o Estado-membro com a perceção mais elevada (93%) e a Bulgária é o Estado-membro com a perceção mais reduzida (50%) (COMISSÃO EUROPEIA, 2016, p. 10).

II. 3. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA EM PORTUGAL

Tradicionalmente, o Estado só intervinha na vida familiar quando se colocavam em causa os direitos patrimoniais inerentes às relações familiares (DUARTE, 2011, p. 2). O direito penal “procurava não se imiscuir na família (tendencialmente íntima e privada), pelo que as situações de violência doméstica não tinham qualquer protecção legal” (PEDROSO e BRANCO, 2008, p. 73). Contudo, a cada vez maior preocupação com o fenómeno da violência doméstica, associada a uma menor tolerância destes comportamentos, tem fomentado diversas alterações legislativas relativamente a este domínio.

Em Portugal, a criminalização da violência exercida em contexto familiar ocorreu na década de 1980. Com o surgimento do Código Penal (CP) de 1982, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, surge tipificado o crime de “maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges”²⁰. Assim, este diploma afigura-se como o primeiro documento legislativo a fazer referência aos maus-tratos físicos, ao tratamento cruel ou à falta de prestação de cuidados de saúde quando praticados no seio familiar.

Posteriormente, com a reforma do CP de 1995, através do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, foi criado o crime com epígrafe “maus tratos ou sobrecarga de menores, de incapazes ou de cônjuge”²¹. Nesta alteração o procedimento criminal passou a depender de queixa, os maus tratos psíquicos foram contemplados como elemento típico e a proteção legal foi alargada àqueles que, embora não casados, vivessem em condições análogas às dos cônjuges, bem como às pessoas idosas e doentes.

²⁰Cfr. art. 153.º do Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro: “1 - O pai, mãe ou tutor de menor de 16 anos ou todo aquele que o tenha a seu cuidado ou à sua guarda ou a quem caiba a responsabilidade da sua direcção ou educação será punido com prisão de 6 meses a 3 anos e multa até 100 dias quando, devido a malvez ou egoísmo: a) Lhe infligir maus tratos físicos, o tratar cruelmente ou não lhe prestar os cuidados ou assistência à saúde que os deveres decorrentes das suas funções lhe impõem; ou b) O empregar em actividades perigosas, proibidas ou desumanas, ou sobrecarregar, física ou intelectualmente, com trabalhos excessivos ou inadequados de forma a ofender a sua saúde, ou o seu desenvolvimento intelectual, ou a expô-lo a grave perigo; 2 - Da mesma forma será punido quem tiver como seu subordinado, por relação de trabalho, mulher grávida, pessoa fraca de saúde ou menor, se se verificarem os restantes pressupostos do n.º 1; 3 - Da mesma forma será ainda punido quem infligir ao seu cônjuge o tratamento descrito na alínea a) do n.º 1 deste artigo”.

²¹ Cfr. art. 152.º n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março: “1 - Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direcção ou educação, ou como subordinado por relação de trabalho, pessoa menor, incapaz, ou diminuída por razão de idade, doença, deficiência física ou psíquica e: a) Lhe infligir maus tratos físicos ou psíquicos ou a tratar cruelmente; b) A empregar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas; ou c) A sobrecarregar com trabalhos excessivos; é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos, se o facto não for punível pelo artigo 144.º; 2 - A mesma pena é aplicável a quem infligir ao cônjuge ou a quem com ele conviver em condições análogas às dos cônjuges maus tratos físicos ou psíquicos. O procedimento criminal depende de queixa”.

Em 1998, através da Lei n.º 65/98, de 2 de setembro, surge uma nova alteração no que respeita ao procedimento criminal. Embora o crime continuasse a depender de queixa, o MP podia dar início ao processo quando o interesse da vítima o impusesse, desde que, até ser deduzida acusação, não tivesse existido oposição do ofendido. Este diploma vem alterar a epígrafe do crime para “Maus tratos e infrações de regras de segurança”.

Em 2000, através da Lei n.º 7/2000, de 27 de maio, o legislador consagrou a natureza pública do crime de maus tratos, “quebrando a ideia tradicional da inviolabilidade da família e não intromissão do Estado nos assuntos domésticos, com uma proteção radicada na dignidade da pessoa humana” (SIMÕES, 2015, p. 7). Assim, o MP não depende mais da queixa da vítima para seguir com o procedimento criminal, nem admite a desistência de queixa. Foi ainda consagrada a possibilidade de suspensão provisória do processo a pedido da vítima e passou-se também a incluir, enquanto vítima, o progenitor de descendente comum.

Posteriormente, todas estas alterações foram complementadas com a revisão do CP de 2007, através da Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro. A alteração mais significativa foi a subdivisão do crime de “maus tratos e infrações de regras de segurança” em três tipos: crime de “violência doméstica” (art. 152.º)²², “maus tratos” (art. 152.º-A) e “violação de regras de segurança” (art. 152.º-B). Assim, em 2007 o crime de violência doméstica viu o seu estatuto ser tipificado de forma autónoma no CP. Concomitantemente, no art. 152.º do CP, são ainda introduzidas penas acessórias, como a proibição de contacto com a vítima, a fiscalização por meios técnicos de controlo à distância, a proibição de uso e porte de armas e ainda a frequência em programas específicos para agressores de violência doméstica.

Em 2013, a Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, ao acrescentar a expressão “relação de namoro” ao crime de violência doméstica tipificado no art. 152.º do CP, aumenta o espectro da violência doméstica à violência entre qualquer relação afetiva mantida entre duas pessoas. Esta alteração legislativa veio ainda contemplar a possibilidade de afastamento do agressor da residência da vítima e do seu local de trabalho através de um controlo efetuado por vigilância eletrónica.

²² *Cfr.* art. 152.º n.º 1 do CP, com última alteração da Lei n.º 44/2018, de 9 de agosto: “1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: *a)* Ao cônjuge ou ex-cônjuge; *b)* A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; *c)* A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou *d)* A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal”.

Com estas alterações, o crime de violência doméstica passou a abranger a prática de crimes contra o cônjuge ou ex-cônjuge; contra pessoa do outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação²³; contra progenitor de descendente comum em primeiro grau; ou contra a pessoa indefesa, em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, desde que coabite com o agressor.

Tendo em consideração a dignidade do ser humano e a necessidade de proteger as potenciais vítimas, o crime de violência doméstica foi definido como um crime de prevenção e investigação prioritária. Desde o biénio 2007-2009 até à atualidade, esta classificação é sucessivamente mantida, como é possível comprovar através da Lei n.º 51/2007, de 31 de agosto, Lei n.º 38/2009, de 20 de julho, Lei n.º 72/2015, de 20 de julho e Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto.

Não obstante, o marco mais significativo no ordenamento jurídico português foi a entrada em vigor da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, com a última alteração imposta pela Lei n.º 24/2017, de 24 de maio, doravante designada de Lei da Violência Doméstica, que veio estabelecer o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas²⁴. Este diploma vem regular a atribuição, direitos e cessação do estatuto da vítima; a proteção policial e a tutela judicial; as medidas de coação urgentes; os meios técnicos de controlo à distância, tais como a teleassistência e pulseira eletrónica; a rede de casas de apoio a vítimas de violência doméstica; entre outras inúmeras particularidades.

Posteriormente surgiu uma nova alteração legislativa relevante, nomeadamente a Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, que veio acrescentar o Estatuto da Vítima no Código de Processo Penal. Este estatuto contém medidas de proteção e promoção dos direitos das vítimas com base em vários princípios como o da igualdade, o do respeito e reconhecimento, o da autonomia da vontade, o da confidencialidade, o do consentimento, o da informação, e ainda o do acesso equitativo aos cuidados de saúde.

²³ Na opinião de CARLOS NUNES e MARIA MOTA (2010, p. 152), a lei “não afasta do âmbito de aplicação de crime de violência doméstica as situações enquadráveis nos relacionamentos extra-matrimoniais estáveis concorrentes simultâneos com a relação considerada socialmente legítima”. Neste sentido, *vide* o Acórdão Do Tribunal da Relação do Porto, de 7 de julho de 2016, proferido no processo n.º 18/15.9 GAPRT.

²⁴ É considerada vítima “a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou uma perda material, diretamente causada por ação ou omissão, no âmbito do crime de violência doméstica previsto no artigo 152.º do CP” [art. 2.º a) da Lei da Violência Doméstica].

A crescente consciencialização pública e política da problemática da violência doméstica tem resultado na constante mutação e aperfeiçoamento da incriminação legal, numa tentativa de adaptação às necessidades da sociedade, como forma de proteger e promover os direitos da vítima e do agressor (SIMÕES, 2015, p. 5). Assim, a transformação da violência doméstica em crime público, a sua previsão como crime autónomo e qualificação enquanto crime de prevenção e investigação prioritária, o alargamento do tipo relacional existente entre o agressor e a vítima, o aumento das possibilidades de aplicação de penas acessórias, bem como a criação de uma lei específica para a violência doméstica constituem-se como as principais alterações registadas na ordem jurídica portuguesa.

II. 3. 1. PLANOS NACIONAIS E ESTRATÉGIA NACIONAL

Nos últimos anos, o Estado português tem produzido sucessivos Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica (PNCVD), que atualmente se encontram congregados na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND). Até à data foram implementados cinco planos nacionais, já extintos, e, atualmente, encontra-se em vigor até 2030 uma estratégia nacional que prioriza, entre outros, a prevenção e combate à violência doméstica.

Os referidos planos, bem como a estratégia nacional, foram criados e desenvolvidos com o intuito de delinear a estratégia e política governamental no que concerne à prevenção e combate à violência doméstica, permitindo assim dar uma maior visibilidade a esta problemática.

Estes planos surgem após a criação de um conjunto de legislação relativa à proteção de vítimas de violência doméstica. O primeiro diploma legal que visa a proteção de mulheres vítimas de violência foi publicado em 1991. A Lei n.º 61/91, de 13 de agosto, responsabilizava o Estado pela execução de medidas como o desenvolvimento de mecanismos de prevenção, proteção e apoio a mulheres vítimas de crime (LISBOA *et al.*, 2009, p. 16). Alguns anos mais tarde, em 1999, foi publicada a Resolução da Assembleia da República n.º 31/99, de 14 de abril, que vem reforçar a necessidade de regulamentar e executar as medidas previstas da Lei anteriormente referida, tal como a criação de uma rede nacional de casas

abrigo para as mulheres vítimas de maus tratos²⁵, bem como a criação de secções especializadas de atendimento à vítima no seio dos órgãos de polícia criminal.

O primeiro PNCVD surgiu em 1999, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 15 de junho. A violência doméstica estava a tornar-se num flagelo que colocava em causa a vida em sociedade e a dignidade da pessoa humana. Neste sentido, o Estado português assumiu particular preocupação com esta problemática e elaborou o I PNCVD focando-se em três objetivos: sensibilizar e prevenir, intervir para proteger a vítima de violência doméstica e investigar/estudar.

Entre 2003 e 2006 foi implementado o II PNCVD, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de julho. Este plano entende por violência doméstica toda “a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica”. O presente plano assume que este tipo de violência é exercido maioritariamente sobre as mulheres, contudo atinge também crianças, idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como os deficientes. Assim, o II PNCVD definiu um conjunto de medidas a serem implementadas no plano da informação, sensibilização e prevenção; no plano da formação; da legislação e sua aplicação; da proteção da vítima e integração social; da investigação; na abordagem às mulheres imigrantes; e, por fim, na avaliação do próprio plano nacional.

Mais tarde, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, de 22 de junho, aprova o III PNCVD, com data de vigência compreendida entre os anos de 2007 e 2010. Este plano tem presente que a violência doméstica constitui um forte impedimento ao bem-estar físico, psíquico e social, bem como um atentado ao direito à vida, liberdade, dignidade, integridade física e emocional de todos os seres humanos. Identifica os adultos e crianças, do sexo masculino ou feminino, coabitantes ou não, como possíveis vítimas de violência doméstica. No entanto, o presente plano ressalva que as mulheres continuam a ser o grupo onde se verifica a maior parte das situações de violência doméstica. Face ao exposto, o III PNCVD possui medidas distribuídas por cinco áreas estratégicas de intervenção, sendo elas:

²⁵ Sobre esta matéria, destacamos a Lei n.º 107/99, de 3 de agosto, atualmente revogada pela Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que veio estabelecer a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência e previa a criação, instalação, colocação em funcionamento, manutenção e a gratuidade dos serviços disponibilizados por esta rede pública.

informar, sensibilizar e educar; proteger as vítimas e prevenir a revitimação; capacitar e reinserir as vítimas de violência doméstica; qualificar os profissionais e aprofundar o conhecimento do fenómeno da violência doméstica.

O IV PNCVD para o período de 2011-2013, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de dezembro, tem como objetivo apresentar uma resposta integrada no combate à violência doméstica, em consonância com as orientações internacionais. Neste sentido, o presente plano concretiza diversas medidas em cinco áreas estratégicas de intervenção: informar, sensibilizar e educar; proteger as vítimas e promover a integração social; prevenir a reincidência - intervenção com agressores; qualificar os profissionais e investigar e monitorizar.

Em 2014 surge o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, de 31 de dezembro. Este plano vai ao encontro dos pressupostos da Convenção de Istambul²⁶, alargando desta forma o âmbito de aplicação, até então circunscrito à violência doméstica, à violência de género. O presente plano apresenta como objetivo difundir uma cultura de igualdade e não-violência, procurando, desta forma, tornar Portugal num país livre de violência doméstica e de género independentemente da origem étnica, idade, condição socioeconómica, religião, deficiência, identidade de género ou orientação sexual. Com este intuito, o V PNPCVDG estrutura-se nas seguintes cinco áreas estratégicas: prevenir, sensibilizar e educar; proteger as vítimas e promover a sua integração; intervir junto de agressores(as); formar e qualificar profissionais; e, por fim, investigar e monitorizar.

Os planos elencados encontram-se atualmente congregados numa Estratégia Nacional - a ENIND, sob o lema “Ninguém pode ficar para trás”, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio. Assente numa visão estratégica para o futuro sustentável de Portugal, enquanto país respeitador dos direitos humanos, a ENIND apresenta três planos de ação, sendo um deles a prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica. O referido plano de ação apresenta inúmeras medidas repartidas pelos seguintes objetivos estratégicos: prevenir - erradicar a tolerância social às várias manifestações da violência, conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação; apoiar e proteger - ampliar e consolidar a intervenção; intervir junto das pessoas agressoras, promovendo uma cultura de responsabilização; qualificar

²⁶ Portugal foi o primeiro país da UE a ratificar a Convenção de Istambul, tendo a mesmo entrado em vigor em 1 de agosto de 2014.

profissionais e serviços para a intervenção; investigar, monitorizar e avaliar as políticas públicas; e prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas, nomeadamente a mutilação genital feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados.

A nível nacional, com os sucessivos planos nacionais e com a atual estratégia nacional, a abordagem ao fenómeno da violência doméstica tem acompanhado a evolução europeia e internacional. Mantendo constantemente o foco na erradicação da violência doméstica em Portugal, a implementação destas políticas nacionais tem como objetivo proteger as vítimas, condenar e reinserir os agressores, conhecer e prevenir o fenómeno, qualificando profissionais e dotando o país de importantes estruturas de apoio especializado.

II. 4. UM DESAFIO INTERNO E SECURITÁRIO

Em Portugal, a violência doméstica constitui uma das tipologias criminais mais participadas às forças de segurança. De facto, em 2018 foram registadas pelas forças de segurança, nomeadamente pela PSP e Guarda Nacional Republicana (GNR), aproximadamente, três participações de violência doméstica²⁷ por hora, 73 por dia, 2207 por mês, num total de 26483. Este valor corresponde a 7,95% de toda a criminalidade registada em Portugal²⁸. O crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogos foi a terceira tipologia criminal mais registada, somente ultrapassada pelos crimes de furto em veículo motorizado e de ofensas à integridade física voluntária simples, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 - Criminalidade mais participada em Portugal

Tipologia Criminal	Ano 2017	Ano 2018	Variação relativa	Peso relativo
Furto em veículo motorizado	22729	23882	5,07%	7,17%
Ofensa à integridade física voluntária simples	23416	22824	-2,53%	6,85%
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	22599	22423	-0,78%	6,73%
Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/L	19848	18289	-7,85%	5,49%
Outro dano	17201	17165	-0,21%	5,15%

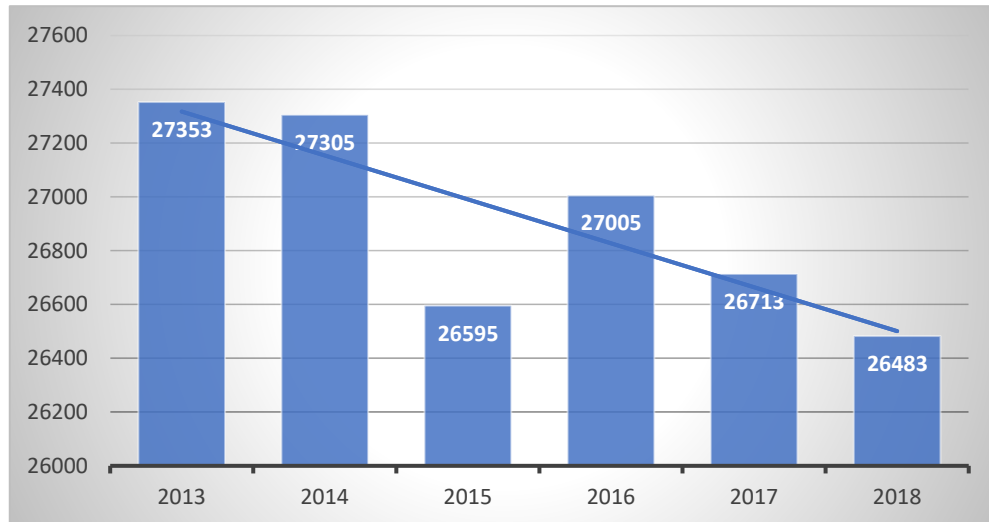
Fonte: RASI 2018.

²⁷ Considerando as três tipologias de violência doméstica, tal como se encontra previsto no Sistema de Estatísticas da Justiça da Direção-Geral da Política de Justiça: violência doméstica contra cônjuges ou análogos, violência doméstica contra menores, outros crimes de violência doméstica.

²⁸ Para informação e análise mais detalhada sobre a estatística relativa aos crimes de violência doméstica conferir ANEXO IV.

Os números do crime de violência doméstica têm persistido elevados ano após ano com ligeiras alterações, o que evidencia a gravidade desta problemática. Contudo, de uma forma geral, como é possível comprovar através do gráfico 1, este ilícito criminal apresenta uma tendência de diminuição, sendo de registar um decréscimo de 3,18% entre 2013 e 2018.

Gráfico 1 - Evolução do número de participações do crime de violência doméstica



Fonte: Adaptado de DGPI (2019).

Concomitantemente, é necessário realçar que as ocorrências de violência doméstica que chegam ao conhecimento das forças de segurança constituem apenas uma parte do fenómeno. De acordo com os dados patentes no relatório da COMISSÃO EUROPEIA de 2016, intitulado *Gender-based violence*, importa referir que em 1000 entrevistas realizadas em Portugal, 93% dos participantes consideraram a violência doméstica contra as mulheres uma realidade muito comum ou comum no país, enquanto 29% consideram a violência doméstica contra os homens muito comum ou comum. Assim, pressupõe-se que a prevalência do crime de violência doméstica seja superior aos números de participações criminais apresentados pelos sucessivos RASI.

Conforme expresso na tabela seguinte relativamente à caracterização das vítimas no que respeita ao género, verifica-se que o sexo feminino apresenta uma maior percentagem (78,64%) comparativamente ao sexo masculino (21,36%). Estes dados referentes ao ano de 2018 indicam que em cada dez vítimas de violência doméstica cerca de oito são do sexo feminino. As vítimas com idade superior a 24 anos representam a grande maioria (78,37%), seguida das vítimas com idade inferior a 16 anos (12,22%) e das vítimas com faixa etária compreendida entre os 16 e os 24 anos de idade, que correspondem a 9,40% da totalidade das vítimas de violência doméstica.

Tabela 2 - Caracterização das vítimas relativamente ao género

	n	%
Sexo		
Masculino	6850	21,36%
Feminino	25217	78,64%
Idade		
<16	3919	12,22%
16-24	3015	9,40%
>24	25131	78,37%
N = 32067		

Fonte: Adaptado do RASI 2018.

No que concerne à caracterização dos denunciados relativamente ao género, representada na tabela 3, é observável que a grande maioria (83,53%) são do sexo masculino e os restantes (16,47%) são do sexo feminino. Estes dados apontam para que em cada dez denunciados cerca de oito são do sexo masculino, ou seja, o oposto relativamente à caracterização das vítimas. Em relação à idade dos denunciados, verifica-se que 93,93% dos denunciados possui uma idade superior a 24 anos e, por sua vez, os denunciados com idade compreendida entre os 16 e os 24 anos e com idade inferior a 16 anos representam, respetivamente, 5,98 % e 0,09% do número total de denunciados.

Tabela 3 - Caracterização dos denunciados relativamente ao género

	n	%
Sexo		
Masculino	25947	83,53%
Feminino	5116	16,47%
Idade		
<16	27	0,09%
16-24	1859	5,98%
>24	29177	93,93%
N = 31063		

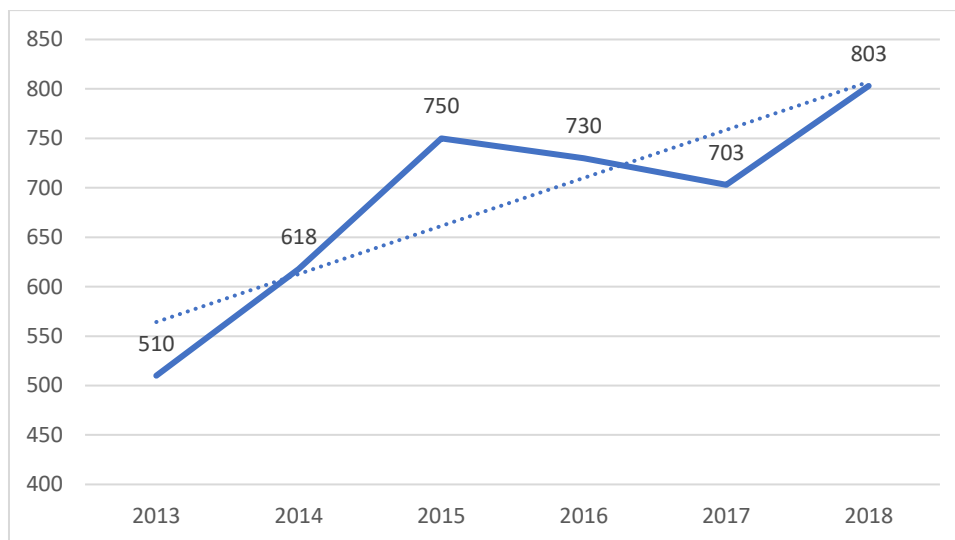
Fonte: Adaptado do RASI 2018.

De acordo com os sucessivos Relatórios Anuais de Monitorização de Violência Doméstica, elaborados pela Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), em cerca de 70 % dos casos, as situações de violência doméstica são reportadas às forças de segurança no próprio dia ou dia seguinte (SGMAI, 2017, p. 9).

No gráfico subsequente estão elencados os números de detenções efetuadas pelas forças de segurança a suspeitos da prática de crimes de violência doméstica. Neste âmbito, é de referir que em 2018 foram detidos 803 suspeitos, mais 100 do que em 2017, o que

corresponde a um acréscimo de 14,22% de detenções. Este número aumentou 157,45% entre 2013 e 2018.

Gráfico 2 - Detenções efetuadas pelas Forças de Segurança



Fonte: Adaptado do RASI 2018.

Em 2018 foram findos 32042 inquéritos. Destes, a maioria dos inquéritos de processos criminais de violência doméstica resultaram em arquivamento (65,51%). A acusação foi deduzida em 14,40% dos processos criminais e em 7,18% dos casos foi aplicada a suspensão provisória do processo, conforme dados elencados na tabela 4 fornecidos pelo RASI de 2018.

Tabela 4 - Resultado dos inquéritos de processos crime de violência doméstica

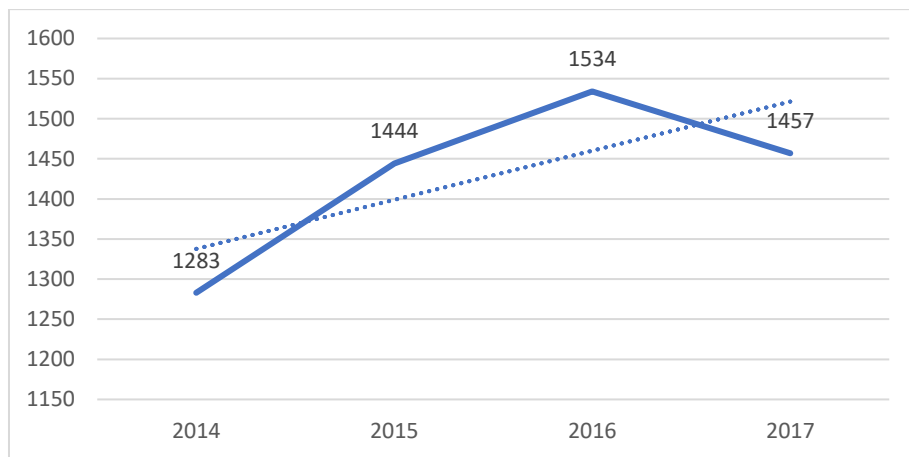
	n	%
Inquéritos findos	32042	100,00%
Por acusação	4613	14,40%
Suspensão provisória	2302	7,18%
Por arquivamento	20990	65,51%
Por outros motivos	4137	12,91%
N = 32.042		

Fonte: Adaptado do RASI 2018.

Por sua vez, o número de condenações por crimes de violência doméstica contra cônjuges ou análogos em tribunais judiciais de 1.^a instância apresenta uma tendência crescente. Tal como demonstrado no gráfico seguinte, apesar da redução do número de condenações de 1534, em 2016, para 1457, em 2017, verifica-se um aumento do número de condenações em cerca de 13,5% no hiato temporal compreendido entre os anos de 2014 e 2017²⁹.

²⁹ À data da realização do presente estudo ainda não se encontravam disponíveis os dados do número de condenações relativos ao ano de 2018.

Gráfico 3 - Condenações por crimes de violência doméstica



Fonte: Adaptado de DGPI (2019).

O crime de violência doméstica é caracterizado por uma elevada taxa de atrito, isto é, para um elevado número de participações existe um número bem mais reduzido de acusações e condenações. De acordo com CARINA QUARESMA (2012, p. 46), existem inúmeros fatores que podem contribuir para esta taxa de atrito, uns relacionados com a organização e funcionamento do sistema de justiça criminal e dos mecanismos existentes de apoio às vítimas e outros relacionados com as próprias vítimas (*e.g.* fatores sociais, económicos e psicológicos). Despoletada pela elevada taxa de atrito, acrescido pelo facto de que a maior parte das condenações se efetivar em penas suspensas³⁰, eleva-se um sentimento de impunidade na sociedade portuguesa em relação ao crime de violência doméstica (Gil, 2019).

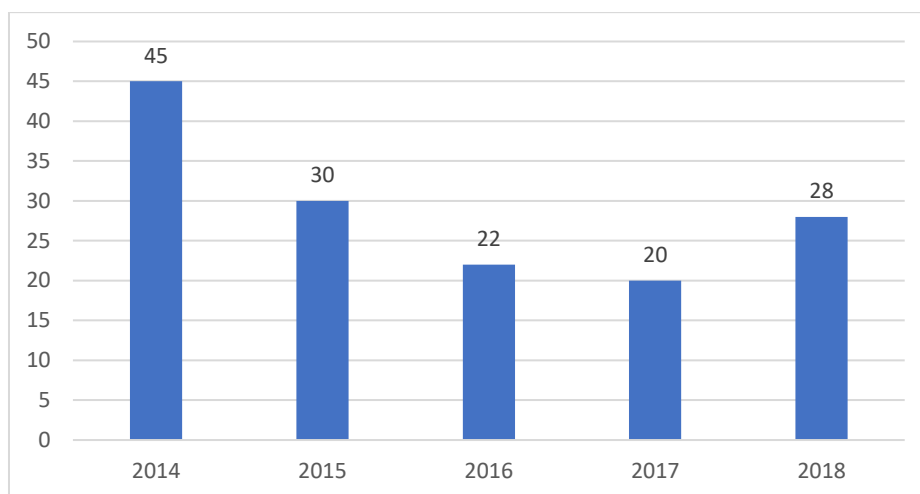
São inúmeras as consequências deste flagelo criminal e, no limite, as situações de violência doméstica podem culminar com a morte da vítima. Com efeito, de acordo com o trabalho desenvolvido pelo OBSERVATÓRIO DE MULHERES ASSASSINADAS (2019), no período compreendido entre 2004 e 2018, 503 mulheres perderam a vida em contexto de intimidade, presente ou passada, ou familiar. Este relatório refere ainda que no ano 2018 ocorreram 28 femicídios, mais oito femicídios do que ocorridos no ano de 2017, conforme demonstrado no gráfico seguinte. Relativamente ao ano de 2019, dados não oficiais³¹

³⁰ O crime de violência doméstica é punido com pena de prisão até cinco anos (*cfr.* art. 152.º CP), e neste sentido, nos termos do art. 50.º do CP, aos crimes que apresentem moldura penal não superior a cinco anos deve-se, preferencialmente, aplicar pena suspensa.

³¹ Sobre este assunto *vide* DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2019) *Disparou o número de mortes por violência doméstica*, JORNAL DE NOTÍCIAS (2019c) *Uma vítima por semana. Foram mortas 14 mulheres desde o início do ano*, TATIANA COSTA (2019) *Violência doméstica. Mortes voltam a subir* e CORREIO DA MANHÃ (2019) *Violência doméstica já matou 14 pessoas este ano. Conheça as suas histórias*.

indicam que foram assassinadas 12 mulheres, uma criança de dois anos e um homem vítimas de violência doméstica em Portugal³².

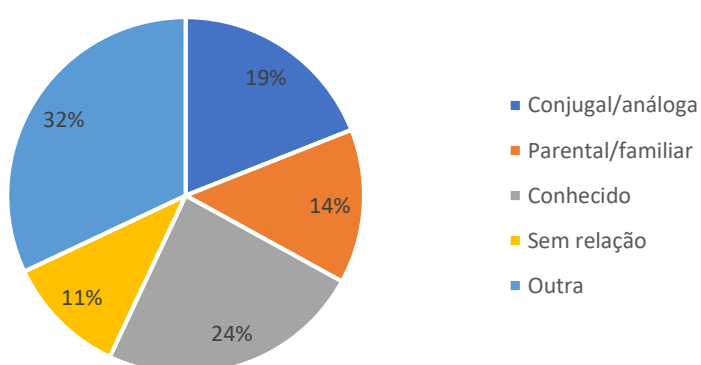
Gráfico 4 - Número de femicídios



Fonte: Adaptado de OBSERVATÓRIO DE MULHERES ASSASSINADAS (2019).

De acordo com dados do RASI (2018) expressos no gráfico 5, 19% dos homicídios voluntários consumados ocorreram em contexto conjugal ou análogo, correspondendo a 15 vítimas do sexo feminino e sete do sexo masculino, e em 14% existia uma relação parental ou familiar, resultando em dez vítimas do sexo feminino e sete do sexo masculino. Assim, 33% dos homicídios voluntários, numericamente correspondente a 39 vítimas mortais, foram consumados em contexto conjugal/análogo ou familiar/parental.

Gráfico 5 – Homicídios voluntários consumados



Fonte: RASI 2018 (p. 43).

Face aos dados expostos, conclui-se que existe uma discrepância entre o número de participações registadas, o número de inquéritos de processos crime e os subsequentes

³² Referente ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2019 e 26 de abril de 2019.

resultados de arquivamento e acusação. Denota-se uma tendência crescente no número de detenções e no número de condenações pelo crime de violência doméstica, contudo, estes números são ainda residuais face ao número de participações registadas pelas forças de segurança. Por outro lado, as consequências desta realidade nas vítimas e na vida em sociedade são de tal forma gravosas e com impactos na segurança, ordem e tranquilidade públicas o que, *per si*, traduz uma preocupação e desafio adicional para a segurança.

CAPÍTULO III

PROGRAMA “UM PASSO MAIS” NA CIDADE DO PORTO

III. 1. OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

O programa 1P+, promovido pela Procuradoria-Geral Distrital do Porto através do DIAP e em estreita colaboração com o COMETPOR, teve a sua apresentação formal em abril de 2013. A génese do programa 1P+ é consequência das evoluções internas desenvolvidas no DIAP e no COMETPOR, derivadas dos esforços de especialização em matérias de violência doméstica (QUINTAS e SOUSA, 2017, p. 22). Por um lado, no DIAP urgia a necessidade de se implementarem formas mais céleres de atuação, em especial, no que concerne à sinalização de situações urgentes que requeriam imediata intervenção policial, social e de justiça. Por outro lado, o COMETPOR tinha criado, em março de 2013, o GAIV, para onde passou a encaminhar todas as situações de violência doméstica, e uma equipa especializada na investigação de crimes de violência doméstica inserida na Divisão de Investigação Criminal (DIC). Estas evoluções e necessidades verificadas no seio destas duas instituições alinharam-se e convergiram no Programa 1P+.

A implementação do programa 1P+ apresenta como objetivos “prevenir a reincidência criminal, aumentar a proteção das vítimas, proporcionar a satisfação com os serviços prestados pelas entidades envolvidas, nomeadamente pela PSP e pelo MP, incrementar o sentimento de segurança e alcançar maior celeridade no desenvolvimento das diligências processuais” (QUINTAS e SOUSA, 2017, p. 7). Destinado a implementar um novo modelo de abordagem e investigação aos crimes de violência doméstica ocorridos nas freguesias da cidade do Porto³³, o programa 1P+ conta com inúmeras parcerias. Para além do DIAP e do COMETPOR, o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF) e a Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP) assumem-se enquanto parceiros privilegiados. No entanto, este programa inclui ainda uma extensa lista de outras parcerias, nomeadamente com instituições dotadas de estruturas de apoio à vítima, serviços sociais e de saúde.

³³ Nomeadamente: Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde; Bonfim; Campanhã; Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória; Lordelo do Ouro e Massarelos; Paranhos; e Ramalde.

De acordo com JORGE QUINTAS e PEDRO SOUSA (2017, p. 23), não existe um documento oficial que estabeleça a missão de cada um dos parceiros elencados anteriormente, no entanto cada uma das partes deve organizar a sua ação com base nos seguintes pressupostos:

- Ao DIAP do Porto³⁴ compete encontrar as respostas mais adaptadas e eficazes a cada processo, distinguindo as situações urgentes e cuidando especialmente desses casos para que se conciliem as necessidades de proteção da vítima e de investigação criminal. O DIAP deve ainda promover, sempre que possível, a celeridade processual;
- O COMETPOR compromete-se a especializar polícias, com o objetivo de atuarem complementarmente na resposta ao crime de violência doméstica. Face a tal desiderato, foi criado o GAIV e a EEIV;
- O INMLCF colabora no âmbito das suas competências, nomeadamente através da realização célere e eficaz dos exames e perícias;
- A Escola de Criminologia da FDUP realiza a avaliação científica do programa, designadamente do seu processo de implementação e dos seus resultados, estabelecendo, para o efeito, formas adequadas de articulação com o DIAP e com a PSP;
- Para além destes parceiros privilegiados, o DIAP e a PSP articulam-se com as instituições cuja contribuição se mostre necessária e adequada à boa prossecução das finalidades de proteção da vítima.

III. 1. 1. A ATUAÇÃO DAS UNIDADES ESPECIALIZADAS DE POLÍCIA

O COMETPOR encontra-se munido de estruturas especializadas em matéria de violência doméstica, nomeadamente o GAIV e uma equipa especializada na investigação de crimes de violência doméstica inserida na DIC, a EEIV.

A missão do GAIV e da EEIV foca-se no tipo legal de crime de violência doméstica, previsto no art. 152º do CP. Contudo, podem também ser desenvolvidas diligências ou

³⁴ De referir que o DIAP do Porto possui uma secção especializada na investigação crimes de violência doméstica, maus tratos, criminalidade contra pessoas vulneráveis e crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual – 1.ª Secção.

encaminhadas vítimas de crimes que, apesar de não terem sido vítimas do tipo legal de crime de violência doméstica, foram vítimas de crime ocorrido em contexto de família ou de relações de intimidade e de proximidade, cujas consequências de vitimação sejam graves e/ou origem elevado sentimento de insegurança.

Na cidade do Porto, é atribuída natureza urgente a todas as ocorrências policiais relacionadas com violência doméstica, sendo obrigatório a comunicação imediata de todas as ocorrências desta natureza à EEIV e ao GAIV.

O GAIV, em funcionamento desde 13 de março de 2013, tem como base a Diretiva Operacional n.º 39/2012 do COMETPOR. Com a criação do GAIV deu-se cumprimento ao art. 27º da Lei da Violência Doméstica que prevê a possibilidade de os órgãos de polícia criminal assegurarem a prevenção, o atendimento e o acompanhamento das situações de violência doméstica criando, para tal, gabinetes de atendimento e informação a vítimas, dotados de condições adequadas.

Instalado na Esquadra do Bom Pastor, da 3.ª Divisão Policial do COMETPOR, em funcionamento num sistema de 24 horas por dia e dotado de 17 polícias que foram alvo de formação específica, o GAIV detém centralizado o atendimento e acompanhamento das vítimas de violência doméstica na cidade do Porto.

De acordo com a Diretiva Operacional n.º 39/2012 do COMETPOR, este gabinete especializado tem como missão incrementar a qualidade no atendimento e apoio de todas as vítimas de crimes sofridos em contexto doméstico e implementar mecanismos de cooperação e coordenação entre todas as valências policiais, destacando-se a investigação criminal, o MP e outras instituições fundamentais no âmbito do processo penal, e ainda as instituições que apoiam e reforçam a proteção das vítimas.

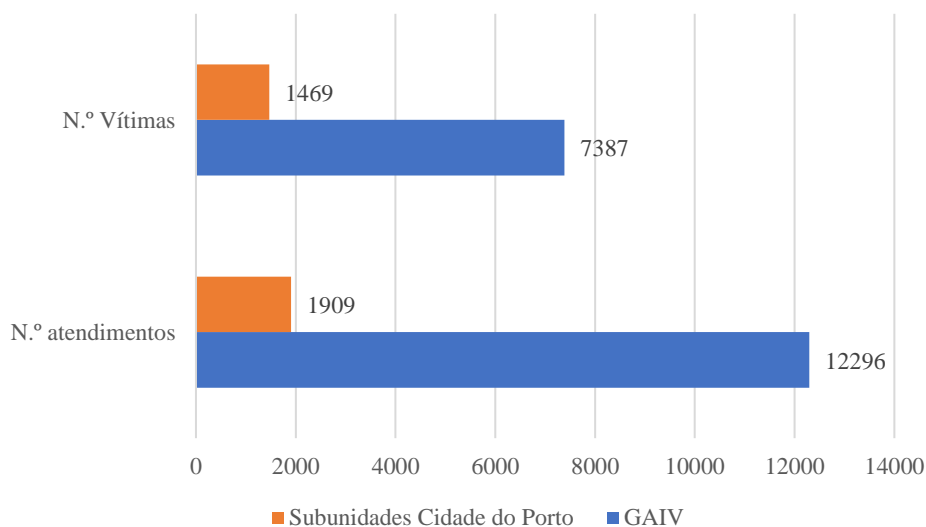
Assim, pretende-se que na cidade do Porto o atendimento a todas as vítimas e denunciante de crimes de violência doméstica seja efetuado no GAIV. O seu encaminhamento entre as subunidades do COMETPOR e o GAIV deve respeitar os seguintes procedimentos (Diretiva Operacional n.º 39/2012):

- Os cidadãos/denunciante devem ser informados que o COMETPOR dispõe de um GAIV que se encontra sediado na Esquadra do Bom Pastor, na freguesia de Paranhos, devendo o atendimento policial ser realizado, regra geral, naquele local;
- Os cidadãos devem ser convidados a deslocarem-se ao GAIV pelos seus próprios meios;

- Quando não for possível, poderá ser fornecido o transporte através dos meios da respetiva subunidade policial ou de outro meio policial disponibilizado pelo Centro de Comando e Controlo (CCC).
- Quando os cidadãos não pretendam, em qualquer das modalidades referidas, deslocar-se ao GAIV, deverá ser prontamente recebida a denúncia e o expediente será encaminhado posteriormente para o GAIV.

Desde a sua implementação deslocaram-se ao GAIV 7387 vítimas e foram, consequentemente, efetuados 12296 atendimentos especializados³⁵. Não olvidando eventuais situações em que o atendimento às vítimas de violência doméstica se realiza nas subunidades policíacas da cidade do Porto³⁶, constata-se que, de facto, a grande maioria destes atendimentos são efetuados no GAIV. Quando comparadas as estatísticas relativos ao número de atendimentos e de vítimas registadas no GAIV e nas subunidades policíacas da cidade do Porto, verifica-se que o GAIV possui, neste domínio, números seis vezes superiores, conforme demonstrado no gráfico 6.

Gráfico 6 – Número de vítima e de atendimentos COMETPOR



Fonte: Adaptado de Núcleo de Operações do COMETPOR.

Da totalidade dos 12296 atendimentos realizados, realça-se que em 76,46% dos casos as vítimas deslocaram-se diretamente ao GAIV. Nas restantes situações, as vítimas tiveram como proveniência outras estruturas da PSP (esquadras, DIC, turismo e CCC) em 18,24% dos casos ou instituições externas (DIAP, Polícia Municipal, Polícia Judiciária, GNR,

³⁵ Os dados apresentados são relativos ao espaço temporal compreendido entre a data de implementação do GAIV, março de 2013, e o ano de 2018, inclusive. Os dados relativos à atuação do GAIV estão discriminados no ANEXO V.

³⁶ Subunidades Policiais da cidade do Porto: 1.ª Divisão, 2.ª Divisão, 3.ª Divisão, DIC, Trânsito e Turismo.

estabelecimentos de ensino, autarquias, estruturas de atendimento, unidades hospitalares) em 5,29% dos atendimentos (tabela 5).

Tabela 5 – Proveniência das vítimas GAIV

	n	%
Diretamente GAIV	9402	76,46%
Esquadras	1043	8,48%
DIC	15	0,12%
Turismo	10	0,08%
CCC	1176	9,56%
DIAP	33	0,27%
Polícia Municipal	2	0,02%
Polícia Judiciária	1	0,01%
GNR	3	0,02%
Estabelecimentos ensino	4	0,03%
Autarquias	3	0,02%
Estruturas de Atendimento	246	2,00%
Unidades Hospitalares	358	2,91%
N= 12292		

Fonte: Adaptado de Núcleo de Operações do COMETPOR.

No decorrer do atendimento especializado às vítimas de violência doméstica, os polícias do GAIV avaliam o risco inerente a cada situação, elaboram planos de segurança personalizados e procuram transmitir às vítimas um sentimento de segurança (RODRIGUES, 2019; GIL, 2019). Posteriormente, estes polícias vão estabelecendo diversos contactos com as vítimas, presenciais ou telefónicos, de forma a apoiar e acompanhar a sua situação. Estes acompanhamentos pós-vitimação tem como principal intuito aferir eventuais práticas de reincidência de atos de violência doméstica (RODRIGUES, 2019). Neste âmbito, foram estabelecidos 26221 contactos com as vítimas deste flagelo criminal, dos quais 29,61% foram realizados de forma presencial e 70,39% telefonicamente (tabela 6).

Tabela 6 – Acompanhamentos pós-vitimação GAIV

	n	%
Presenciais	7764	29,61%
Telefónicos	18457	70,39%
N= 26221		

Fonte: Adaptado de Núcleo de Operações do COMETPOR.

Tendo presente as inúmeras parcerias desenvolvidas através do Programa 1P+, o GAIV, como demonstrado na tabela seguinte, procedeu a 380 encaminhamentos urgentes, dos quais 51,84% foram efetuados através da “Linha de emergência social 144” e os

restantes 48,16% através de casas abrigo. Ressalva-se que dos 183 encaminhamentos urgentes para casas abrigo, 20,22% são referentes a crianças. Simultaneamente foram também reencaminhadas 1249 vítimas de violência doméstica para estruturas especializadas de apoio à vítima³⁷.

Tabela 7 – Encaminhamentos urgentes GAIV

	n	%
Linha Emergência Social "144"	197	51,84%
Casas Abrigo	183	48,16%
N= 380		

<i>Encaminhamentos urgentes - Casas Abrigo</i>		
	n	%
Vítimas violência doméstica	146	79,78%
Crianças	37	20,22%
N= 183		

Fonte: Adaptado de Núcleo de Operações do COMETPOR.

O GAIV monitoriza ainda os dispositivos de teleassistência atribuídos às vítimas de violência doméstica. Desde a sua implementação foram atribuídos 159 aparelhos de teleassistência, contudo, no dia 13 de março de 2019, data celebrativa do sexto aniversário deste gabinete especializado, estavam ativos 48 dispositivos de teleassistência.

Paralelamente, existem dois carros patrulha afetos ao GAIV. Esta particularidade permite que os polícias do GAIV se desloquem às ocorrências de violência doméstica se for solicitada a sua ajuda. Apesar de não ser considerada a regra geral, esta situação já se verificou por 1686 ocasiões. Estes polícias especializados utilizam ainda estas viaturas para realizarem diversas diligências relacionadas com as vítimas. Com efeito, encontram-se registados o cumprimento de 5309 diligências, tais como acompanhamentos e retiradas de bens.

A EEIV³⁸, com base no preceituado na Diretiva Operacional n.º 39/2012, procede ao tratamento centralizado na DIC do expediente e diligências processuais alusivas ao crime de violência doméstica, sempre em estreita colaboração com a 1.ª Secção do DIAP do Porto. Esta equipa é responsável pela investigação e instrução dos inquéritos de processos crimes

³⁷ Entre as quais se encontram: CIG, APAV, UMAR, FISOOT, ADDIM, GEAV, Unidade Alcoologia, Projeto Criar, Primeiro Passo, Espaço “Ser Mulher”, Associação “Mais Brasil”, Fios & Desafios, Vida Norte, BRASOAR, Juntas de Freguesia, ADICE – Valongo, Gabinete “Janela Aberta”, Santa Casa da Misericórdia do Porto, entre outras.

³⁸ Os dados relativos à atuação da EEIV estão discriminados no ANEXO VI.

de violência doméstica delegados pelo MP. A EEIV realiza várias diligências no decorrer de um processo criminal, tais como tomada de declarações, interrogatórios, inquirições, dá cumprimento a mandados de busca e detenção, bem como acompanha e monitoriza a aplicação de medidas de proteção às vítimas e de coação aos agressores.

Tabela 8 – N.º de detenções efetuadas pela EEIV

	n	%
Flagrante Delito	11	1,61%
Fora de Flagrante Delito	672	98,39%
Cumprimento de mandado de detenção emitido por:		
Autoridade judiciária	665	97,36%
Autoridade de polícia criminal	7	1,02%

N= 683

Fonte: Adaptado de Núcleo de Operações do COMETPOR.

De referir que, no hiato temporal compreendido entre 2013 e 2018, esta equipa especializada realizou 683 detenções na cidade do Porto, sendo que em 98,39% dos casos foi dado cumprimento ao mandado de detenção emitido pela autoridade judiciária (tabela 8). Foi igualmente dado cumprimento a 315 mandados de busca domiciliários.

Concluindo, as unidades especializadas de polícia adstritas ao COMETPOR desempenham um papel preponderante no modelo de resposta ao fenómeno da violência doméstica implementado na cidade do Porto. O GAIV possui uma atuação vocacionada essencialmente para as vítimas, onde efetuam um atendimento especializado e personalizado e consequentes acompanhamentos, e, por sua vez, a EEIV centra a sua ação nos agressores, sempre em estreita relação com a secção especializada do DIAP do Porto.

III. 2. CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Na cidade do Porto, no ano de 2018, foram registadas 825 participações de violência doméstica. Ao desagregar este flagelo criminal nas três diferentes tipificações definidas pela DGPJ verifica-se que o crime de violência doméstica contra cônjuges ou análogos representa a grande maioria, em concreto, 76,36% do número total de participações criminais de violência doméstica. Outros crimes de violência doméstica assume um peso relativo de 22,35% do total das participações deste ilícito criminal e a violência doméstica contra menores possui uma reduzida expressividade, correspondendo a 1,09% dos crimes de

violência doméstica participados na cidade do Porto, conforme dados elencados na tabela que se segue.

Tabela 9 – Crime de violência doméstica na cidade do Porto

	n	%
Violência doméstica	825	100%
Contra cônjuges ou análogos	630	76,36%
Contra menores	9	1,09%
Outros crimes de violência doméstica	186	22,55%

N= 825

Fonte: Adaptado de DGPI (2019).

As características relativas às vítimas atendidas no GAIV constam na tabela 10. A vítima de violência doméstica é do sexo feminino em 84,08% e do sexo masculino em 15,92% dos crimes registados. O escalão etário com maior representatividade é o dos 36-40 anos, seguido do compreendido entre os 41-45 e 31-35 anos.

Tabela 10 – Caracterização das vítimas na cidade do Porto

	n	%
Sexo		
Masculino	1176	15,92%
Feminino	6211	84,08%
Idade		
<18	148	2,00%
18-20	270	3,66%
21-25	721	9,76%
26-30	834	11,29%
31-35	888	12,02%
36-40	988	13,37%
41-45	916	12,40%
46-50	797	10,79%
51-55	617	8,35%
56-60	392	5,31%
61-65	290	3,93%
>65	526	7,12%

N = 7387

Fonte: Adaptado de Núcleo de Operações do COMETPOR.

Para o total de 7387 vítimas, o GAIV registou, igualmente, um total de 7387 agressores. Destes, e tendo em consideração os dados patentes na tabela seguinte, 84,11% são do sexo masculino e 15,89% do sexo feminino.

Tabela 11 – Caracterização dos suspeitos na cidade do Porto

	n	%
Sexo		
Masculino	6213	84,11%
Feminino	1174	15,89%

N= 7387

Fonte: Adaptado de Núcleo de Operações do COMETPOR.

Na tabela 12 consta a relação entre as vítimas e agressores. A violência entre parceiros íntimos é largamente maioritária (94,25%), incluindo as situações de violência no casal – cônjuges (26,94%), companheiros/as (26,52%) e namorados/as (5,27%) e casos de separação – ex-cônjuges (7,91%), ex-companheiros/as (19,22%) e ex-namorados/as (8,39%). A violência doméstica sobre progenitores ocorre em 2,41% e sobre os filhos/as em 2,38% dos crimes registados. Com menos de 1% surgem os crimes sobre outros familiares (avós, netos/as, irmãos/irmãs, primos/as e outras relações familiares). A dependência económica verifica-se em 13,46% dos casos de violência doméstica.

Tabela 12 – Relação entre vítima e agressor na cidade do Porto

	n	%
Parceiros íntimos	6.962	94,25%
Violência no casal	4.338	58,72%
Cônjuges	1.990	26,94%
Companheiros/as	1.959	26,52%
Namorados/as	389	5,27%
Casos de separação	2.624	35,52%
Ex-cônjuges	584	7,91%
Ex-companheiros/as	1.420	19,22%
Ex-namorados/as	620	8,39%
Outras relações familiares	425	5,75%
Progenitores	178	2,41%
Filhos/as	176	2,38%
Avós	12	0,16%
Netos/as	15	0,20%
Irmãos	7	0,09%
Primos	3	0,04%
Outro	34	0,46%
Dependência económica	994	13,46%

N= 7.387

Fonte: Adaptado de Núcleo de Operações do COMETPOR.

A violência psicológica está envolvida na esmagadora maioria das situações (84,08%), enquanto a violência física está associada em cerca de 6 em cada 10 casos

(61,61%). A violência social, económica e sexual, a tipologia de violência mais rara, acontecem em 32,25%, 11,13% e 2,53% dos casos, respetivamente (tabela 13).

Tabela 13 – Caracterização do crime de violência doméstica na cidade do Porto

	n	%
Tipo de violência		
Física	4551	61,61%
Psicológica	6211	84,08%
Social	2382	32,25%
Sexual	187	2,53%
Económica	822	11,13%
Período da ocorrência do crime		
Dia da semana		
Segunda-Feira	1101	14,90%
Terça-Feira	961	13,01%
Quarta-Feira	1038	14,05%
Quinta-Feira	1015	13,74%
Sexta-Feira	981	13,28%
Sábado	1059	14,34%
Domingo	1232	16,68%
Horário		
Madrugada (00:00-05:59)	999	13,52%
Manhã (06:00-11:59)	1147	15,53%
Tarde (12:00-17:59)	2228	30,16%
Noite (18:00-23:59)	3013	40,79%
Local da ocorrência		
Residência Particular	5721	77,45%
Via Pública	1141	15,45%
Espaço fechado aberto ao público	261	3,53%
Local de trabalho da vítima	57	0,77%
Outro	207	2,80%
Concelho da ocorrência		
Concelho do Porto	5912	80,03%
Divisões Destacadas do COMETPOR	1063	14,39%
Outros Comandos PSP	99	1,34%
GNR	313	4,24%
Consequências nas vítimas		
Sem lesões	3945	53,40%
Ferimentos ligeiros	3355	45,42%
Ferimentos graves	87	1,18%
Morte	0	0,00%
Internamento hospitalar	79	1,07%
Ocorrências anteriores de violência doméstica	1205	16,31%

N= 7387

Fonte: Adaptado de Núcleo de Operações do COMETPOR.

De acordo com a tabela anterior, relativamente ao período da ocorrência do crime, verifica-se que este ilícito criminal assume maior incidência ao fim de semana (sábado e domingo) e à segunda-feira, sendo o período da noite o mais frequente (40,79%) e o da madrugada e o da manhã os menos frequentes. No que concerne ao local da ocorrência, a residência particular é o local onde ocorrem a grande maioria dos casos de violência doméstica (77,45%), seguido da via pública (15,45%), dos espaços fechados abertos ao público (3,53%) e do local de trabalho da vítima (0,77%). De referir também que cerca de 95% das ocorrências tiveram o local de ocorrência na área de atuação do COMETPOR, sendo que 80% das situações estão circunscritas ao concelho do Porto e 14,39% à área das Divisões Policiais Destacadas do COMETPOR³⁹. Deslocaram-se também ao GAIV vítimas cujo local de ocorrência se situa fora da área de atuação da PSP, em concreto, 4,24% das situações de violência doméstica ocorreram na área da GNR.

No que concerne às consequências nas vítimas, constata-se que não houve vítimas mortais a registar desde a implementação do GAIV e que em mais de metade das situações não ocorreram lesões (53,40%). Contudo, em 45,42% e 1,18% das situações, as vítimas de violência doméstica sofreram, respetivamente, ferimentos ligeiros e graves. As vítimas necessitaram de internamento hospitalar em 1,07% das situações detetadas. Importa acrescentar que apenas em cerca de um sexto das situações criminais registadas (16,31%) já existiam ocorrências anteriores registadas de violência doméstica.

Relativamente ao momento da denúncia do crime de violência doméstica, verifica-se que, na cidade do Porto, três em cada quatro denúncias foram reportadas no próprio ou no dia seguinte ao dia da ocorrência, conforme dados expostos na tabela subsequente. Estatisticamente, 45,23% das vítimas denunciaram a situação de violência doméstica no próprio dia da ocorrência do crime e 29,92% no dia seguinte. Apenas em 10,12% dos casos a denúncia foi apresentada com um intervalo superior a cinco dias face ao dia da ocorrência. No que ao período da denúncia do crime de violência doméstica diz respeito, constata-se que a denúncia ocorre com maior incidência à segunda (15,12%) e terça-feira (15,00%), e pelo contrário, o sábado e o domingo são os dias em que se verificam menos denúncias, assumindo valores de 13,01% e 13,77%, respetivamente. O maior número de denúncias ocorre no horário noturno (38,68%), seguindo-se do horário da tarde (34,07%). A madrugada

³⁹ Divisões Policiais Destacadas do COMETPOR: Maia, Gondomar, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Vila do Conde.

e a manhã consubstanciam-se nos horários com menos denúncias de crimes de violência doméstica.

Tabela 14 – Caracterização da denúncia do crime de violência doméstica na cidade do Porto

	n	%
Dia da denúncia em relação ao dia da ocorrência		
Mesmo dia	2543	45,23%
Dia Seguinte	1682	29,92%
Entre dois e cinco dias	738	13,13%
Mais de cinco dias	569	10,12%
N= 5622		
Período da ocorrência do crime		
Dia da semana		
Segunda-Feira	1117	15,12%
Terça-Feira	1108	15,00%
Quarta-Feira	1066	14,43%
Quinta-Feira	1079	14,61%
Sexta-Feira	1039	14,07%
Sábado	961	13,01%
Domingo	1017	13,77%
Horário		
Madrugada (00:00-05:59)	905	12,25%
Manhã (06:00-11:59)	1109	15,01%
Tarde (12:00-17:59)	2517	34,07%
Noite (18:00-23:59)	2856	38,66%
N= 7387		

Fonte: Adaptado de Núcleo de Operações do COMETPOR.

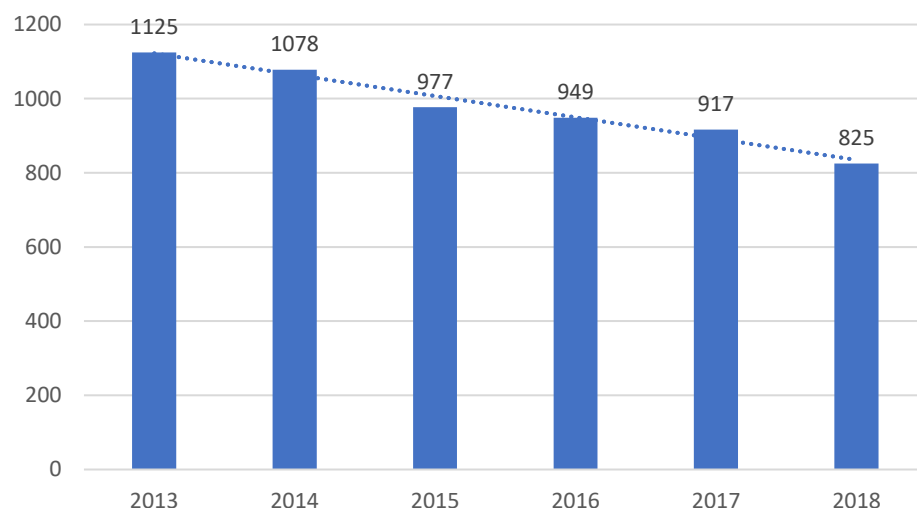
Concluindo, à semelhança do panorama nacional, também na cidade do Porto se verifica que, maioritariamente, os casos de violência doméstica participados são referentes a situações de violência entre parceiros íntimos, onde as vítimas são do sexo feminino e os agressores do sexo masculino. A violência psicológica e física são as tipologias de violência mais frequentes e a grande maioria destes episódios de violência ocorrem na residência particular. Os episódios de violência doméstica tendem a ser denunciados junto das forças de segurança no próprio dia ou no dia seguinte, com maior incidência à segunda-feira no período noturno. Por outro lado, estes incidentes apresentam uma maior probabilidade de ocorrência durante o fim de semana e à segunda-feira no período da tarde e da noite. Relativamente às consequências nas vítimas, e em específico, às situações de violência doméstica que culminaram com a morte das vítimas eleva-se um aspeto fundamental que se verifica na cidade do Porto: a inexistência de vítimas mortais desde a implementação do programa 1P+.

III. 3. IMPACTOS DO PROGRAMA “UM PASSO MAIS”

A conceção e implementação do programa 1P+ na cidade do Porto implicou a adoção de uma nova abordagem de intervenção e resposta ao fenómeno da violência doméstica que, consequentemente, se traduz em inúmeros impactos.

Ao analisar a prevalência do crime de violência doméstica na cidade do Porto, tendo em consideração os dados disponibilizados pela Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), constata-se que a evolução do número de participações deste ilícito criminal é caracterizada por um decréscimo constante e gradual, conforme se encontra representado no gráfico 7. No ano de 2013 foram registados 1125 crimes de violência doméstica, tendo este número reduzido para 825 participações no ano de 2018. Desta forma, verifica-se uma redução de 26,67% do número de crimes de violência doméstica participados no hiato temporal compreendido entre os anos de 2013 e 2018.

Gráfico 7 – Evolução do número de participações do crime de violência doméstica na cidade do Porto

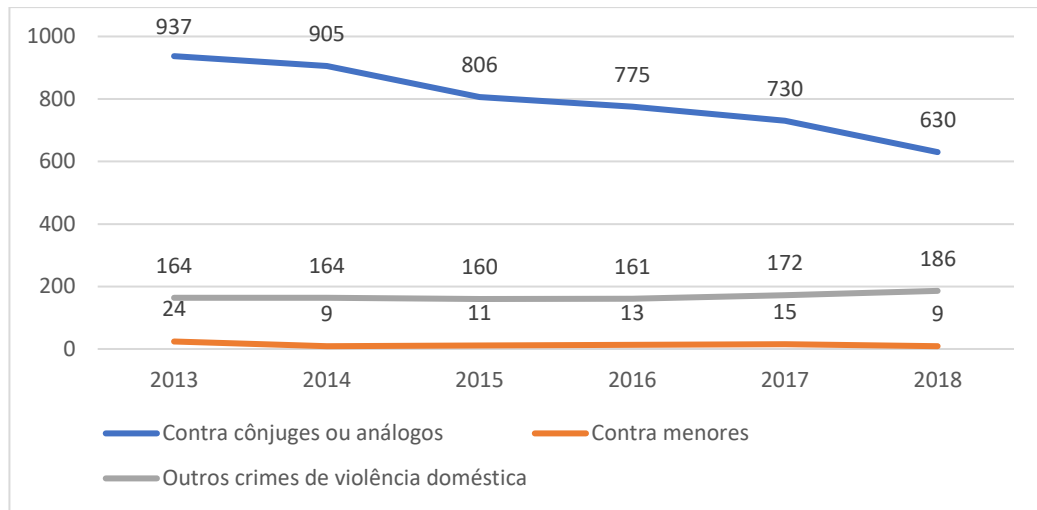


Fonte: Adaptado de Núcleo de Operações do COMETPOR.

Dissecando a evolução do crime de violência doméstica de forma desagregada na cidade do Porto, através da análise do gráfico seguinte, constata-se que a violência doméstica contra cônjuges ou análogos tem vindo a diminuir sucessivamente ano após ano, apresentando uma redução de 32,76% entre 2013 e 2018. Relativamente à violência doméstica contra menores observa-se uma diminuição de 62,50% do ano 2013 para o ano 2018, com nove participações registadas neste último ano. Por seu turno, o número de participações relativas a outros crimes de violência doméstica aumentou 13,41% no hiato

temporal compreendido entre 2013 e 2018, o que corresponde a um acréscimo de 22 participações.

Gráfico 8 – Evolução desagregada do crime de violência doméstica na cidade do Porto



Fonte: Adaptado de DGPI (2019)

Seguidamente, será analisada a avaliação científica do programa 1P+ publicada em 2017 e desenvolvida pelos professores JORGE QUINTAS e PEDRO SOUSA, da Escola de Criminologia da FDUP. Este estudo avaliou a eficácia do programa 1P+ e incidiu em dois aspetos fundamentais: a perspetiva das vítimas e a reincidência criminal. Para tal, e em virtude do programa 1P+ estar delimitado à cidade do Porto - zona de intervenção do programa 1P+ (Z1P+) -, foi selecionada uma outra área urbana de Portugal onde os casos de violência doméstica recebem respostas policiais e do MP de forma convencional - zona de comparação (ZC)-, com o intuito de comparar as duas zonas e avaliar a eficácia do programa 1P+.

No que concerne à perspetiva das vítimas, a avaliação científica concluiu que, no geral, as vítimas de violência doméstica estão satisfeitas com a implementação de programa 1P+. Com efeito, as vítimas da Z1P+ encontram-se mais satisfeitas com a atuação da PSP e do MP do que as vítimas da ZC. É de realçar que esta apreciação favorável por parte das vítimas traduz-se num incremento da sensação de segurança associada à resposta da polícia e do MP, numa maior confiança na polícia e na justiça, bem como numa diminuição do sentimento de insegurança, do medo do crime de violência doméstica e do risco de vitimação (QUINTAS e SOUSA, 2017, p. 60).

Relativamente à reincidência criminal, foram usados dois métodos complementares que produziram resultados contraditórios. Por um lado, comparando o autorrelato das

vítimas da Z1P+ com a ZC sobre novos episódios de violência doméstica, constata-se que o programa 1P+ não produz efeitos⁴⁰. Por outro lado, de acordo com dados oficiais registados pela PSP, verifica-se uma diminuição da taxa de reincidência na Z1P+, quando comparados os períodos que antecedem e sucedem a implementação do programa 1P+. Neste sentido, a avaliação científica exalta que o programa 1P+ possui especial impacto na redução da taxa de reincidência a três meses, no entanto, este impacto não se mantém um ano após notícia do crime⁴¹. Assim, os autores concluíram que o programa 1P+, ao concentrar os esforços de monitorização das situações no período subsequente ao registo da ocorrência, tem permitido uma maior contenção na repetição de novos episódios de violência (QUINTAS e SOUSA, 2017, p. 60).

A celeridade é apontada pelos nossos entrevistados como outro impacto despoletado pelo programa 1P+. Sobre esta particularidade, SANDRA GIL (2019) afirma que desde a implementação do programa 1P+ a celeridade se tornou evidente. Argumenta que, atualmente, no prazo máximo de uma semana a partir do momento da denúncia, a aplicação das medidas de coação encontra-se efetivada, ao contrário do que se verificava anteriormente em que o “processo ia-se desenrolando” mesmo tendo natureza urgente. No intuito de garantir a celeridade processual, existe uma articulação direta entre a PSP, através da EEIV e do GAIV, e a 1.ª Secção do DIAP, que permite enviar o expediente de violência doméstica no próprio dia da ocorrência ou denúncia, ou no máximo, no dia seguinte, e, por vezes, entregue diretamente em mãos (RODRIGUES, 2019). Paralelamente, a articulação entre este dois organismos públicos possibilita que, perante uma situação de risco elevado em que seja necessária uma intervenção urgente e sobre a qual o MP, através dos magistrados da 1.ª Secção do DIAP do Porto, elabore um mandado de detenção, a PSP dê cumprimento ao mandado e efetue a detenção do agressor para que lhe seja aplicada medida de coação em tempos muito curtos. Designadamente, SANDRA GIL (2019) refere que, por vezes, se verifica

⁴⁰ Segundo JORGE QUINTAS e PEDRO SOUSA, “quando inquiridas três meses após a apresentação da queixa, 23,9% das vítimas do Z1P+ reportaram terem existido novas ofensas em tal período, face a 21% das vítimas da ZC. Um ano após a apresentação da queixa, a percentagem de vítimas a reportar novos episódios passou para 25,4% no Z1P+, enquanto na ZC passou para 33%” (2017, p. 52).

⁴¹ Neste âmbito, foram comparadas as taxas de reincidência da Z1P+ e da ZC, a 3 meses e 1 ano após a notícia do crime, bem como antes e depois da implementação do programa 1P+, tendo sido constatado o seguinte (QUINTAS e SOUSA, 2017, pp. 53-58): No período anterior à implementação do programa 1P+ as duas zonas apresentavam taxas de reincidência semelhantes (Z1P+: 3 meses – 9,2%; 1 ano – 21,0%; ZC: 3 meses – 9,8%; 1 ano – 21,5%); Momentos volvidos desde a implementação do programa 1P+, verificou-se na Z1P+ uma redução da taxa de reincidência de 67,4% a 3 meses e de 36,3% a 1 ano. Também na ZC se verificou um decréscimo da taxa de reincidência de 31,6% a 3 meses e 34,9% a 1 ano. Desta forma, a taxa de reincidência a 3 meses da Z1P+ é significativamente inferior à apresentada pela ZC (Z1P+ – 3%; ZC – 6,7%), contudo no hiato temporal de 1 ano esta diferença deixa de se verificar (Z1P+ – 13,7%; ZC – 14%).

um reduzido hiato temporal de duas horas entre a emissão do mandando de detenção por parte do MP e a respetiva detenção do agressor por parte da EEIV. Para além do processo criminal *per si*, também a atuação dos demais parceiros envolvidos é classificada como célere. Neste ponto, destaca-se a colaboração imediata das instituições especializadas no apoio à vítima (RODRIGUES, 2019) e a realização de perícias no mais curto espaço de tempo por parte do INMLCF (GIL, 2019). Neste sentido, os procedimentos adotados por todas as instituições parceiras do programa 1P+ e, em especial, pelo COMETPOR e pelo DIAP do Porto, evidenciam a preocupação de intervir e procurar dar uma resposta o mais rápido possível perante qualquer situação de violência doméstica.

O programa 1P+ detém ainda um impacto de reconhecimento. Desde logo a nível local, onde a “mensagem vai passando” e os “potenciais agressores” sabem que existe um programa devidamente implementado e “que se praticaram um ato podem imediatamente serem detidos e presentes a julgamento em processo sumário ou para aplicação de medidas de coação” (GIL, 2019). Também as vítimas de violência doméstica reconhecem a pertinência do programa 1P+ e, em particular, a mais-valia que o GAIV pode representar no que ao apoio e acompanhamento diz respeito. Esta ideia é efetivada através da elevada percentagem de vítimas que se deslocam diretamente ao GAIV e ainda através do facto de o programa 1P+ estar, essencialmente, circunscrito à cidade do Porto e se verificar que são diversas as vítimas, cujo ilícito criminal ocorreu fora desta cidade, que solicitam os serviços do GAIV. Simultaneamente, tem-se verificado um crescente reconhecimento do programa 1P+ que extravasa o nível local, isto é, na cidade do Porto, e abrange um âmbito nacional⁴².

Destarte, a constante e gradual redução da prevalência do crime de violência doméstica na cidade do Porto, a satisfação das vítimas deste flagelo pelos serviços prestados pelas instituições parceiras do programa 1P+, nomeadamente da PSP e do MP, a diminuição das taxas da reincidência criminal, a celeridade processual e o reconhecimento alcançado consubstanciam-se nos principais impactos decorrentes da implementação do programa 1P+ na cidade do Porto.

⁴² Sobre este assunto, é de salientar as constantes referências efetuadas pela comunicação social ao programa 1P+ - a título ilustrativo *vide* JORNAL DE NOTÍCIAS (2019a) *Projeto do PSP é caso de sucesso contra violência doméstica*, JORNAL DE NOTÍCIAS (2019b) *Procuradora do Porto conta como está a combater a violência doméstica*, SIC NOTÍCIAS (2019) *Gabinete de violência doméstica no Porto sem mortes em seis anos*, DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2018) *Gabinete de Apoio à Vítima atendeu 6.577 pessoas em cinco anos*, PÚBLICO (2018) *Gabinete de Apoio à Vítima da PSP do Porto atendeu 1023 homens em cinco anos* -, bem como a visita do Presidente da República às instalações do GAIV no dia 22 de março de 2019.

III. 4. A REPLICAÇÃO DO PROGRAMA “UM PASSO MAIS”: PERSPETIVAS E DESAFIOS FUTUROS

Na generalidade, a atuação da PSP relativamente às situações de violência doméstica é caracterizada pelos entrevistados como uma intervenção positiva, que tem vindo a melhorar sucessivamente. De acordo com JOANA REIS (2019), a PSP, neste âmbito, intervém de um modo cada vez mais concertado, direcionado, preocupado, estruturado e suportado com conhecimento e sensibilização dos polícias. Apesar de considerar uma atuação globalmente positiva quando comparada a outras instituições públicas e privadas, PAULO LUCAS (2019) afirma que a mesma tende a ser muito díspar. Defende que a impossibilidade de a PSP garantir estruturas especializadas e dedicadas exclusivamente à gestão integrada e célere das situações de violência doméstica, em toda a sua área de responsabilidade, acaba por condicionar a atuação e potenciar intervenções menos conseguidas. Desta forma, a existência de estruturas e de polícias especializados e dedicados em exclusivo à temática da violência doméstica afiguram-se como essenciais para a resposta a este flagelo criminal.

A especialização nesta área é inevitavelmente uma mais valia para a PSP (RODRIGUES, 2019), pois, estes polícias, para além de possuírem formação específica, são dotados de especial sensibilidade para este tipo de crime. E este aspeto é preponderante nesta área. De facto, o modo como se interage diretamente com as vítimas é fulcral para o bom desenrolar do processo. No entanto, a atuação da PSP face a esta problemática não se pode cingir às estruturas especializadas e dedicadas. Tal como refere MARCO ALMEIDA (2019), a resposta policial ao crime de violência doméstica deve ser complementada pelo policiamento tradicional e reativo, de forma a reagir a momentos e decisões críticas.

Para além disso, dedicar e especializar polícias pode não ser suficiente. Uma intervenção isolada da PSP nesta área não produzirá os impactos desejáveis. A resposta à violência doméstica carece, por um lado, de uma intervenção concertada entre as áreas da Administração Interna e da Justiça e, por outro lado, de uma imprescindível rede de proteção à vítima. Assim, é profícuo integrar as estruturas de polícia dedicadas e especializadas em programas e parcerias. Para PAULO LUCAS (2019), esta é uma estratégia acertada. Neste sentido, urge a necessidade de envolver toda a comunidade na resposta a este flagelo criminal de forma integrada e multidisciplinar. Isto significa que, complementarmente à intervenção das forças de segurança, deve ser articulada uma intervenção que englobe o sistema de justiça criminal, as estruturas de apoio, os serviços de saúde, bem como outras organizações

da comunidade que se mostrem relevantes neste âmbito. Simultaneamente, a atuação relativamente à violência doméstica implica uma abordagem holística que, para além de uma articulação adequada entre todos os atores intervenientes, deve ter em consideração a prevenção, o atendimento, acompanhamento e apoio das vítimas e a investigação criminal deste fenómeno.

No entanto, são inúmeros os desafios que se perfilam face a uma abordagem multidisciplinar e especializada que se pretende eficiente na resposta à violência doméstica.

Em primeiro lugar, realça-se a escassez e a insuficiência de recursos humanos e logísticos. No caso específico da PSP, onde os recursos são “escassos e insuficientes para gerir devidamente todas as atribuições e responsabilidades legais” (LUCAS, 2019), é imperioso fazer opções de nível estratégico que definam quais as áreas de intervenção policial prioritárias, sobre as quais a atuação da PSP não pode descurar para segundo plano. Nesta senda, derivado da conjectura securitária atual onde o fenómeno da violência doméstica é efetivamente um flagelo criminal que acarreta inúmeras consequências nefastas não só para as vítimas, mas para toda a sociedade, a especialização na PSP ergue-se como um fator essencial e preponderante. Na mesma linha de pensamento, torna-se evidente que também o sistema de justiça criminal se deve dotar de magistrados especializados e dedicados a esta temática. No entanto, não se pode olvidar que estas estratégias acarretam custos significativos, essencialmente ao nível da gestão global dos recursos humanos e logísticos.

Um outro desafio prende-se com a articulação e interação entre os vários parceiros. Almejando uma abordagem abrangente e, sob pena da eficiência da atuação ficar comprometida, todos os intervenientes têm de estar devidamente sintonizados e cientes das suas responsabilidades. Para tal, é fundamental que exista uma interligação efetiva e não uma ligação aparente entre as várias instituições envolvidas (ALMEIDA, 2019). Acresce que o MP, enquanto um dos parceiros da resposta multidisciplinar, deve assumir o papel de liderança. De acordo com o preconizado por MARCO ALMEIDA (2019), podem coexistir inúmeros parceiros que concorrem de forma positiva na resposta ao crime de violência doméstica em todas as suas vertentes, contudo, por vezes, se não houver um parceiro que lidere o programa, este pode não ter consequências positivas. De facto, o MP é o parceiro mais adequado para exercer o papel de liderança. A violência doméstica é efetivamente um fenómeno criminal e, neste sentido, o titular da ação penal deve ser encarregue de assumir essa função.

Do mesmo modo, estes programas multidisciplinares com respostas especializadas devem ser de âmbito local, pois, assim, são aproveitadas as “riquezas e as dinâmicas próprias

de cada localidade” (ALMEIDA, 2019). Esta ideia é partilhada por JOANA REIS (2019), exemplificando que os próprios tribunais trabalham de forma dissemelhante entre si e que existem determinadas instituições e associações de apoio que apenas funcionam localmente. Assim, mais do que um modelo de atuação demasiado amplo e rígido, objetiva-se o desenvolvimento de parcerias e de programas locais.

A revitimação da vítima e as cifras negras também se consubstanciam em desafios a ter em consideração para o futuro. Por um lado, procura-se que a vítima não tenha de repetir a mesma situação inúmeras vezes para diferentes entidades. Desta forma, perspetiva-se uma melhor agilização entre todos os intervenientes envolvidos na resposta à violência doméstica. Por outro lado, urge como necessário ter em consideração que nem todas as situações de violência doméstica são reportadas às forças de segurança. Deste modo, importa incrementar uma maior relação de confiança entre as forças de segurança e a sociedade, aumentando a predisposição das vítimas em denunciar as situações de violência doméstica.

Face ao exposto, e em consonância com todos os entrevistados, o programa 1P+ surge como um modelo de resposta à violência doméstica que deverá ser replicado em outras cidades de Portugal.

O programa 1P+, circunscrito à cidade do Porto, conta com uma intervenção multidisciplinar, liderada pelo MP e, apesar de não existir nenhum documento oficial escrito, cada parceiro institucional está devidamente ciente das suas responsabilidades. Concomitantemente, este programa encontra-se dotado de magistrados do MP e de polícias especializados e dedicados em exclusivo a esta temática e detém recursos que permitem fornecer uma resposta 24 horas por dia.

Na opinião de SANDRA GIL (2019), a replicação do programa 1P+ em outras cidades é pertinente, na medida em que é efetivamente capaz de proteger as vítimas. Este modelo de atuação permite uma resposta ágil que vá ao encontro das necessidades imediatas das vítimas, garantindo a sua proteção e acompanhamento, por um lado, e a aplicação de medidas de coação ao agressor que o afastam das vítimas e da residência, por outro lado.

Complementarmente à intervenção institucional, Marco ALMEIDA (2019) identifica como um desafio para a cidade do Porto e para eventuais réplicas do programa 1P+ o reforço e o empoderamento do papel das famílias. Hodiernamente, o foco da intervenção encontra-se muito dependente da proação do MP e das forças de segurança e centrado na vítima e no agressor. Desta forma, a par das dinâmicas legislativas, os programas desenvolvidos têm subvalorizado o papel das famílias, que podem ser fundamentais essencialmente em termos de conforto, acolhimento, aconselhamento, apoio, salvaguarda da vítima e dos seus filhos.

Relativamente à atuação policial *per si*, a edificação de gabinetes especializados e dedicados ao atendimento e subsequente acompanhamento das vítimas de violência doméstica, à semelhança do GAIV, é, indubitavelmente, uma mais valia. Segundo SANDRA GIL (2019), o principal obstáculo ao desenrolar do processo criminal está relacionado com o silêncio das vítimas. Destarte, importa capacitar o atendimento às vítimas de forma a melhorar a recolha da prova, pois estas tendem a relatar e denunciar as situações de violência doméstica num primeiro momento e a remeter-se ao silêncio em fases posteriores do processo-crime. Por outro lado, uma maior capacitação no atendimento e subsequente acompanhamentos pós-vitimação leva a que se crie uma relação de confiança entre a vítima e o polícia.

Assumindo a realidade dissemelhante que se verifica no COMETPOR na intervenção relativamente à violência doméstica, onde as situações denunciadas no GAIV tendem a ser processadas de forma mais competente e eficiente (LUCAS, 2019), é intenção do próprio COMETPOR desenvolver gabinetes idênticos ao GAIV nas Divisões Policiais Destacadas de Matosinhos e de Maia.

O principal desafio latente derivado da atuação do GAIV relaciona-se com as dificuldades e os efeitos negativos que implica trabalhar em exclusivo nesta área. Estes polícias, como lidam diariamente com situações complexas e, por vezes, com consequências nefastas, podem atingir um ponto de saturação entrando no designado síndrome de *burnout* (ALMEIDA, 2019). Em igualdade de circunstâncias, estes gabinetes especializados têm de agilizar os recursos de modo a estarem sempre disponíveis. A sua atuação não se pode cingir ao horário normal de expediente, pois as ocorrências e denúncias de violência doméstica ocorrem a toda a hora, tendo especial incidência aos fins-de-semana, segunda e terça-feira, nos períodos da tarde e da noite.

Na sequência, em complementaridade da ação do GAIV e em estreita colaboração com a secção especializada do DIAP, a EEIV assume especial importância na resposta à violência doméstica. Face à complexidade deste fenómeno e derivado do número elevado de participações criminais, especializar polícias na investigação de crimes de violência doméstica, nos moldes da EEIV inserida na DIC do COMETPOR, assume-se como uma perspetiva para o futuro.

No que concerne aos desafios das estruturas especializadas de polícia em matéria de violência doméstica destaca-se, a nível interno, a articulação entre ambas, bem como com os demais serviços das forças de segurança. Já a nível externo, realça-se a articulação com o MP e com as restantes instituições envolvidas na resposta ao crime de violência doméstica.

Um outro desafio relaciona-se com a procura de novos conhecimentos e de boas-práticas que possibilitem alavancar melhorias numa intervenção que se pretende célere e eficaz.

Concluindo, deve emergir no panorama securitário português a implementação de modelos de resposta semelhantes ao estabelecido na cidade do Porto. Independentemente da denominação, adaptado à realidade local e desde que os atores locais e, em particular, o MP e a força de segurança territorialmente competente, disponham de recursos para essa finalidade, é inevitável conceber e desenvolver uma intervenção institucional, nos moldes do programa 1P+, em outras cidades de Portugal.

CONCLUSÃO

A violência doméstica é atualmente uma problemática complexa com diversas disposições sociais e securitárias, assumindo uma magnitude universal e transnacional. No entanto, a preocupação e a consciencialização demonstrada pela comunidade em geral é relativamente recente.

O fenómeno da violência doméstica é transversal a todo o tipo de relações familiares e, quer o homem, quer a mulher, são igualmente capazes de se envolverem em atos desta tipologia de violência, tanto na qualidade de vítimas, como na de agressores. Todavia, a inexistência de uma definição consensual sobre o conceito de violência doméstica favorece que esta problemática seja constantemente confundida com a violência sobre as mulheres ou a violência entre parceiros íntimos. Se por um lado, a violência doméstica e a violência sobre as mulheres são conceitos que se complementam, por outro lado, a violência entre parceiros íntimos constitui uma das dimensões da violência doméstica. Os estudos e estatísticas internacionais e nacionais demonstram que efetivamente as vítimas de violência doméstica são, maioritariamente, do sexo feminino e os agressores do sexo masculino. Aliado a isto, verifica-se que os episódios de violência doméstica ocorrem com maior frequência em relações de intimidade atuais ou passadas. Contudo, a operacionalização do conceito de violência doméstica deve-se distinguir das realidades da violência sobre as mulheres e da violência entre parceiros íntimos, focando-se na violência ocorrida no seio familiar, não descurando o carácter intergeracional nem a violência perpetrada pelas mulheres sobre os homens ou por pessoas do mesmo sexo.

A violência doméstica é uma problemática que apresenta várias tipologias de violência, diversas causas e inúmeras consequências, sendo que, no limite, estas situações podem culminar na morte da vítima. Objetivando a conceção de um conceito que se distinguisse do termo genérico homicídio, colocando a tónica no assassinato das mulheres perpetrado pelos homens, surgiu o termo *femicídio/feminicídio*.

Perante o flagelo da violência doméstica que atenta, essencialmente, à dignidade e aos direitos fundamentais dos cidadãos, as instituições internacionais têm elaborado diversos instrumentos, políticas e estratégias que visam erradicar este fenómeno das comunidades, sendo de destacar, neste âmbito, a Convenção de Istambul. Por sua vez, tendo em consideração o contexto nacional, a transformação da violência doméstica em crime público, a sua previsão como crime autónomo e qualificação enquanto crime de prevenção e

investigação prioritária, o alargamento do tipo relacional existente entre o agressor e a vítima, o aumento das possibilidades de aplicação de penas acessórias, a criação de uma lei específica para a violência doméstica, bem como o desenvolvimento dos sucessivos PNCVD atualmente congregados na ENIND elevam-se enquanto principais alterações registadas no domínio legislativo.

Em Portugal, o número de participações criminais de violência doméstica apresenta uma tendência decrescente. Aliado a este facto, tem aumentado progressivamente o número de detenções de suspeitos da prática do crime de violência doméstica e o número de condenações. No entanto, emerge na sociedade portuguesa um sentimento de impunidade relacionado com este ilícito criminal. Este sentimento é despoletado pela elevada taxa de atrito e pelo facto de, em sede de julgamento, serem aplicadas penas suspensas aos agressores.

Recentemente, o panorama securitário português tem sido marcado pelos inúmeros femicídios e pelas mortes resultantes de situações agravadas de violência doméstica. Paralelamente, às consequências nefastas, os impactos disruptivos complementados pela elevada taxa de prevalência comprovam que efetivamente a violência doméstica se traduz num desafio acrescido para a segurança.

Neste sentido, as forças de segurança desempenham um papel preponderante na resposta a este flagelo. A atuação policial perante o fenómeno da violência doméstica tem despoletando diversos impactos positivos, nomeadamente ao nível da redução da reincidência, da satisfação e bem-estar da vítima e da investigação criminal. No caso paradigmático da cidade do Porto, onde se encontra implementado o programa 1P+, o COMETPOR encontra-se dotado de estruturas especializadas nesta matéria. O GAIV, dotado de polícias especializados e dedicados em exclusivo à temática da violência doméstica, procede ao atendimento de todas as vítimas deste tipo de crime ocorridos na cidade do Porto. Posteriormente, o GAIV efetua o acompanhamento das vítimas e, quando se afigure como necessário, procede ao seu encaminhamento para as instituições locais de apoio à vítima, parceiras do programa 1P+, que desempenham um papel preponderante no auxílio das vítimas, nomeadamente na resolução de problemas de saúde e sociais, e na prestação de apoio psicológico, social e jurídico. Por seu turno, a EEIV, com competências de investigação criminal, realiza todas as diligências processuais alusivas ao crime de violência doméstica, sempre em estreita colaboração com o DIAP do Porto. No entanto, face à complexidade deste fenómeno, torna-se imprescindível adotar uma resposta multidisciplinar, articulada e concertada entre os vários setores da sociedade garantindo uma

operacionalização mais abrangente e eficaz da segurança. Desta forma, a atuação policial tem de ser, forçosamente, complementada com a intervenção de outras instituições e entidades, de modo a fornecer atuações mais eficazes, céleres e de maior qualidade, com o intuito de proteger as vítimas e responsabilizar os agressores. Foi sob esta égide que foi concebido o programa 1P+.

A par da estratégia adotada pelo COMETPOR em especializar e dedicar em exclusivo polícias a esta temática, destaca-se a criação, por parte do MP, de uma secção especializada na investigação de crimes de violência doméstica – 1.^a Secção do DIAP do Porto. Para além da multidisciplinarietà, as especializações consubstanciam-se em aspetos preponderantes na resposta ao flagelo da violência doméstica.

Embora admitamos que o *ex-libris* do programa 1P+ seja a inexistência de vítimas mortais na cidade do Porto, não olvidamos os restantes impactos proporcionados pela sua conceção e implementação. Nesta medida, averiguamos que a constante e gradual redução da prevalência do crime de violência doméstica na cidade do Porto, a satisfação das vítimas deste flagelo pelos serviços prestados pelas instituições parceiras do programa 1P+, nomeadamente da PSP e do MP, a diminuição das taxas da reincidência criminal, a celeridade processual e o reconhecimento alcançado consubstanciam-se nos principais impactos.

Face ao desafio que a violência doméstica representa no panorama securitário português e tendo em consideração os impactos positivos verificáveis na cidade do Porto, concluímos que devem ser implementados modelos de resposta relativos ao fenómeno da violência doméstica semelhantes ao programa 1P+ em outras cidades de Portugal. Uma abordagem holística e integrada que envolva toda a comunidade com o principal objetivo de proteger a vítima, liderada pelo MP, dotada de unidades especializadas de polícia, complementadas por uma rede de proteção à vítima, com recursos disponíveis independentemente do dia e da hora, adaptada à realidade local deverá ser o paradigma de intervenção perante o flagelo que é a violência doméstica.

A replicação de gabinetes da tipologia do GAIV urge como extrema importância na medida em que se capacita o atendimento efetuado às vítimas. As vítimas de violência doméstica tendem a denunciar o episódio violento num período muito curto após a sua ocorrência, pelo que, é imperioso, neste primeiro momento, extrair o máximo de informação das vítimas de forma a atender às suas necessidades imediatas e, simultaneamente, melhorar a recolha de prova, essencial à investigação criminal e à determinação das medidas de proteção às vítimas e de medidas de coação aos agressores. Por outro lado, a replicação do

programa 1P+ em outras cidades de Portugal permitirá uma intervenção eficiente perante as situações consideradas de risco elevado. Nestes casos, são imediatamente desenvolvidos mecanismos de cooperação entre o GAIV, a EEIV e o DIAP com o intuito de se aplicar, de forma célere e eficaz, medidas de proteção à vítima e medidas de coação ao agressor. Em acréscimo, esta replicação acarretaria uma uniformização de procedimentos a nível nacional.

Em suma, a multidisciplinariedade e especialização de recursos policiais são fundamentais na abordagem ao fenómeno da violência doméstica. Concomitantemente, a replicação ou implementação de modelos de respostas semelhantes ao programa 1P+ em outras cidades de Portugal, independentemente da designação, implicará e traduzir-se-á numa melhoria na resposta global ao flagelo da violência doméstica.

A terminar, a elaboração do presente trabalho de investigação não pretende esgotar a temática da segurança e da violência doméstica. Pelo contrário, procura alavancar novos estudos relacionados com um fenómeno cada vez mais atual e igualmente preocupante e disruptivo para as sociedades. Assim, e tendo em consideração os resultados alcançados com a presente investigação, sugere-se o estudo da atuação de outras unidades de polícia especializada em violência doméstica implementadas na PSP, tal como a Casa Maria, em Oeiras, e o Espaço Júlia, em Lisboa, avaliando a sua eficácia e identificando os principais impactos, de forma a possibilitar a comparação entre estas realidades. Ainda no âmbito da atuação policial face ao fenómeno da violência doméstica identificamos como investigação futura o estudo dos impactos do atendimento a vítimas de violência doméstica efetuado por polícias do sexo feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras Gerais e Específicas

ALLEN, N. (2006). An Examination of the Effectiveness of Domestic Violence Coordinating Councils. *Violence against women*, 12(1), 46-67.

ALVIM, F. (2006). *Mulheres (In)visíveis: Relatório da Campanha Acabar com a Violência sobre as Mulheres*. Lisboa: Amnistia Internacional.

ANTUNES, M. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. In R. GONÇALVES e C. MACHADO (Eds.), *Violência e Vítimas de Crimes* (pp. 43–77). Coimbra: Quarteto Editora.

APSLER, R. *et al.*, (2003). Perceptions of the Police by Female Victims of Domestic Partner Violence. *Violence Against Women*, 9(11), 1318–1335.

ARSENEAULT, L. *et al.*, (2000). Mental disorders and violence in a total birth cohort: Results from the dunedin study. *Archives of General Psychiatry*, 57(10), 979–986.

BAGULEY, I. *et al.*, (2006). Aggressive behavior following traumatic brain injury: how common is common? *Journal of Head Trauma Rehabilitation*, 21(1), 45–56.

BARNETT, O. (2001). Why Battered Women Do Not Leave, Part 2: External Inhibiting Factors--Social Support and Internal Inhibiting Factors. *Trauma, Violence, & Abuse*, 2(1), 3-35.

BEECH, A. e WARD, T. (2004). The integration of etiology and risk in sexual offenders: A theoretical framework. *Aggression and Violent Behavior*, 10(1), 31-63.

BERGERON, R. (2008). An Elder Abuse Case Study. *Journal of Gerontological Social Work*, 34(4), 47-63.

BRANDT, B. (2000). Power and Control: Understanding Domestic Abuse in Later Life. *Generations*, 24, 39–45.

BREIDING, M. *et al.*, (2015). *Intimate Partner Violence Surveillance: Uniform Definitions and Recommended Data Elements*. Atlanta: National Center for Injury Prevention and Control.

BUZAWA, E. e BUZAWA, C. (2017). *Global Responses to Domestic Violence*. Springer

International Publishing AG.

CALADO, S. e FERREIRA, S. (2004). *Análise de documentos: Método de recolha e análise de dados: Metodologia da Investigação I*. Lisboa: DEFCUL.

CARTER, J. e GROMMON, E. (2016). Police as Alert Responders? Lessons Learned about Perceived Roles and Responses from Pretrial GPS Supervision of Domestic Violence Defendants. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 10(4), 361-377

CERULLI, C. *et al.*, (2014). Victim Participation in Intimate Partner Violence Prosecution: Implications for Safety. *Violence Against Women*, 20(5), 1–22.

CLARKE, A. e WYDALL, S. (2013). Making safe: A coordinated community response to empowering victims and tackling perpetrators of domestic violence. *Social Policy and Society*, 12(3), 393–406.

COFFEY, P. *et al.*, (1996). The relation between methods of coping during adulthood with a history of childhood sexual abuse and current psychological adjustment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64(5), 1090–1093.

COLE, J. e GRAMAJO, M. (2009). Homicide Rates in a Cross-Section of Countries: Evidence and Interpretations. *Population and Development Review*, 35(4), 749–776.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (2016). A violência doméstica. In P. GUERRA e L. GAGO (Eds.), *Violência Doméstica - implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno* (pp. 20–69). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

CORRADI, C. e STÖCKL, H. (2014). Intimate partner homicide in 10 European countries: Statistical data and policy development in a cross-national perspective. *European Journal of Criminology*, 11(5), 601–618.

CORRADI, C. *et al.*, (2016). Theories of femicide and their significance for social research. *Current Sociology*, 64(7), 975–995.

CORREIA, E. e DUQUE, R. (2011). O poder político e a emergência das políticas públicas de segurança. In *Politeia* (pp. 39-49). Lisboa: Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna.

CORREIA, E. e DUQUE, R. (coord.), (2012). *O poder político e a segurança*. Lisboa: Fonte da Palavra,

CORREIA, E. (coord.), (2015). *Liberdade e segurança*. Lisboa: Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna.

CORREIA, E. (2018). Estado, Poder e Segurança. In M. VALENTE (Ed.), *Os desafios do direito do século XXI: genoma humano, europeísmo, poder e política, constituição e democracia* (pp. 135–142). Coimbra: Almedina.

CRAWFORD, A. (1998). *Crime Prevention & Community Safety: Politics, Policies & Practices*. Essex: Pearson Education.

COSTA, D. (2018). A Evolução de Políticas Públicas em Portugal na Área da Violência Doméstica. In I. DIAS (Coord.), *Violência Doméstica e de Género - uma abordagem multidisciplinar* (pp. 123–156). Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

COSTA, D. *et al.*, (2015). Intimate partner violence: a study in men and women from six European countries. *International Journal of Public Health*, 60(4), 467–478.

DAVIS, R. e TAYLOR, B. (1997). A proactive response to family violence: the results of a randomized experiment. *Criminology*, 35(2), 307–333.

DAVIS, R. *et al.*, (2008). Effects of second responder programs on repeat incidents of family abuse. *Campbell Systematic Reviews 2008* (Vol. 15). Oslo: The Campbell Collaboration.

DIAS, I. (2010). *Violência na família: uma abordagem sociológica* (2.^a edição). Porto: Edições Afrontamento.

DIAS, I. (2018). Violência Doméstica e de Género: Paradigmas e debates atuais. In I. DIAS (Coord.), *Violência Doméstica e de Género - uma abordagem multidisciplinar* (pp. 1–28). Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

DIMITRIJEVIC, M. *et al.*, (2015). *Femicide: Targeting Women in Conflict 3*. Vienna: Academic Council on the United Nations System (ACUNS).

DOMAZETOSKA, S. *et al.*, (2014). *Femicide: A Global Issue that Demands Action*. Vienna: Academic Council on the United Nations System (ACUNS).

DURKHEIM, É. (2010). *As Regras do Método Sociológico* (11.^a edição). Barcarena: Editorial Presença.

ELIAS, L. (2006). Problemática da Violência Doméstica. Reflexões sobre o papel da polícia.

Revista Polícia Portuguesa, 18–23.

ELIAS, L. (2014). *Dimensões Securitárias na Contemporaneidade - Lição inaugural de abertura solene ao ano letivo 2014/2015*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

ESPÍRITO SANTO, P. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.

FAGAN, A. (2001). The gender cycle of violence: Comparing the effects of child abuse and neglect on criminal offending for males and females. *Violence and Victims*, 16, 457–474.

FELSON, R. *et al.*, (2006). Reasons for Reporting and Not Reporting Domestic Violence to the Police. *Criminology*, 40(3), 617-648.

FERGUSON, D. *et al.*, (2005). Partner violence and mental health outcomes in a New Zealand birth cohort. *Journal of Marriage and Family*, 67(5), 1103–1119.

FERREIRA, E. (2011). Privação económica e criminalidade: o caso português (1993-2009). *Sociologia, Problemas e Práticas*, 67, 107–123.

FERREIRA, M. (2016). A Segurança Humana. In R. DUQUE, *et al.*, (Eds.), *Dimensões securitárias* (pp. 99–112). Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

FRIDAY, P. *et al.*, (2006). *Evaluating the impact of a specialised domestic violence police unit: Final report*. Charlotte: University of North Carolina.

GADD, D. *et al.*, (2002). *Domestic Abuse Against Men in Scotland*. Edinburgh: Keele University.

GELLES, R. (1974). *The Violent Home: A Study of Physical Aggression between Husbands and Wives*. Beverly Hills, CA: SAGE Publications, Inc.

GELLES, R. (1980). Violence in the Family: A Review of Research in the Seventies. *Journal of Marriage and Family*, 42(4), 873–885.

GOUVEIA, R. (2017). *A violência doméstica no concelho de Santo Tirso: Denúncia, estruturas de apoio à vítima e empoderamento*. Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto.

GRAHAM, K. *et al.*, (2011). Alcohol may not cause partner violence but it seems to make it

worse: a cross national comparison of the relationship between alcohol and severity of partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(8), 1503–1523.

GREENSPAN, R. *et al.*, (2005). Richmond's second responders: Partnering with police against domestic violence. *Police Foundation Reports*, 1 - 22.

GRZYB, M. *et al.*, (2018). Femicide definitions. In S. WEIL, *et al.*, (Eds.), *Femicide across Europe. Theory, research and prevention* (pp. 17–31). Bristol: Policy Press.

GUERRA, L. (2015). Clarificando o conceito de segurança. In M. VALENTE (Ed.), *Politeia: Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Ano XXI- XII* (pp. 119–132). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

GUERREIRO, M. *et al.*, (2016). *Estudo Avaliativo sobre o Grau de Satisfação de Utentes da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica - Relatório Final*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

HESTER, M. e WESTMARLAND, N. (2005). *Tackling domestic violence: Effective interventions and approaches*. London: Home Office.

HINES, D. (2009). Domestic Violence. In M. TONRY (Ed.), *Oxford handbook of crime and public policy* (pp. 115-139). New York: Oxford University Press.

HIRSCHEL, D. e HUTCHISON, I. W. (2003). The Voices of Domestic Violence Victims: Predictors of Victim Preference for Arrest and the Relationship Between Preference for Arrest and Revictimization. *Crime & Delinquency*, 49(2), 313–336.

HOBSON, C. J. *et al.*, (1998). Stressful Life Events: A Revision and Update of the Social Readjustment Rating Scale. *International Journal of Stress Management*, 5(1), 1–23.

HOMEM, A. (2016). Nota de abertura. In P. GUERRA e L. GAGO (Eds.), *Violência Doméstica - implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno - Manual Pluridisciplinar* (pp. 16–18). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

Howard, L. *et al.*, (2010). Domestic violence and severe psychiatric disorders: prevalence and interventions. *Psychological Medicine*, 40(6), 881–893.

HUTCHISON, I. W. (2003). Substance Use and Abused Women's Utilization of the Police. *Journal of Family Violence*, 18(2), 93–106.

KREBS, C. *et al.*, (2011). The Association Between Different Types of Intimate Partner

Violence Experienced by Women. *Journal of Family Violence*, 26(6), 487–500.

LANGLANDS, R. *et al.*, (2009). Applying the Good Lives Model to Male Perpetrators of Domestic Violence. *Behaviour Change*, 26(2), 113-129.

LEWIS, R. *et al.*, (2000). Protection, Prevention, Rehabilitation or Justice? Women's Use of the Law to Challenge Domestic Violence. *International Review of Victimology*, 7(1–3), 179–205.

LISBOA, M. *et al.*, (2009). *Violência e Género - Inquério Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

LOGAR, R. (2006). *Brinding Gaps: Form Good Intentions to Good Cooperation*. Vienna: WAVE.

MACNISH, R. (1827). *The confessions of an unexecuted femicide*. Glasgow: W.R. M'Phun, Trongate.

MAGALHÃES, T. (2010). *Violência e Abuso – Respostas Simples para Questões Complexas, Estado da Arte*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

MAGALHÃES, T. (2018). Medicina Legal e Ciências Forenses: O papel da multidisciplinariedade nos casos de violência doméstica. In I. DIAS (Coord.), *Violência Doméstica e de Género - uma abordagem multidisciplinar* (pp. 63–80). Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

MANITA, C. *et al.*, (2009). *Violência doméstica: Compreender para Intervir. Guia de Boas Práticas para Profissionais das forças de segurança*. Lisboa: CIG

MARSHALL, W. *et al.*, (2001). Empathy Deficits and Cognitive Distortions in Child Molesters. *Sexual Abuse*, 13(2), 123–130.

MATOS, M. e MACHADO, A. (2018). Violência Doméstica e de Género - uma abordagem multidisciplinar. In I. DIAS (Coord.), *Violência Doméstica e de Género - uma abordagem multidisciplinar* (pp. 189–206). Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

MAXWELL, C. *et al.*, (2002). The preventive effects of arrest on intimate partner violence: research, policy and theory. *Criminology & Public Policy*, 2(1), 51–80.

- NEVES, S. e BRASIL, E. (2018). A Intervenção Junto de Mulheres Vítimas de Violência na Intimidade em Portugal: Percursos, Paradigmas, práticas e Desafios. In I. DIAS (coord.) *Violência Doméstica e de Género - uma abordagem multidisciplinar* (pp. 175–188). Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- NUNES, C. e MOTA, M. (2010). O crime de violência doméstica: a alínea b) do n.º 1 do art. 152º do Código Penal. *Revista Do Ministério Público*, (122), 133–175.
- O'BRIEN, J. (1971). Violence in Divorce Prone Families. *Journal of Marriage and Family*, 33(4), 692–698.
- PAIS, S. (2014). *Direito da União Europeia: Legislação e Jurisprudência Fundamentais* (2.^a edição). Lisboa: Quid Juris? – Sociedade Editora.
- POCINHO, M. (2012). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lisboa: Lidel.
- POIARES, N. (2014). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal*. Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
- POIARES, N. (2016). *A letra e o espírito da lei: A violência doméstica em Portugal. Por um Direito que dê voz ao silêncio das vítimas*. Lisboa: Chiado Editora.
- PORTUGAL, S. (2000). Globalização e violência doméstica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 57/58, 231-258.
- QUARESMA, C. (2012). Violência Doméstica: as Expetativas das Vítimas e o Papel das Forças de Segurança. In *Politeia: Violências Privadas versus Direitos Públicos* (pp. 43–57). Lisboa: Instituto Superior de Ciência Policiais e Segurança Interna.
- QUINTAS, J. e SOUSA, P. (2017). *Avaliação científica do Programa “Um passo mais”*. Porto: Escola de Criminologia Faculdade de Dieito da Universidade do Porto.
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4.^a edição). Lisboa: Gradiva.
- RADFORD, J. (1992). Introduction. In RUSSEL e RADFORD (Eds.), *Femicide: The politics of woan killing* (pp. 3–12). New York: Twayne.
- RICHARDS, L. *et al.*, (2008). *Policing Domestic Violence*. Oxford: University Press.

- RUSSEL, D. (2008). Femicide: Politicizing the Killing of Females. *In Strengthening Understanding of Femicide. Using Research to Galvanize Action and Accountability* (pp. 26–31). Washington: PATH, MRC, WHO, Intercambios.
- RUSSELL, M. e LIGHT, L. (2006). Police and Victim Perspectives on Empowerment of Domestic Violence Victims. *Police Quarterly*, 9(4), 375–396.
- SARMENTO, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SHEPARD, M. *et al.*, (2002). Responses to Reduce Recidivism in Cases of Domestic Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(5), 551–569.
- SHERMAN, L. e BERK, R. (1984). The Specific Deterrent Effects of Arrest For Domestic Assault. *American Sociological Review*, 49, 261-272.
- SHERMAN, L. *et al.*, (1992). Crime, Punishment, and Stake in Conformity: Legal and Informal Control of Domestic Violence. *American Sociological Review*, 57(5), 680-690.
- SIMÕES, S. (2015). *O crime de violência doméstica: Aspetos materiais e processuais*. Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Direito – Escola de Lisboa.
- STOVER, C. *et al.*, (2010). The Efficacy of a Police-Advocacy Intervention for Victims of Domestic Violence: 12 Month Follow-Up Data. *Violence against women*, 16(4), 410-425.
- VIGURS, C. *et al.*, (2016). *Police initial responses to domestic abuse: A systematic review*. London: UK College of Policing.
- WALBY, S. e ALLEN, J. (2004). *Domestic violence, sexual assault and stalking: Findings from the British Crime Survey*. London: Home Office.
- WEIL, S. (2016). Making femicide visible. *Current Sociology*, 64(7), 1124–1137.
- WEIL, S. *et al.*, (2018). *Femicide across Europe. Theory, research and prevention*. Bristol: Policy Press.
- WHETSTONE, T. (2001). Measuring the impact of a domestic violence coordinated response team. *Policing: An International Journal*, 24(3), 371–398.
- WHITE, M. *et al.*, (2005). Beyond mandatory arrest: Developing a comprehensive response to domestic violence. *Police Practice and Research*, 6(3), 261–278.

WILSON, S. e JASINSKI, J. (2004). Public satisfaction with the police in domestic violence cases: The importance of arrest, expectations, and involuntary contact. *American Journal of Criminal Justice*, 28(2), 235-254.

YIN, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2.^a edition). London: Sage Publications.

Legislação

DECRETO-LEI n.º 400/82, de 23 de setembro. *Diário da República*, 1.º Suplemento, 1.ª Série, n.º 221/1982, 3006(2)-3006(64). Ministério da Justiça. (Aprova o Código Penal).

DECRETO-LEI n.º 48/95, de 15 de março. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 63/1995, 1350-1416. Ministério da Justiça. (Aprova o Código Penal).

LEI n.º 61/91, de 13 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 185/1991, 4100-4102. Assembleia da República. (Garante proteção adequada às mulheres vítimas de violência).

LEI n.º 65/98, de 2 de setembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 202/98, 4572-4578. Assembleia da República. (Altera o Código Penal).

LEI n.º 7/2000, de 27 de maio. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 123/2000, 2458-2458. Assembleia da República. (Reforça as medidas de proteção a pessoas vítimas de violência).

LEI n.º 51/2007, de 31 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 168/2007, 6057-6062. Assembleia da República. (Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2007-2009, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal).

LEI n.º 59/2007, de 4 de setembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 170/2007, 6181 6258. Assembleia da República. (Vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro).

LEI n.º 38/2009, de 20 de julho. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 138/2009, 4533-4541. Assembleia da República. (Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2009-2011, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal).

LEI n.º 112/2009, de 16 de setembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 180/2009, 6550-6561. Assembleia da República. (Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas).

LEI n.º 19/2013, de 21 de fevereiro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 37/2013, 1096-1098. Assembleia da República. (29.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas).

LEI n.º 72/2015, de 20 de julho. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 139/2015, 4909-4911. Assembleia da República. (Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2015-2017, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal).

LEI n.º 130/2015, de 4 de setembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 173/2015, 7004-7010. Assembleia da República. (Aprova o Estatuto da Vítima).

LEI n.º 96/2017, de 23 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 162/2017, 4924-4928. Assembleia da República. (Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2017-2019).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 31/99, de 14 de abril. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 87/1999, 1988-1988. Assembleia da República. (Regulamentação da legislação que garante a proteção às mulheres vítimas de violência).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 35/2008, de 29 de julho. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 145/2008, 4802-4803. Assembleia da República. (Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 55/99, de 15 de junho. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 137/2019, 3426-3428. Presidência do Conselho de Ministros. (Aprova o plano nacional contra a violência doméstica).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 88/2003, de 7 de julho. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 154/2003, 3866-3871. Presidência do Conselho de Ministros. (Aprova o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 83/2007, de 22 de junho. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 119/2007, 3987-4002. Presidência do Conselho de Ministros. (Aprova o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica 2007-2010).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 100/2010, de 17 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 243/2010, 5763-5773. Presidência do Conselho de Ministros. (Aprova o IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica 2011-2013).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 102/2013, de 31 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 253/2013, 7017-7035. Presidência do Conselho de Ministros. (Aprova o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 61/2018, de 21 de maio. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 97/2018, 2220-2245. Presidência do Conselho de Ministros. (Aprova a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030).

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO, acórdão de 7 de julho de 2016, proferido no processo n.º 18/15.9GAPRT. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/c99b6c24a3986256802580250045612d?OpenDocument> (Consultado a 6 de março de 2019).

DIRETIVA OPERACIONAL n.º 39/2012 do Comando Metropolitano do Porto.

Imprensa

CORREIO DA MANHÃ (2019). Violência doméstica já matou 14 pessoas este ano. Conheça as suas histórias. 6 de abril de 2019, consultado a 8 de abril de 2019. <https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/doze-pessoas-morreram-vitimas-de-violencia-domestica-em-2019-conheca-as-suas-historias>.

COSTA, T. (2019). Violência doméstica. Mortes voltam a subir. 7 de abril de 2019, consultado a 8 de abril de 2019. <https://sol.sapo.pt/artigo/652831/viol-ncia-domestica-mortes-voltam-a-subir>.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2018). Gabinete de Apoio à Vítima atendeu 6.577 pessoas em cinco anos. 2 de abril de 2018, consultado a 15 de fevereiro de 2019. <https://www.dn.pt/portugal/>

[interior/gabinete-de-apoio-a-vitima-da-psp-do-porto-atendeu-6577-pessoas-em-cinco-anos-9229468.html](https://www.dn.pt/pais/interior/disparou-o-numero-de-mortes-por-violencia-domestica-10537009.html).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2019). Disparou o número de mortes por violência doméstica. 5 de fevereiro de 2019, consultado a 15 de março de 2019. <https://www.dn.pt/pais/interior/disparou-o-numero-de-mortes-por-violencia-domestica-10537009.html>.

JORNAL DE NOTÍCIAS (2019a). Projeto do PSP é caso de sucesso contra violência doméstica. 20 de fevereiro de 2019, consultado a 2 de março. <https://www.jn.pt/justica/videos/interior/projeto-do-psp-e-caso-de-sucesso-contra-violencia-domestica-10596905.html>.

JORNAL DE NOTÍCIAS (2019b). Procuradora do Porto conta como está a combater a violência doméstica. 25 de fevereiro de 2019, consultado a 2 de março. <https://www.jn.pt/justica/interior/procuradora-do-porto-counta-como-esta-a-combater-a-violencia-do-domestica-10614975.html>.

JORNAL DE NOTÍCIAS (2019c). Uma vítima por semana. Foram mortas 14 mulheres desde o início do ano. 6 de abril de 2019, consultado a 8 de abril de 2019. <https://www.jn.pt/justica/interior/quase-1-vitima-por-semana-foram-mortas-13-mulheres-desde-o-inicio-do-ano-10768882.html?fbclid=IwAR2n7NWSUFNDjhIeAFv-3VSIktxKGBvPy6Yl3Rr9sC0DBEPP1yLAAlo7zI4>.

PÚBLICO (2018). Gabinete de Apoio à Vítima da PSP do Porto atendeu 1023 homens em cinco anos. 3 de abril de 2018, consultado a 15 de fevereiro. <https://www.publico.pt/2018/04/03/sociedade/noticia/gabinete-de-apoio-a-vitima-da-psp-do-porto-atendeu-1023-homens-em-cinco-anos-1809021>

SIC NOTÍCIAS (2019). Gabinete de violência doméstica no Porto sem mortes em seis anos. 7 de março de 2019, consultado a 15 de março de 2019. <https://sicnoticias.pt/pais/2019-03-07-Gabinete-de-violencia-domestica-no-Porto-sem-mortes-em-seis-anos?fbclid=IwAR0rVOjOTlrHogQQ-uNG2Q0l0Bv4741GbT3ehnosft37wAg-sMmYoti0krs>.

Fontes Eletrónicas

AGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA (2014). Violence against women : An EU-wide survey. *Publications Office of the European Union*. Disponível em

http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2014-vaw-survey-main-results-apr14_en.pdf

(Consultado a 16 de fevereiro de 2019).

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA (2013). *Avaliação e Gestão de Risco em Rede. Manual para profissionais*. Lisboa. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436798180_gestao_risco_emar.pdf (Consultado a 14 de janeiro de 2019).

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (2010). *Manual Alcipe - Para o atendimento de mulheres vítimas de violência*. Animal Genetics (2.^a Edição). Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Disponível em https://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf (Consultado a 14 de janeiro de 2019).

AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS (2016). *Personal Safety, Australia, 2016*. Canberra: ABS Disponível em <http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/4906.0> (Consultado a 2 de fevereiro de 2019).

BELKNAP, J. e SULLIVAN, C. (2002). *Longitudinal study of battered women in the system: the victims' and decision-makers' perceptions: Final report*. US National Institute of Justice Grant. Disponível em <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/202946.pdf> (Consultado a 10 de janeiro de 2019).

BIRDSEY, E. e SNOWBALL, L. (2013). Reporting violence to police: a survey of victims attending domestic violence services. *Crime and Justice Statistics: Bureau Brief*, 91. Disponível em <https://apo.org.au/sites/default/files/resource-files/2013/12/apo-nid37075-1159626.pdf> (Consultado a 15 de janeiro de 2019).

COMISSÃO EUROPEIA (2016). *Special Eurobarometer 449 November 2016 "Gender-based Violence"*. Disponível em http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2115_85_3_449_ENG (Consultado em 9 de março de 2019).

CONSELHO DA EUROPA (2011). *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica*. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1878&tabela=leis. (Consultado a 20 de fevereiro de 2019).

CORREIA, S. (2013). *Crenças acerca da violência conjugal e rupturas da conjugalidade na população residente nos distritos de Lisboa e Setúbal*. Disponível em

<https://core.ac.uk/download/pdf/48582211.pdf>. (Consultado a 12 de janeiro de 2019).

DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA (2019). *Estatísticas da Justiça*. Disponível em http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636922630663278750 (Consultado a 5 de abril de 2019).

DOWLING, C. *et al.*, (2018). *Policing domestic violence: A review of the evidence*. Research Reports No. 13. Canberra: Australian Institute of Criminology. Disponível em <https://aic.gov.au/publications/rr/rr13> (Consultado a 5 de fevereiro de 2019).

DUARTE, M. (2011). Violência doméstica e sua criminalização em Portugal: obstáculos à aplicação da lei. *Sistema Penal & Violência*, 3(2), 1–12. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/9842> (Consultado a 26 de fevereiro de 2019).

INSTITUTO EUROPEU PARA A IGUALDADE DE GÉNERO. (2017). *Glossary of definitions of rape, femicide and intimate partner violence*. Disponível em <https://eige.europa.eu/publications/glossary-definitions-rape-femicide-and-intimate-partner-violence> (Consultado a 16 de março de 2019).

EUROPEAN CRIME PREVENTION NETWORK (2013). Tackling domestic violence in the EU – Policies and practices. *EUCPN Thematic Paper Series*, (6). Disponível em https://eucpn.org/sites/default/files/content/download/files/eucpn_thematic_paper_no_6.pdf (Consultado a 26 de janeiro de 2019).

GENERAL ASSEMBLY UNITED NATIONS (1979). *Resolution 34/180 - Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*. Disponível em https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_34_180.pdf (Consultado a 15 de fevereiro de 2019).

GENERAL ASSEMBLY UNITED NATIONS (1993). Resolução 48/104 - Declaração Sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Disponível em <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracaoviolenciamulheres.pdf> (Consultado a 15 de fevereiro de 2019).

GENERAL ASSEMBLY UNITED NATIONS (2003). *Resolution 58/147 - Elimination of domestic violence against women*. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/503/40/PDF/N0350340.pdf?OpenElement> (Consultado a 15 de fevereiro de 2019).

GENERAL ASSEMBLY UNITED NATIONS (2012). *Report of the Special Rapporteur on violence against women, its causas and consequences*, Rashida Manjoo, Disponível em https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Women/A.HRC.20.16_En.pdf (Consultado a 15 de fevereiro de 2019).

GONÇALVES, J. (2015). A Guarda Nacional Republicana e a Violência Doméstica. *CEDIS Working Papers*, 16, 1-22. Lisboa: CEDIS e Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2015/11/CEDIS-working-paper_DSD_a-GNR-e-a-violência-doméstica.pdf (Consultado a 5 de janeiro de 2019).

HER MAJESTY'S INSPECTORATE OF CONSTABULARY (2015). *Increasingly everyone's business: A progress report on the police response to domestic abuse*. London: HMIC. Disponível em <https://www.justiceinspectorates.gov.uk/hmicfrs/wp-content/uploads/increasingly-everyones-business-domestic-abuse-progress-report.pdf> (Consultado a 29 de janeiro de 2019).

JOLIN, A. et al., (1998). *Beyond arrest: The Portland, Oregon domestic violence experiment: Final report*. US National Institute of Justice Grant. Disponível em <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/179968.pdf> (Consultado a 24 de janeiro de 2019).

LAGARDE, M. (2008). Antropología, Feminismo Y Política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres. In M. Bullen e C. Mintengui (Eds.), *Retos teoricos y nuevas practicas* (pp. 209–239). Donostia: Ankulegi Antropologia Elkartea. Disponível em <https://www.ankulegi.org/wp-content/uploads/2012/03/0008Lagarde.pdf> (Consultado a 26 de março de 2019).

LAURENT, C. et al., (2013). *A Global Issue that Demands Femicide*. Vienna: ACUNS. Disponível em http://www.genevadeclaration.org/fileadmin/docs/Co-publications/Femicide_A%20Gobal%20Issue%20that%20demands%20Action.pdf (Consultado a 26 de março de 2019).

OBSERVATÓRIO DE MULHERES ASSASSINADAS (2019). *Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR: Dados 2018*. Disponível em http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/OMA_FEMIC%3%8DDIO_Rel at%3%B3rio_2018_em_18_02_2019.pdf (Consultado a 15 de março de 2019).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1993). Declaração e Programa de Ação de Viena. Disponível em http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracao_e_programa_acao_viena.pdf (Consultado a 15 de fevereiro de 2019).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2012a). *Understanding and addressing violence against women: Femicide*. Disponível em https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/rhr12_38/en/ (Consultado a 15 de janeiro de 2019).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2012b). *Understanding and addressing violence against women: Intimate partner violence*. Disponível em https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77432/WHO_RHR_12.36_eng.pdf?sequence=1 (Consultado a 15 de março de 2019).

PEDROSO, J. e BRANCO, P. (2008). Mudam-se os tempos, muda-se a família. As mutações do acesso ao direito e à justiça de família e das crianças em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (82), 53–83. Disponível em <https://doi.org/10.4000/rccs.619> (Consultado a 2 de fevereiro de 2019).

PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (2016). Cedaw4All. Empower. Disponível em <http://plataformamulheres.org.pt/projectos/cedaw4all/> (Consultado a 20 de fevereiro de 2019).

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2017). *Violência Doméstica 2016: Relatório Anual de Monitorização*. Lisboa: MAI. Disponível em https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/Rel_VD_2016_v22dez2017vfinal.pdf (Consultado a 5 de abril de 2019).

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (2019). *Relatório Anual de Segurança Interna - 2018*. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7> (Consultado a 5 de abril de 2019).

VIOTTI, M. (2006). Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim 1995. In H. FROSSARD (org.), *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres* (pp. 147–258). Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Disponível em http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf (Consultado a 27 de fevereiro de 2019).

VOCE, I. e BOXALL, H. (2018). Who reports domestic violence to police? A review of the evidence. *Trends & issues in crime and criminal justice*, 559, 1-16. Canberra: Australian

Institute of Criminology. Disponível em <https://aic.gov.au/publications/tandi/tandi559> (Consultado a 5 de fevereiro de 2019).

Entrevistas

LUCAS, L. (2019). Superintendente-chefe e Comandante do Comando Metropolitano do Porto. 29 de janeiro.

ALMEIDA, M. (2019). Comissário e Chefe do Núcleo de Operações do Comando Metropolitano do Porto. Porto: 07 de fevereiro.

REIS, J. (2019). Comissário e Chefe do Núcleo de Policiamento de Proximidade. Lisboa: 05 de fevereiro.

RODRIGUES, F. (2019). Chefe e Coordenador do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima. Porto: 01 de fevereiro.

GIL, S. (2019). Procuradora-Adjunta da 1.^a Secção do Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto. Porto: 20 de fevereiro.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I

Formas de violência associadas à violência doméstica

Anexo I – Formas de violência associadas à violência doméstica

Forma de violência	Definição
Violência Física	<ul style="list-style-type: none">- Uma das formas de infligir violência no espaço doméstico;- Uso intencional da força com potencial de causar a morte, deficiências, lesões e danos agravados;- Pode não deixar qualquer tipo de marca, contudo o objetivo é sempre ferir ou causar dano por parte do agressor;- Engloba comportamentos, tais como: empurrar, puxar o cabelo, dar estaladas, murros, pontapés, apertar os braços com força, apertar o pescoço, bater com a cabeça da vítima na parede, armários ou outras superfícies, dar-lhe cabeçadas, dar murros ou pontapés na barriga, nas zonas genitais, empurrar pelas escadas abaixo, queimar, atropelar ou tentar atropelar, arranhar, usar arma ou coagir uma pessoa.
Fonte:	BREIDING <i>et al.</i> , 2015; CIG, 2016; MANITA <i>et al.</i> , 2009.
Violência Psicológica	<ul style="list-style-type: none">- Uma forma de violência invisível aos olhos dos outros, no entanto é tida como um dos tipos de violência mais habituais em contexto familiar;- Desprezar, menosprezar, criticar, insultar ou humilhar a vítima, em privado ou em público, por palavras e/ou comportamentos;- Remete para a comunicação verbal ou não verbal com a intenção de causar dano mental ou emocional a uma pessoa e exercer controlo sob a mesma;- Engloba comportamentos e atitudes, tais como: ameaça de agressão à vítima ou a familiares da mesma, acusações de infidelidade, perturbar a vítima no período da noite, destruir documentos com valor sentimental para a vítima e ainda criticar e rebaixar a mesma.
Fonte:	ALVIM, 2006; BREIDING <i>et al.</i> , 2015; CIG, 2016; MANITA <i>et al.</i> , 2009.
Violência Social	<ul style="list-style-type: none">- Resulta das estratégias implementadas pelo agressor para afastar a vítima da sua rede social e familiar, dado que uma vítima isolada é mais facilmente manipulável e controlável do que uma vítima com uma boa rede de apoio familiar e social;- São utilizadas estratégias que consistem em proibir que a vítima se ausente de casa sozinha ou sem o seu consentimento, incluindo a proibição de trabalhar fora de casa, quando tal é economicamente viável;- Por vezes, é a própria vítima que acaba por se afastar dos seus familiares e amigos, quer por vergonha da situação de violência que experiencia, quer por

	perturbações emocionais e psicossociais produzidas por situações de violência doméstica continuada.
Fonte:	CIG, 2016; MANITA <i>et al.</i> , 2009
Violência económica	<ul style="list-style-type: none"> - Forma de controlo através do qual o agressor nega à vítima o acesso a dinheiro ou, mesmo, a bens de necessidade básica; - Inclui atos de controlo da alimentação, da higiene pessoal, dos meios de comunicação e, até mesmo, do controlo das idas ao supermercado ou outros estabelecimentos comerciais.
Fonte:	CIG, 2016; MANITA <i>et al.</i> , 2009
Violência Sexual	<ul style="list-style-type: none"> - Toda a forma de imposição de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima, recorrendo a ameaças e coação ou, muitas vezes, à força física para a obrigar; - Inclui a penetração forçada ou facilitada pela ingestão de álcool e/ou drogas, pressão para a penetração não desejada, toque intencional com carácter sexual; - Ocorre quando o agressor force ou coage a vítima a participar em atos sexuais com uma terceira pessoa.
Fonte:	BREIDING <i>et al.</i> , 2015; CIG, 2016; MANITA <i>et al.</i> , 2009

ANEXO II

Fatores explicativos da violência doméstica

Anexo II – Fatores explicativos da violência doméstica

Fator explicativo	Consequências
Desigualdade e abuso de poder	<ul style="list-style-type: none">- As relações entre sexos e entre gerações caracterizaram-se por um elevado desequilíbrio de poder;- Verifica-se uma elevada tolerância social para com abusos do chefe de família ou figura equiparada contra mulheres, crianças, jovens e idosos;- A maioria dos agressores é do sexo masculino ou possui uma relação assimétrica de poder com as vítimas;- Os abusos físicos e, mais raramente, os abusos sexuais de menores continuam a ser tolerados como sendo um direito que assiste ao chefe de família ou a figura.
Fonte:	SHERMAN <i>et al.</i> , 1992; BEECH e WARD, 2004; CORREIA, 2013.
Tensões e pressões socioeconómicas	<ul style="list-style-type: none">- Situações de maior privação económica, social, política ou cultural, tendem a resultar em tensões e conflitos a nível interpessoal, familiar, comunitário ou laboral.
Fonte:	COLE e GRAMAJO, 2009; FERREIRA, 2011.
Acontecimentos de vida adversos	<ul style="list-style-type: none">- A morte, a doença, a separação ou divórcio, o desemprego ou a quebra súbita de rendimentos constituem acontecimentos de vida stressantes que estão associados a uma maior probabilidade de atos de violência.
Fonte:	HOBSON <i>et al.</i> , 1998; LANGLANDS <i>et al.</i> , 2009.
Privação social (isolamento)	<ul style="list-style-type: none">- As famílias socialmente isoladas estão sujeitas a maiores tensões e pressões e são mais vulneráveis a abusos de poder interno.
Fonte:	BRANDT, 2000; BERGERON, 2008.
Tensões e pressões sobre os cuidadores	<ul style="list-style-type: none">- A necessidade de assegurar cuidados básicos e constantes aos membros mais frágeis de uma família (infantes, enfermos ou idosos) está associada a uma maior probabilidade de atos de violência sobre os mesmos;- As mulheres e raparigas continuam a ser sobrecarregadas com a prestação de cuidados básicos aos membros mais frágeis da família e o elevado stress daí decorrente pode traduzir-se em práticas de negligência ou em maus-tratos físicos ou psicológicos;- A pressão exercida sobre os cuidadores tende a ser mais elevada em famílias com baixos recursos ou socialmente isoladas, visto que a rede de suporte familiar ou social são fracas ou até mesmo inexistentes.
Fonte:	BRANDT, 2000; BERGERON, 2008.

Aprendizagem da violência	<ul style="list-style-type: none"> - As famílias que estimulam e recompensam ou toleram formas de resolução violenta dos seus problemas (familiares, profissionais ou sociais) ensinam os respetivos membros a recorrer à violência para resolver problemas, originando um ciclo de violência que se perpetua ao longo de gerações; - Dois em cada três agressores são oriundos de famílias violentas.
Fonte:	FAGAN, 2001; MCCLENNEN <i>et al.</i> , 2017.
Aprendizagem da sujeição à violência	<ul style="list-style-type: none"> - A maioria das vítimas é oriunda de famílias violentas e não raras vezes é incapaz de se reconhecer como vítima de um crime de violência doméstica; - As famílias que estimulam e recompensam ou toleram formas de resolução violenta dos seus problemas também ensinam os seus membros mais vulneráveis a tolerar a violência que sobre si é exercida, num ciclo de vitimação que se perpetua ao longo de gerações.
Fonte:	FAGAN, 2001; GADD <i>et al.</i> , 2002.
Perturbações da personalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Histórias de vida marcadas pela exposição à violência doméstica podem perturbar o desenvolvimento da personalidade e podem traduzir-se em dificuldades, tais como: de empatia e relacionamento interpessoal com adultos; de gestão de emoções básicas (ansiedade, medo, pânico); e de relacionamento não abusivo. - Histórias de vida marcadas pela sujeição à violência exercida por adultos podem traduzir-se por uma atração emocional e física por menores
Fonte:	COFFEY <i>et al.</i> , 1996; MARSHALL <i>et al.</i> , 2001.
Comportamentos aditivos	<ul style="list-style-type: none"> - O consumo abusivo de álcool ou de drogas está associado a cerca de metade dos casos de violência doméstica; - A conjugação entre desigualdade, aprendizagem da violência, acontecimentos de vida adversos, pressões sobre os cuidadores e comportamentos aditivos pode potenciar ou extremar a violência doméstica.
Fonte:	HOWARD <i>et al.</i> , 2010; GRAHAM <i>et al.</i> , 2011.
Desordens bio neuronais	<ul style="list-style-type: none"> - Cerca de 25 % dos detidos pela prática de crimes excecionalmente violentos, de natureza não sexual, apresenta lesões na área do lobo frontal, enquanto os detidos pela prática de crimes violentos de natureza sexual tendem a apresentar lesões na área dos lobos temporais.
Fonte:	BAGULEY <i>et al.</i> , 2006.
Doenças mentais	<ul style="list-style-type: none"> - Comportamentos violentos podem estar associados a desordens de personalidade, como a esquizofrenia ou a paranoia.
Fonte:	ARSENEAULT <i>et al.</i> , 2000.

ANEXO III

Motivações de (não) denúncia de vítimas de violência doméstica

Anexo III – Motivos que levam uma vítima a (não) denunciar situações de violência doméstica

Motivos que levam uma vítima a apresentar denúncia de violência doméstica	
<ul style="list-style-type: none"> - Términus do abuso; - Medo pela vida e segurança pessoal; - Agravamento da violência; - Cansaço relativamente à violência; - Decisão de abandonar a relação; - Medo sentido pela segurança dos filhos ou familiares; - Obter proteção imediata ou de curto prazo para si e, se os houver, para os seus filhos; - Obter ajuda e aconselhamento para o agressor. 	
Fonte:	GUERREIRO <i>et al.</i> , 2016; HUTCHISON, 2003; LEWIS <i>et al.</i> , 2000; NEVES e BRASIL, 2018.
Motivos que levam uma vítima a não apresentar denúncia de violência doméstica	
<ul style="list-style-type: none"> - Perceção de que o abuso é um assunto privado ou trivial; - Sentimentos de vergonha e de constrangimento; - Medo de retaliação do agressor e de escalada da violência; - Descrença na polícia e no sistema de justiça criminal; - Desejo de proteger o agressor; - Receio de afetar negativamente a família; - Dependência económica do agressor; - Preocupações com a privacidade; - Ser estigmatizado ou culpado pela situação de abuso; - Perda de moradia, cidadania e de benefícios públicos; - Envolvimento dos serviços de proteção de crianças; - Não prejudicar a relação das crianças com o agressor. 	
Fonte:	ABS, 2016; BARNETT, 2001; BIRDSEY e SNOWBALL, 2013; CIG, 2016; FELSON <i>et al.</i> , 2006; LEWIS <i>et al.</i> , 2000; MANITA <i>et al.</i> , 2009.

ANEXO IV

Dados estatísticos relativos à violência doméstica (2013-2018)

Anexo IV – Dados estatísticos relativos à violência doméstica (2013-2018)

Tabela 15 - Evolução do número de participações do crime de violência doméstica 2013-2018

	2013	2014			
	N.º de crimes registados	N.º de crimes registados	Peso relativo	Variação absoluta	Variação relativa
Criminalidade Total Participada	376403	351311	100,00%	-25092	-6,67%
Crimes Contra as Pessoas	84252	83207	23,68%	-1045	-1,24%
Crimes Contra a Integridade Física	55493	54580	15,54%	-913	-1,65%
Violência Doméstica	27353	27305	7,77%	-48	-0,18%
Contra cônjuges ou análogos	22930	22965	6,54%	35	0,15%
Contra menores	487	502	0,14%	15	3,08%
Outros crimes de violência doméstica	3936	3838	1,09%	-98	-2,49%

2015				2016			
N.º de crimes registados	Peso relativo	Variação absoluta	Variação relativa	N.º de crimes registados	Peso relativo	Variação absoluta	Variação relativa
356032	100,00%	4721	1,34%	330872	100,00%	-25160	-7,07%
81394	22,86%	-1813	-2,18%	80929	24,46%	-465	-0,57%
53139	14,93%	-1441	-2,64%	53034	16,03%	-105	-0,20%
26595	7,47%	-710	-2,60%	27005	8,16%	410	1,54%
22469	6,31%	-496	-2,16%	22773	6,88%	304	1,35%
475	0,13%	-27	-5,38%	470	0,14%	-5	-1,05%
3651	1,03%	-187	-4,87%	3762	1,14%	111	3,04%

2017				2018			
N.º de crimes registados	Peso relativo	Variação absoluta	Variação relativa	N.º de crimes registados	Peso relativo	Variação absoluta	Variação relativa
341950	100,00%	11078	3,35%	333233	100,00%	-8727	-2,55%
81901	23,95%	972	1,20%	81278	24,39%	-623	-0,76%
53280	15,58%	246	0,46%	52660	15,80%	-620	-1,16%
26713	7,81%	-292	-1,08%	26483	7,95%	-230	-0,86%
22599	6,61%	-174	-0,76%	22423	6,73%	-176	-0,78%
430	0,13%	-40	-8,51%	487	0,15%	57	13,26%
3684	1,08%	-78	-2,07%	3573	1,07%	-111	-3,01%

Fonte dos dados: Adaptado de DGPI (2019).

ANEXO V

Dados estatísticos relativos à atuação do GAIV

Anexo V – Dados estatísticos relativos à atuação do GAIV

Tabela 16 - Número de atendimentos efetuados pelo GAIV 2013-2018

Ano	Total n.º atendimentos	N.º atendimentos de Violência Doméstica		N.º Vítimas
			%	
2013	1114	1097	98,47%	1097
2014	1863	1740	93,40%	1740
2015	2506	2394	95,53%	1187
2016	2302	2230	96,87%	1130
2017	2311	2263	97,92%	1151
2018	2200	2146	97,55%	1082
Total	12296	11870	96,54%	7387

Fonte dos dados: Núcleo de Operações do COMETPOR.

Tabela 17 – Proveniência das vítimas GAIV 2013-2018

Ano	Diretamente GAIV	Esquadras	DIC	Turismo	CCC	DIAP
2013	975	99	1	0	18	3
2014	1371	205	2	0	194	11
2015	1841	184	2	0	249	14
2016	1767	210	3	0	221	2
2017	1784	187	5	8	218	3
2018	1664	158	2	2	276	0
Total	9402	1043	15	10	1176	33
%	76,46%	8,48%	0,12%	0,08%	9,56%	0,27%

Ano	Polícia Municipal	Polícia Judiciária	GNR	Estab. ensino	Autarquias
2013	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	1	0
2015	0	0	2	2	0
2016	0	0	0	1	3
2017	1	0	1	0	0
2018	1	1	0	0	0
Total	2	1	3	4	3
%	0,02%	0,01%	0,02%	0,03%	0,02%

Ano	Estruturas de Atendimento	Unidades Hospitalares	Total
2013	10	8	1114
2014	33	46	1863
2015	93	119	2506
2016	30	65	2302
2017	44	60	2311
2018	36	60	2200
Total	246	358	12296
%	2,00%	2,91%	100%

Fonte dos dados: Núcleo de Operações do COMETPOR.

Tabela 18 – Número de atendimentos efetuados pelas subunidades policiais da cidade do Porto 2013-2018

Ano	1.ª Divisão		2.ª Divisão		3.ª Divisão	
	N.º atendimentos	N.º Vítimas	N.º atendimentos	N.º Vítimas	N.º atendimentos	N.º Vítimas
2013	130	127	123	111	162	156
2014	111	110	98	96	67	66
2015	91	90	79	80	99	88
2016	102	71	90	52	118	96
2017	79	54	118	59	138	79
2018	74	42	109	42	115	44
Total	587	494	617	440	699	529

Ano	DIC		Trânsito		Turismo	
	N.º atendimentos	N.º Vítimas	N.º atendimentos	N.º Vítimas	N.º atendimentos	N.º Vítimas
2013	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0
2016	1	1	1	1	2	2
2017	1	1	0	0	0	0
2018	0	0	1	1	0	0
Total	2	2	2	2	2	2

Ano	Total	
	N.º atendimentos	N.º Vítimas
2013	415	394
2014	276	272
2015	269	258
2016	314	223
2017	336	193
2018	299	129
Total	1909	1469

Fonte dos dados: Núcleo de Operações do COMETPOR.

Tabela 19 – Acompanhamentos GAIV 2013-2018

Ano	Presencial	Telefónico
2013	161	911
2014	1092	4706
2015	1495	3738
2016	2158	3277
2017	1683	2947
2018	1175	2878
Total	7764	18457
	26221	

Fonte dos dados: Núcleo de Operações do COMETPOR.

Tabela 20 – Encaminhamentos GAIV 2013-2018

Ano	Linha Emergência Social "144"	Casas Abrigo	Total
2013	37	0	37
2014	29	9	38
2015	32	29	61
2016	44	40	84
2017	27	51	78
2018	28	54	82
Total	197	183	380

Encaminhamentos para Casas abrigo		
Ano	Vítimas	Crianças
2013	0	0
2014	9	0
2015	29	0
2016	39	1
2017	33	18
2018	36	18
Total	146	37
	183	

Fonte dos dados: Núcleo de Operações do COMETPOR.

Tabela 21 – Aparelhos de teleassistência GAIV 2013-2019

Ano	Atribuídas	Cessação						
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
2013	13	8	5					
2014	17		6	10		1		
2015	31			8	15	3	3	
2016	27				7	12	2	1
2017	37					9	8	2
2018	30						6	
2019 (até 13 de março)	4							
	159							

Ano	Mudança Focal Point (fora concelho do Porto)							Ativas
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
2013								0
2014								0
2015								2
2016				1				4
2017					2			16
2018						2		22
2019 (até 13 de março)								4
								48

Fonte dos dados: Núcleo de Operações do COMETPOR.

Tabela 22 – Carro Patrulha GAIV 2013-2018

Ano	N.º de ocorrências de acionamento	N.º diligências cumpridas
2013	165	428
2014	478	988
2015	344	1422
2016	283	1290
2017	221	839
2018	195	342
Total	1686	5309
	6995	

Fonte dos dados: Núcleo de Operações do COMETPOR.

ANEXO VI

Dados estatísticos relativos à atuação da EEIV

Anexo VI – Dados estatísticos relativos à atuação da EEIV

Tabela 23 – Atuação EEIV 2013-2018

I n d i c a d o r		2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Número de Processos iniciados		1068	1440	1927	1834	1496	1604	9369
Número de Processos concluídos	Proposta de arquivamento							0
	Proposta de acusação	1274	1267	1902	1830	1503	1715	9491
Número de arguidos interrogados		458	539	761	729	613	541	3641
Número de testemunhas inquiridas			378	270	412	198	284	1542
Número de vítimas inquiridas	Maiores de idade	458	539	761	729	613	541	3641
	Menores de idade							
Número de detenções realizadas em flagrante de delito		6	0	0	2	1	2	11
Mandados de detenção solicitados à autoridade judiciária		64	147	105	100	112	137	665
Mandados de detenção promovidos pela autoridade judiciária		64	147	105	100	112	137	665
Mandados de detenção por nós cumpridos		64	147	105	100	112	137	665
Número de detenções realizadas fora do flagrante de delito (A.P.C.)		1	1	2	2	0	1	7
Mandados de busca domiciliária solicitados à autoridade judiciária		40	33	28	27	22	29	179
Mandados de busca domiciliária promovidos pela autoridade judiciária		22	12	32	16	21	33	136
Mandados de busca domiciliária por nós cumpridos		62	45	60	43	43	62	315
Mandados de busca não domiciliária solicitados à autoridade judiciária								0
Mandados de busca não domiciliária promovidos pela autoridade judiciária								0
Mandados de busca não domiciliária por nós cumpridos								0
Medidas de coação aplicadas aos arguidos	TIR	0	9	9	7	9	7	41
	Apresentações	0	16	6	5	3	4	34
	Domiciliária	0	2	1	0	1	0	4
	Preventiva	8	8	1	8	6	13	44
Medidas de segurança e proteção aplicadas às vítimas		63	113	90	84	94	116	560

Fonte dos dados: Núcleo de Operações do COMETPOR.

APÊNDICE I

Entrevistas

ENTREVISTA AO SUPERINTENDENTE-CHEFE PAULO MANUEL PEREIRA LUCAS

Entrevistado: PAULO MANUEL PEREIRA LUCAS

Local: Porto – via correio eletrónico

Data: 29 de janeiro de 2019

Posto: Superintendente-chefe da Polícia de Segurança Pública

Cargo: Comandante do Comando Metropolitano do Porto

Idade: 52

Habilitações Literárias: Licenciatura em Ciências Policiais

1. Considera a violência doméstica um desafio à segurança? Se sim, de que forma?

Superintendente-chefe PAULO LUCAS: A violência doméstica, mais que um fenómeno criminal e um desafio à segurança, constitui um problema e desafio para toda a sociedade, para o Estado, as instituições oficiais e particulares e os cidadãos que, tanto nos domínios da prevenção, como da denúncia, da reação e minimização de danos, têm alguma intervenção ou possibilidade de intervenção no fenómeno.

Enquanto fenómeno criminal, a sua expressão é extremamente elevada e preocupante (bastando para o efeito consultar o RASI 2017 - <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>), merecendo também por essa razão uma particular atenção por parte de todos os “atores” com intervenção nos domínios da prevenção social e situacional, da repressão e controlo criminal e da proteção da vítima.

Os “atores” da segurança (entendidos nos termos da Lei de Segurança Interna), pelo facto de intervirem em todos estes domínios, possuem responsabilidades acrescidas no combate ao fenómeno, sem prejuízo da imperiosidade do modelo de resposta implicar uma abordagem holística e multidisciplinar, mas igualmente estruturada e com o Estado a assumir o “papel” preponderante e centralizador.

Por outro lado, os impactos desta realidade nas vítimas, na vida em sociedade e na comunidade em geral são de tal forma gravosos e com consequências na segurança, ordem e tranquilidade públicas o que, de per si, traduz uma preocupação e desafio adicional para a segurança.

2. Qual a sua opinião sobre a atuação da PSP relativamente à violência doméstica?

Superintendente-chefe PAULO LUCAS: Neste domínio, como noutros, a atuação da PSP tende a ser muito díspar, apesar de a considerar globalmente positiva, particularmente quando analisada no contexto global de intervenção das demais entidades públicas e privadas.

Existe consciência do problema, existe formação específica, existem algumas estruturas vocacionadas especificamente para esta problemática em diversos patamares de intervenção que vão desde a prevenção social, à denúncia das situações, à avaliação do risco, à adoção de medidas de proteção e acompanhamento da vítima ou de afastamento do agressor, implementação de medidas de redução/eliminação das fontes de perigo, colaboração com o Ministério Público no domínio da processo-crime.

O principal elemento que vem condicionando a nossa atuação e que potencia a existência de intervenções menos conseguidas, prende-se com a impossibilidade de assegurarmos a existência, H24 e em todas os Comandos, Divisões e Esquadras Destacadas, de estruturas especializadas e dedicadas exclusivamente à gestão integrada e célere (denúncia, avaliação inicial e reavaliações, estatuto de vítima, plano de segurança e implementação de medidas sobre vítimas e agressor, articulação com o Ministério Público, INML, Instituições de Saúde, Segurança Social, APAV, e outras entidades, adoção de medidas urgentes, investigação criminal), de todas as situações sinalizadas. Nalgumas Subunidades ou em determinados períodos do dia/semana, a situação inicial é sinalizada por elemento do patrulhamento auto, MIPP ou Graduado de Serviço e a intervenção da PSP resume-se, no imediato, à formalização do Auto de Notícia/Denúncia Padronizado por Violência Doméstica, ficando “pendentes”, ou dependentes de intervenção posterior do Ministério Público ou da estrutura de Comando da Subunidade.

3. Considera importante a existência de estruturas e polícias especializados em matéria de violência doméstica?

Superintendente-chefe PAULO LUCAS: É evidente que a existência de estruturas e polícias especializados e, sempre que possível, dedicadas em exclusivo à temática da violência doméstica é importante e, nalguns casos, decisiva para um bom desenrolar e conclusão do processo.

Porém, neste como noutros domínios de intervenção da PSP, a questão pertinente é saber quais áreas que carecem de estruturas e recurso humanos especializados e quais as capacidades efetivas que temos em criar e manter essas estruturas e recursos.

Quando os recursos são escassos e insuficientes para gerir devidamente todas as atribuições e responsabilidades legais, é imprescindível fazer opções estratégicas tendo sempre presente o facto das “áreas de negócio” que apenas as polícias podem desenvolver terem de ser prioritárias, deixando para um segundo ou terceiro nível as realidades que, não obstante serem igualmente graves, são áreas partilhadas ou da responsabilidade primária de outras entidades públicas.

A especialização afigura-se essencial em várias áreas de intervenção policial, não apenas neste domínio, mas tem custos significativos associados, particularmente ao nível da gestão global dos recursos (humanos e logísticos).

4. Considera necessário que as estruturas especializadas de polícia em matéria de violência doméstica estejam integradas num programa mais amplo com várias parcerias?

Superintendente-chefe PAULO LUCAS: Idealmente, esse deveria ser o modelo e a realidade deste Comando, nomeadamente a avaliação do trabalho que vem sendo realizado pelo Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima do Porto (GAIV), no âmbito do programa “Um Passo Mais”, evidencia a mais-valia de uma gestão integral e transversal, tanto ao nível da prevenção, como da reação ao fenómeno.

O problema, tal como noutras temáticas igualmente relevantes (exemplo as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens), subsiste na inexistência de recursos por parte de todos os intervenientes com responsabilidade primárias ou secundárias que possibilitem a sua alocação aos programas e parcerias.

Na atual conjuntura, é cada vez mais difícil a PSP manter a sua participação e responsabilidades nas atuais parcerias e estruturas vocacionadas para a temática. Defender uma maior integração das nossas estruturas afetas a esta matéria em programas e parcerias é uma estratégia acertada, mas importa salvaguardar primeiro a capacidade para realizarmos o nível de desempenho que nos é exetável. Por outro lado, importa salvaguardar devidamente, mais do que as atribuições, as responsabilidades de todos os parceiros, sob pena da eficiência e eficácia do modelo poderem ficar comprometidas, não obstante “custos” elevados para alguns dos participantes.

5. Na sua opinião, quais são os principais impactos do programa “Um Passo Mais” na cidade do Porto?

Superintendente-chefe PAULO LUCAS: Sobre esse aspeto em particular, até porque o meu conhecimento do programa é ainda limitado, entendo mais adequado referenciar as Conclusões apresentadas no relatório de 2017 – Avaliação Científica do Programa “Um Passo Mais” - relativo ao trabalho desenvolvido pelos Professores Jorge Quintas e Pedro Sousa do Centro de Investigação Interdisciplinar da Escola de Criminologia – Crime, Justiça e Segurança, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. <https://www.pgdporto.pt/proc-web/AttachmentViewerServlet?id=2115>

6. Considera que as estruturas especializadas de polícias em matéria de violência doméstica do Comando Metropolitano do Porto são as adequadas para o atendimento e acompanhamento das vítimas e para a investigação criminal do crime de violência doméstica?

Superintendente-chefe PAULO LUCAS: A realidade do Comando Metropolitano do Porto, no que relativo ao atendimento, acompanhamento, proteção, encaminhamento e investigação crimes envolvendo cenários de violência doméstica é significativamente dissemelhante em função da data/hora/local em que o incidente seja noticiado/denunciado, sendo que essa disparidade não depende exclusivamente das capacidades e estruturas da PSP, mas igualmente das capacidades e opções de entidades externas, particularmente do Ministério Público.

As situações noticiadas/denunciadas no GAIV do Porto tendem a ser processadas de forma mais competente e eficiente, particularmente quando o Ministério Público competente é o DIAP do Porto e os procedimentos subsequentes, ao nível policial, particularmente da DIC, têm por suporte as avaliações e reavaliações do risco e não uma estratégia meramente processual de delegação de diligências do inquérito na PSP.

Mais do que desenvolver novas estruturas como GAIV do Porto para as realidades dos DIAP de Matosinhos e Gaia, fará sentido avaliar as razões por que, na generalidade dos casos, a articulação da PSP com o Ministério Público e demais entidades, nomeadamente as com responsabilidades ao nível do acolhimento e proteção da vítima, não traduz os níveis de eficiência expetáveis.

7. Quais são os principais objetivos e desafios do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima?

Superintendente-chefe PAULO LUCAS: A questão é pertinente, mas o facto de estar apenas há quatro meses a comandar este Comando e de não conhecer a fundo a realidade do GAIV, desaconselham a produção da análise pretendida.

8. Quais são os principais objetivos e desafios da equipa especializada na investigação de crimes de violência doméstica da Divisão de Investigação Criminal do Comando Metropolitano do Porto?

Superintendente-chefe PAULO LUCAS: Pelo mesmo motivo referido na resposta à questão anterior, e particularmente por se tratar de uma apreciação muito técnica, entendo não estar em condições de acrescentar valor com a minha análise.

9. Considera pertinente a implementação de um programa semelhante ao programa “Um Passo Mais” em outras cidades de Portugal?

Superintendente-chefe PAULO LUCAS: Face aos elementos que disponho e admitindo que as realidades possam ser semelhantes à da cidade do Porto, considero ser um modelo a replicar noutras cidades, desde que os atores locais, particularmente o Ministério Público e as demais autoridades, particularmente a PSP ou GNR, disponham de recursos para esse fim.

ENTREVISTA AO COMISSÁRIO MARCO FILIPE CORREIA DE ALMEIDA

Entrevistado: MARCO FILIPE CORREIA DE ALMEIDA

Local: Porto

Data: 7 de fevereiro de 2019

Posto: Comissário da Polícia de Segurança Pública

Cargo: Chefe do Núcleo de Operações do Comando Metropolitano do Porto

Idade: 35

Habilitações Literárias: Licenciatura em Ciências Policiais

1. Considera a violência doméstica um desafio à segurança? Se sim, de que forma?

Comissário MARCO ALMEIDA: Sim, considero a violência doméstica um desafio atual e futuro relativamente às políticas de segurança e relativamente aquilo que são as missões e atribuições dos tribunais, do Ministério Público, das forças de segurança e da Polícia. Considero que é um desafio, porque estamos a falar de um problema, de um flagelo que ainda está longe de estar debelado e que apresenta contornos e características multifatoriais. Há muitos fatores que interferem na violência doméstica que dificultam a atuação das forças de segurança e da Polícia, o que, naturalmente, traz desafios atuais e também no futuro esses desafios estarão sempre presentes.

Este desafio também se deve prender ao nível de formação de todos os polícias. O desafio do conhecimento de novos métodos de abordagem, de avaliação de risco e de interação com as vítimas também é aqui um desafio para o presente e para o futuro.

Outro desafio que também identifico aqui para o presente e para o futuro é a captação e desenvolvimento de parcerias e de parceiros que complementem a intervenção policial porque, de facto, a atuação policial, o atendimento à vítima, por si só, muitas vezes não chega. No entanto, cada um deve atuar no seu domínio. Há um conjunto de outras necessidades que a vítima apresenta que carecem de ser trabalhados por técnicos e por interventores muito específicos. E se nós queremos fazer um atendimento à vítima completo, verdadeiramente holístico no âmbito daquilo que é a vítima, temos de estar bem sintonizados, bem articulados com os demais interventores sociais e institucionais nesta matéria. E isto em si também constitui um desafio para o presente e para o futuro, na minha opinião.

2. Qual a sua opinião sobre a atuação da PSP relativamente à violência doméstica?

Comissário MARCO ALMEIDA: A atuação da PSP é de um órgão de polícia criminal em primeira linha e, por vezes, a opinião pública e a sociedade em geral esquecem um pouco isto, deve ser muito especial, muito atenta e muito célere face a determinados momentos críticos. E aqui falamos naturalmente da resposta policial ao crime de violência doméstica. E esta, parece-me a mim que só pode acontecer ou, por princípio, deve acontecer através de todo o dispositivo policial que existe em toda a área de responsabilidade da PSP, portanto, através dos carros patrulha e das demais valências policiais. É uma resposta que tem de ser o mais célere possível, o mais eficiente possível e sempre no sentido de evitar males maiores, de evitar agressões à vítima e à família. Nalguns casos, quando a lei o prevê, deter o agressor. Neste sentido, a atuação da polícia em primeira linha deve ser uma atuação direcionada para momentos mais críticos, momentos mais perigosos e isso, em si mesmo, envolve toda a estrutura policial, como envolve para outros tipos de ilícitos criminais. E claro que é fundamental que todos os polícias sejam conhecedores do Manual de Policiamento de Violência Doméstica, das regras específicas que se aplicam ao crime de violência doméstica e das boas práticas. Mas também é fundamental que respondam de forma célere sempre que uma vítima está em perigo, sempre que mediante uma avaliação de risco são identificados momentos críticos como, por exemplo, quando a vítima informa que se vai separar do marido ou do companheiro ou da companheira e informa a Polícia que lhe vai comunicar. Portanto, esse é um momento crítico em que toda a estrutura policial, toda a resposta policial deve ser muito particular e muito atenta. Este é um do lado da equação.

O outro lado da equação, que devem estar aqui muito interligados tem a ver com o atendimento e a resposta, propriamente dita, ao crime de violência doméstica. E de facto, nesta vertente, deste lado da equação, o caminho só pode ser o de termos polícias especializados e treinados para lidar com este crime e com este tipo de criminalidade com características e especificidades muito próprias e com procedimentos todos eles cada vez mais sistematizados e validados do ponto de vista científico. Deste lado da equação, do atendimento, da monitorização e da avaliação do risco a atuação da PSP deve ser uma atuação especializada, uma atuação mais de retaguarda, de *backoffice* e não tanto de terreno. Isto é, na tranquilidade de um gabinete de atendimento, junto da vítima e de outras instituições que também intervêm com determinada vítima, de forma a desenvolver as medidas e as estratégias que sejam mais adequadas para a sua proteção, para o

desenvolvimento do processo de investigação criminal e do processo judicial que depois poderá daí decorrer.

3. Considera importante a existência de estruturas e polícias especializados em matéria de violência doméstica?

Comissário MARCO ALMEIDA: De facto, não só considero importante como acho fundamental. Com o estado da arte atual relativamente ao policiamento da violência doméstica, às boas práticas, ao trabalho muito peculiar com este tipo de criminalidade, o fator conhecimento e resiliência são fundamentais para que o atendimento e o acompanhamento sejam eficientes. O fator conhecimento é fundamental. Atualmente existe um Manual de Policiamento de Violência Doméstica desenvolvido pelo MAI e pelas forças de segurança, um manual de aplicação da ficha de avaliação de risco, e tudo isto implica conhecimento suplementar. Portanto, aqui a especialização é fundamental.

Mas ainda vou mais longe: mais do que a especialização é preciso polícias dedicados. E isto significa que estes polícias estejam afetos em exclusividade ou com capacidade de disponibilizarem tempo, disponibilizarem empatia e outras vertentes que são aqui fundamentais, para seja recebida uma boa denúncia, para que seja produzido um bom expediente, para que o Ministério Público tenha boa matéria prima para trabalhar. E isto alcança-se, penso eu, com polícias dedicados, em primeiro lugar, especializados e depois, naturalmente, tudo isto complementado com o policiamento tradicional e reativo da Polícia, para reagir a momentos e situações críticas.

Portanto, eu penso que este é efetivamente o caminho, porque a mera e tradicional lógica de atender uma vítima de violência doméstica e encaminhar a sua denúncia para o Ministério Público e esperar que alguma coisa de boa aconteça em termos institucionais, por si só, para este tipo de crime em concreto, não chega e não chegará no futuro.

4. Considera necessário que as estruturas especializadas de polícia em matéria de violência doméstica estejam integradas num programa mais amplo com várias parcerias?

Comissário MARCO ALMEIDA: Sim, considero que de facto é fundamental. É importante que exista uma interligação efetiva e não uma ligação aparente. Toda a gente fala que tem parcerias e em desenvolver parcerias, mas depois muitas das vezes o objeto central da parceria não se sente no dia-a-dia, no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas. Se

efetivamente esta interligação das estruturas especializadas de polícia, do gabinete de atendimento e informação à vítima, das equipas especiais de investigação da DIC, tiverem caminhos, articulação e parceiros muito próximos e que estes canais estejam sistematizadas e sejam conhecidos, claro que é fundamental.

Mas eu diria que é fundamental segundo um panorama mais local do que propriamente estabelecer um programa demasiado rígido com um âmbito nacional e, muitas vezes, esquecendo as riquezas e as dinâmicas próprias de cada localidade. Portanto, é fundamental a Polícia estar aberta à implementação destes canais de parceira, tendo sempre como objetivo fundamental a melhoria da qualidade do atendimento e a complementaridade. Mas isto tem de ser explorado do ponto de vista local, porque é localmente que nós encontramos maior riqueza de parceiras e de recursos, claro que segundo linhas orientadoras e *guidelines* nacionais e definidas ao nível estratégico.

Portanto, em termos de um programa mais amplo, eu penso que neste momento e no atual estado de arte as coisas já estão neste patamar. Não me parece que haja intervenção institucional que atue de forma isolada e que não procure estabelecer parcerias institucionais, sempre com o objetivo de melhorar e complementar o atendimento.

Este é um desafio contínuo que, no nosso caso aqui do GAIV, procuramos incutir e estabelecer através de encontros e formações regulares em áreas e matérias específicas que, de facto, enriqueçam e permitam o empoderamento do atendimento praticado pelos nossos polícias. É um desafio constante, embora eu ache que, genericamente, nós país, nós instituições e nós Polícia de Segurança Pública, temos e estamos bem cientes disto e procuramos implementar estas parcerias, sempre no sentido de enriquecer e complementar a atuação policial.

5. Na sua opinião, quais são os principais impactos do programa “Um Passo Mais” na cidade do Porto?

Comissário MARCO ALMEIDA: Os impactos são vários. Eu começava por dizer que tem um impacto de liderança. A partir do momento que é um programa definido e implementado pelo Ministério Público, pelo DIAP do Porto e pela própria Procuradoria-Geral Distrital do Porto, e estando nós a falar do titular da ação penal que é o Ministério Público, desde logo tem aqui um impacto de liderança. De facto, isto é fundamental. Podemos ter muitos parceiros que concorrem de uma forma positiva para dar um atendimento mais eficiente às vítimas de violência doméstica, mas por vezes, se não tivermos uma voz de liderança, uma

voz e um parceiro que lidere tudo isto o programa não tem consequências positivas. E este é o parceiro mais adequado, porque estamos a falar de um problema que é criminalizado, que é o crime de violência doméstica, e naturalmente, na minha opinião, a primeira entidade a exercer um papel de liderança deve o ser o Ministério Público. Em particular no que diz respeito às questões de foro criminal, aos meios de prova, aos meios de proteção da vítima. Portanto, o primeiro impacto é a liderança.

Depois também podemos falar num outro impacto que é o envolvimento de toda a comunidade e de todas as instituições, que trabalham na cidade do Porto e não só. Podemos falar numa espécie de ancoragem relativamente a toda a zona geográfica envolvente aqui da cidade do Porto. Aqui é passada uma mensagem de boas práticas de articulação de trabalho sistematizado para toda esta zona e para todo o país. É passada também uma mensagem de informação geral, de chamar todos para a causa.

Ao nível mais do foro policial este programa é fundamental, porque, de facto, nós temos uma secção do DIAP do Porto dedicada e especializada. E, aplicando aqui a mesma lógica da Polícia, temos aqui Magistrados do Ministério Público dedicados e especializados nesta temática, com uma articulação muito próxima, quase umbilical, com a Polícia, com os agentes policiais também eles especializados. Portanto, estão mais próximos de nós e ouvem a opinião que é colhida no terreno e no momento do atendimento por parte da Polícia.

De facto, o impacto é todo ele extramente positivo. Eu sintetizaria este impacto como sendo um impacto de excelência, como sendo a cereja em cima do bolo, relativamente a uma intervenção no âmbito da violência doméstica que se quer eficiente, isto é, que efetivamente o crime reduza e que os efeitos do crime sejam atenuados. E tudo isto liderado pelo Ministério Público e por Magistrados do Ministério Público dedicados e especializados nesta área torna-se fundamental.

6. Quais são os principais objetivos e desafios do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima?

Comissário MARCO ALMEIDA: São muitos. Desde logo começava pelas questões associadas aos Agentes Policiais que diariamente trabalham e se dedicam a esta área muito específica da missão policial. De facto, os desafios são desde logo individuais e prendem-se com as dificuldades e os efeitos por vezes nefastos e negativos que lidar e trabalhar nesta área trazem para a vida particular e pessoal dos Agentes Policiais. Estes polícias são pessoas, têm uma vida particular e queremos que ela se desenvolva de forma a salutar e, de facto,

muitas vezes e nalguns casos, não é fácil. Ao final de algum tempo de trabalho neste tipo de matérias e, no Gabinete, os Agentes Policias podem atingir um ponto de saturação e podem mesmo entrar no designado síndrome de *burnout*. Nestes casos, de repente passamos a ter um polícia que acaba por ser uma vítima e refém do seu próprio trabalho e depois, se não está bem, acaba por não ter capacidades e condições de ser uma mais valia para os outros cidadãos e para trabalhar nesta área. Portanto, o primeiro desafio, e isto normalmente é uma área debatemos bastante com os polícias que trabalham no Gabinete, é a necessidade permanente de não entrarem em rotinas, de estabelecerem mecanismos de autodefesa e de distanciamento relativamente a todos os efeitos negativos associados a este tipo de criminalidade. E isto não é fácil, todos são pessoas, pais ou mães de família, e, muitas vezes, os problemas do trabalho e a dinâmica do trabalho acaba por se arrastar para a vida particular. Portanto, este é um dos principais desafios, porque, se nós não tivermos polícias dedicados e especializados neste Gabinete e que efetivamente façam a diferença, o Gabinete perde a sua eficiência e perde a sua capacidade de influenciar comportamentos das vítimas, dos agressores, das famílias e dos demais colegas de profissão. O Gabinete também tem esta vertente de servir de âncora e de ponto de partilha de experiência e de boas práticas com os restantes colegas do dispositivo policial. Neste sentido, este é o primeiro desafio relativamente ao Gabinete.

Depois há um desafio que é muito simples e que se sintetiza à procura de novos conhecimentos e de novas boas práticas. Desengane-se quem pensa que quem lida e trabalha o flagelo da violência doméstica já adquiriu todo o conhecimento e que não há mais nada para aprender. Há muito para aprender todos os dias, desde logo com as vítimas, com os agressores, com os contextos em que ocorrem os crimes, com as testemunhas. Mas depois também há para aprender em matérias de conhecimento por parte de algumas áreas científicas específicas.

Outro desafio que se coloca prende-se com a articulação com as demais esquadras e serviços da Polícia. As linhas orientadoras foram estabelecidas inicialmente, em 2013, aquando da implementação do Gabinete, e é um trabalho que se vai fazendo de modo a que as esquadras e, de uma maneira geral, todo o dispositivo do Comando do Porto não se desvincule do atendimento e da gestão de casos de violência doméstica. Porque, de facto, entregamos a gestão deste tipo de criminalidade e deste tipo de ocorrências exclusivamente a um Gabinete, mas, tal como todos os serviços, tem os seus limites em termos de disponibilidade. E, naturalmente, em casos pontuais, todos vão ser chamados a dar o seu contributo para gerir uma ocorrência ou gerir um atendimento. Portanto, não é só entregar as situações ao

Gabinete e as esquadras ficam sem os problemas. E este desafio da articulação interna com as demais valências da Polícia é um desafio para o Gabinete.

Também falando em valência internas é também um desafio para o Gabinete a articulação com a Divisão de Investigação Criminal e com as equipas que investigam este tipo de crime por delegação do Ministério Público. Também temos a articulação quando a investigação é efetuada pelo Ministério Público e, nesses casos, a articulação já tem de ser com os Magistrados do Ministério Público. Estas articulações existem, são efetivas e são fundamentais. Portanto, este também é um desafio futuro para o Gabinete.

E há sempre mais desafios, como por exemplo, o desafio do próprio grupo que trabalha no Gabinete em trabalhar os efeitos negativos da rotina. Mas, essencialmente, na minha perspetiva, estes são os principais desafios, os que gostava de destacar.

7. Quais são os principais objetivos e desafios da equipa especializada na investigação de crimes de violência doméstica da Divisão de Investigação Criminal do Comando Metropolitano do Porto?

Comissário MARCO ALMEIDA: São muito parecidos com os do Gabinete. O GAIV tem uma preocupação muita específica de melhorar a sua intervenção e a sua atuação no que diz respeito às vítimas. Já a Divisão de Investigação Criminal, através da sua equipa especializada, tem de desenvolver as mesmas preocupações e a mesma intervenção, em particular, relativamente ao agressor. Apesar de também ter uma intervenção com as vítimas do crime de violência doméstica, a dinâmica do Comando Metropolitano do Porto leva a que esta equipa especializada tenha uma preocupação muito mais concreta e também ela especializada relativamente ao agressor.

Relativamente à articulação com o DIAP e com o Ministério Público. Esta articulação entre Ministério Público e o Órgão de Polícia Criminal tem de ser uma simbiose perfeita. Neste aspeto, o braço de terreno do Ministério Público é a Polícia e é a Divisão de Investigação Criminal e, portanto, muitas diligências que auxiliam o inquérito e a investigação que é feita pelo Ministério Público tem de ser desenvolvida pela Divisão de Investigação Criminal. Surge aqui também o desafio de melhorar essa intervenção e, naturalmente, empregar critérios que tragam verdade à investigação e que tragam meios de prova sólidos, tal como noutros tipos de criminalidade.

Além de tudo isso, a Divisão de Investigação Criminal também tem um papel muito importante de propor ao Ministério Público, ao DIAP do Porto, determinadas medidas que tem de ser decididas pela autoridade judiciária competente em função da avaliação de risco

que é produzida pelos elementos policiais que atendem em primeira linha ou pelo GAIV nas reavaliações de risco que efetua. A avaliação de risco dá um resultado, mediante os seus parâmetros de avaliação, e nesta matéria a Divisão de Investigação Criminal tem um papel fundamental de reforçar as perceções do dispositivo da PSP junto do Ministério Público. Desta forma, possibilita também que o Ministério Público esteja devidamente documentado e instruído com todos os elementos de prova, todos os factos e todas as circunstâncias para que possam ser aplicadas medidas de coação ao agressor e medidas de proteção à vítima. Este é também um desafio, presente e futuro, para uma equipa de investigação criminal específica neste tipo de criminalidade.

Um outro desafio prende-se com a investigação dos crimes. Nesta criminalidade, tal como noutros tipos de criminalidade, há que saber e ter a preocupação de definir critérios de urgência, critérios de atuação e critérios de oportunidade relativamente aos tempos de investigação. Isto nos casos dos inquéritos que são delegados pelo Ministério Público para a PSP investigar. Neste sentido, é fundamental que a Divisão de Investigação Criminal receba todo o expediente produzido pelas demais valências do Comando Metropolitano e, depois, perceba que de facto há crimes que têm riscos e fatores de risco associados como mais graves e como mais sérios. Nestes casos, a investigação tem de ser o mais célere e o mais adequada possível e outros crimes poderão aguardar. O critério de urgência e de oportunidade da investigação em função daquilo que a PSP conhece, porque não estamos a falar daquilo que não é conhecido, que não está documentado no inquérito e que o conhecimento não chegou à Polícia, mas sim daquilo que está documentado nos autos, deve levar-nos a estabelecer critérios de priorização da investigação e de proposta da aplicação de medidas de coação ao agressor e de proteção à vítima.

8. Considera pertinente a implementação de um programa semelhante ao programa “Um Passo Mais” em outras cidades de Portugal?

Comissário MARCO ALMEIDA: Sim, claro que considero fundamental a implementação de programas desta natureza. E, mais do que ter grandes linhas programáticas a nível nacional, estes programas devem-se desenvolver em função da riqueza de recursos que existem em cada localidade e em cada cidade. Felizmente, Portugal tem diversos recursos, só que muitas vezes não são conhecidos, não se falam, não se articulam e não dão uma resposta adequada às necessidades da vítima e do crime de violência doméstica, porque tem que ser uma resposta que não coincida com o horário normal de expediente e de funcionamento normal

dos serviços. O crime de violência doméstica precisa de respostas institucionais e, se de facto queremos ir ao encontro da vítima, das suas necessidades e que estas não desistam de apresentar queixa, qualquer programa tem que se adaptar à realidade e, acima de tudo, ter preocupações com a disponibilidade de recursos ao final de tarde, ao início da noite e ao fim de semana. Por vezes, encontramos boas parcerias e até bons programas, mas que se limitam a dar uma resposta no horário do normal período de funcionamento das instituições e isto não é o mais adequado. Portanto, qualquer programa deverá ter em conta aquilo que são os indicadores do crime de violência doméstica conhecidos já há muitos anos no nosso país e, que não deixam margem para dúvidas, de que as vítimas recorrem ao sistema nesse período horário que referi e não tanto durante a manhã, que recorrem mais à segunda-feira do que noutros dias, que decidem apresentar denúncia num prazo muito curto a seguir ao ou aos episódios de violência e, neste sentido, isto é uma corrida contra o tempo em matéria de receber a vítima, salvaguardar meios de prova, produzir um bom expediente e boa matéria prima para o Ministério Público trabalhar. Qualquer programa que tenha na nossa génese parceiros institucionais que permitam dar respostas complementares, que se falem, que comuniquem, que disponibilizem os seus recursos, por poucos que sejam, e, se de facto houver essa simbiose de recursos, o programa, independentemente da designação, efetivamente funcionará e produzirá uma resposta de excelência para a violência doméstica. Terminava só a dizer que, para complementar essa simbiose de resposta, de forças e de recursos institucionais que possam existir noutras localidades, o programa deveria ter a vertente de reforçar e empoderar o papel das famílias. Por vezes, e foi o que acabei de fazer, fala-se em primeira linha das respostas institucionais e, muitas vezes, em termos de conforto, de acolhimento, de aconselhamento, de apoio, de salvaguarda, de preservação da vítima e dos filhos da vítima, o papel desempenhado pela família da vítima pode ser fundamental. Considero que este aspeto é importante e que, por exemplo, aqui no Porto, o envolvimento das famílias é um desafio para a Polícia, para o Gabinete e para a própria cidade do Porto. Continuamos a desenvolver recursos institucionais como casas abrigo e gabinetes de atendimento, e, por vezes, há respostas que surgem no seio da família, família essa que muitas vezes também já está num ponto de esgotamento e de descrença. O envolvimento da família é uma abordagem e uma ferramenta que deve ser desenvolvida tanto no Porto, aqui no caso concreto da cidade do Porto, como noutro programa qualquer. Na maior parte dos casos que chegam à Polícia, a família já se afastou do problema, já entrou em descrença, já não acredita e quando estamos neste ponto só há de facto margem para a intervenção institucional que, como sabemos, tem sempre a barreira da intimidade, uma vez que estamos

a falar de problemas de intimidade, do foro individual, do foro mais íntimo que possa existir, o que não facilita uma intervenção institucional mais eficiente. E quando a vítima tem dificuldade em narrar determinados factos e determinados acontecimentos o envolvimento da família torna-se num desafio para o Porto e para outras cidades. Em qualquer programa isto tem sido um pouco esquecido, porque mesmo a própria dinâmica legislativa e os recursos que existem do ponto de vista legal colocam o foco maioritariamente na vítima e também no agressor, mas em muito dependente da proação do Ministério Público, e o papel da família, do ponto de vista dos recursos legais, não tem sido muito sobrevalorizado, pelo contrário, tem sido subvalorizado.

ENTREVISTA AO CHEFE FERNANDO JORGE AFONSO RODRIGUES

Entrevistado: FERNANDO JORGE AFONSO RODRIGUES

Local: Porto

Data: 01 de fevereiro de 2019

Posto: Chefe da Polícia de Segurança Pública

Cargo: Coordenador do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima

Idade: 48

1. Considera a violência doméstica um desafio à segurança? Se sim, de que forma?

Chefe RODRIGUES: Sim, acaba por ser um desafio à segurança, porque, inevitavelmente, é um assunto dos tempos atuais. A segurança das pessoas estará sempre ligada à violência que eventualmente sofrem. Portanto, eu entendo que efetivamente a violência doméstica é um desafio ao qual a Polícia procura, inevitavelmente, dar a resposta adequada.

2. Qual a sua opinião sobre a atuação da PSP relativamente à violência doméstica?

Chefe RODRIGUES: A Polícia nos últimos tempos, isto é, de uns anos a esta parte, deu um salto significativo em termos da atuação perante este tipo de crime. Nos diversos seminários e colóquios que por vezes participo noto efetivamente que as outras instituições olham já para a Polícia como um modelo a seguir, quer na forma como é transmitida a notícia para as autoridades judiciais, quer para as diversas instituições que trabalham em articulação com a Polícia. E, essencialmente, as vítimas devolvem que efetivamente a Polícia atua hoje em dia de uma forma muito mais eficaz, de uma forma mais próxima e, acima de tudo, com mais e melhores profissionais cada vez mais dotados e com informação para transmitir às vítimas.

3. Considera importante a existência de estruturas e polícias especializados em matéria de violência doméstica?

Chefe RODRIGUES: Sim, inevitavelmente. Já tenho uns anos e antigamente passava um pouco o paradigma de que o polícia era quase como um médico de clínica geral e, se nós vemos nas outras profissões especializações, a Polícia só tem a ganhar em especializar elementos em determinadas matérias. E no que diz respeito à violência doméstica é inevitavelmente uma mais valia e uma aposta ganha ter na Polícia serviços e elementos especializados que, para além de serem elementos com especial formação e conhecimento

na área, são, acima de tudo, elementos sensibilizados para este tipo de crime. E isto faz toda a diferença depois na forma como intervêm diretamente com as vítimas, bem como no serviço após a receção da denúncia e acompanhamento que é feito com as vítimas de violência doméstica.

4. Considera necessário que as estruturas especializadas de polícia em matéria de violência doméstica estejam integradas num programa mais amplo com várias parcerias?

Chefe RODRIGUES: Sim, o programa que cada vez mais se procura é que cada um faça o seu serviço. E aqui é que por vezes são encontradas algumas dificuldades, é necessário transmitir às diversas instituições que intervêm nesta matéria e que trabalham de uma forma específica, de acordo com as suas especificidades e o seu trabalho, que não se deve misturar serviços. Porque, o que acontecia muitas vezes e eu cheguei a deparar com algumas situações, é que, por vezes, a Polícia estava a realizar serviços para os quais não deveriam de ser a Polícia a realizá-los, de carácter social, por vezes, e até mesmo de carácter psicológico, jurídico. E da nossa parte acho que temos acima de tudo é que estar bem informados para informar convenientemente as vítimas de forma a que possam socorrer das diversas instituições que existem. Por sua vez, essas instituições têm sim a obrigação de as ajudar, de colaborar e de ir ao encontro dos anseios que cada vítima tem. Trabalhando sempre em articulação e transmitindo o essencial que é necessário saber de cada instituição. É assim que a Polícia trabalha, nomeadamente aqui no Gabinete, em articulação com as diversas instituições, transmitindo os factos que são essenciais para a instituição poder intervir diretamente com aquela vítima.

5. Na sua opinião, quais são os principais impactos do programa “Um Passo Mais” na cidade do Porto?

Chefe RODRIGUES: O impacto essencial é que se notou efetivamente, e quando se anda por vezes fora da cidade do Porto, e como lhe digo às vezes em seminários que vou, é a articulação direta que existe aqui entre as instituições e nomeadamente com as instituições que intervêm logo de uma forma direta e imediata.

Falo aqui na intervenção e na atuação da Polícia, que é vista como uma mais valia ter um gabinete especializado e do qual fazem parte elementos com formação específica neste tipo de crime, e também nomeadamente com a questão do Ministério Público, onde se nota que existe uma abertura muito grande das senhoras procuradoras no sentido de procurar dar uma

resposta mais célere possível a qualquer situação que seja do conhecimento delas. Por isso é que o expediente é enviado no dia, muitas das vezes entregue em mão, ou, no máximo, no dia seguinte, estão na sua posse e temos os nossos processos aqui a serem resolvidos de uma forma muito célere e muito rápida.

6. Quais são os principais objetivos e desafios do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima?

Chefe RODRIGUES: Com a criação deste gabinete, o Comando do Porto foi mais além do que o próprio projeto que existia do Um Passo Mais. Inicialmente pretendia-se ter uma equipa ao dispor, isto é, a trabalhar muito próximo do Ministério Público de forma a que pudesse dar uma resposta imediata a situações de flagrante delito, para julgar os agressores em processo sumário. No entanto, o Comando Metropolitano do Porto teve uma visão mais abrangente e procurou criar dois serviços distintos dentro da própria instituição, isto é, um direcionado para intervir com a vítima, o GAIV, e um outro direcionado para intervir com os agressores, nomeadamente no cumprimento de mandados, de detenção fora de flagrante delito, mandados de busca, apreensão de armas, o qual se encontra sediado na nossa equipa de intervenção e investigação de violência doméstica na DIC.

E, portanto, o objetivo que o Comando teve, nomeadamente com a implementação do Gabinete foi procurar transmitir a notícia paras as diversas instituições, nomeadamente para o Ministério Público, de uma forma muito mais assertiva, de uma forma muito mais completa, de forma a que as senhoras procuradoras aquando do processo em mãos possam de uma forma célere e rápida determinar e aplicar determinadas medidas de coação ao agressor e de proteção à vítima. Com isso, procurou-se aqui uma exigência muito grande por parte dos elementos policiais que efetivamente se adaptassem e fossem sempre mais além do que o que é pedido, de forma a que a notícia seja transmitida com a qualidade que se espera e que a Polícia antigamente não o fazia, é inevitável. Hoje em dia, o feedback que nos é dado pelas autoridades judiciais é que transmitimos a informação de uma forma muito mais assertiva e com uma qualidade muito maior.

Ao mesmo tempo também procuramos intervir com as diversas instituições de uma forma bastante fácil e direta. Apesar de não existirem protocolos formais assinados, existem protocolos institucionais que se conhecem e temos aqui uma articulação muito eficaz.

Por último, e não menos importante, procuramos transmitir e dar a visão para o cidadão que nos procura que a Polícia é constituída por elementos profissionais com especial sensibilidade para lidar com este fenómeno, com estas situações, devidamente informados e

que ao longo do tempo vão acompanhando as vítimas, monitorizando o risco em que as mesmas se encontram, realizando as reavaliações de risco. Procuramos que as vítimas sintam que a Polícia efetua um serviço bastante eficaz.

No entanto, sabemos que efetivamente ainda há um longo caminho a percorrer, procuramos melhorar e por isso estamos sempre recetivos a sugestões que nos possam ser transmitidas nomeadamente por parte do Ministério Público. Como disse existe uma articulação muito próxima, isto é, o próprio expediente que é aqui elaborado vai ao encontro das exigências e ao que espera o Ministério Público. Para o efeito, até nos foi enviado um questionário de forma a que sejam desde logo, no primeiro momento, extraído o máximo de informação possível às vítimas sobre o que as autoridades judiciais entendem por essenciais e, portanto, tem sido conseguido de uma forma bastante eficaz.

Quanto a obstáculos e desafios que existem vão sendo ultrapassados. Temos tido a sorte de as diversas instituições que intervêm nestas matérias, sejam elas da área da saúde, da área que intervêm com crianças ou mesmo de apoio às vítimas, possuírem grande vontade em poder colaborar e articular. Portanto, tem sido um trabalho eficaz e satisfatório.

7. Em que consiste o atendimento especializado efetuado pelos polícias Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima?

Chefe RODRIGUES: O atendimento efetuado pelos elementos do GAIV é um atendimento que procura que uma vítima saia satisfeita com o trabalho que é feito pela Polícia. Para isso, os nossos elementos, para além da formação inicial que tiverem, têm ao longo do ano diversas ações de sensibilização e informação. Muitas vezes, socorremo-nos das instituições que articulam diretamente com o gabinete. Nós temos, durante o ano, ações com a área da saúde, com a área das crianças e com as instituições que prestam outro tipo de apoio. Desta forma, existe aqui uma simbiose, uma articulação e um conhecimento quer das próprias autoridades quer dos próprios elementos policiais. Porque estes elementos, conhecedores que são da exigência do serviço, procuram inevitavelmente acompanhar e, cada vez mais, estarem atentos e irem ao encontro dos anseios que as diversas instituições e, em particular, as vítimas esperam. Para tal, fazem um acompanhamento próximo, através de contactos regulares que são realizados com as vítimas, sejam eles pessoais ou telefónicos, monitorizando o risco que cada vítima está a correr e, desta forma, também transmitimos um sentimento de segurança, sendo reconhecido *à posteriori* por parte das vítimas uma satisfação enorme pelo trabalho que é feito pela Polícia.

8. Considera pertinente a implementação de um programa semelhante ao programa “Um Passo Mais” em outras cidades de Portugal?

Chefe RODRIGUES: Sim, claro que sim. Nós vemos que isto é uma mais valia. Inevitavelmente que a implementação deste programa e da forma como a Polícia hoje em dia é vista quer pelas autoridades judiciais, quer pelas outras instituições, como lhe disse há pouco, que intervém nesta matéria. E quer essencialmente pelas vítimas, porque é nelas que temos que pensar esta missão que qualquer elemento policial tem, que é, no fundo, tentar se colocar no lugar da vítima e perceber que qualquer vítima que procure um serviço de polícia, muitas vezes, quando o procura já falhou tudo, já falhou inclusivamente por vezes até a Polícia ou outra força policial, já falhou a família, já falharam os amigos, e vêm na Polícia uma tábua de salvação, que é a Polícia que vai resolver tudo.

Os elementos estão preparados para poder desde logo transmitir à vítima calma e gerir a situação da melhor forma e, acima de tudo, uma vítima depois de atendida por estes elementos sai devidamente informada, esclarecida e ciente de que foi atendida por um elemento com sensibilidade para o caso que estava a ser reportado e satisfeita pelo trabalho da Polícia.

É efetivamente um desafio que a Polícia tem e que seria uma mais valia se fosse implementado em todo o território nacional, não há dúvidas. Adaptado às circunstâncias de cada localidade, porque terá de sê-lo, inevitavelmente, mas acho que com isso só ganharíamos nós, Polícia, no sentido de podermos ter aqui uma atuação mais uniforme possível, independentemente do local onde a vítima possa estar. Até porque às vezes é um pouco incomodo nós ouvirmos determinadas situações quando estamos perante seminários ou *workshops* onde se transmitem que o trabalho das forças de segurança não é nada parecido com o que é feito aqui na cidade do Porto.

ENTREVISTA À COMISSÁRIO JOANA PATRÍCIA CARDOSO DOS REIS

Entrevistado: JOANA PATRÍCIA CARDOSO DOS REIS

Local: Lisboa

Data: 05 de fevereiro de 2019

Posto: Comissário da Polícia de Segurança Pública

Cargo: Chefe do Núcleo de Policiamento de Proximidade

Idade: 33

Habilitações Literárias: Licenciatura em Ciências Policiais

1. Considera a violência doméstica um desafio à segurança? Se sim, de que forma?

Comissário JOANA REIS: Sim, o crime de violência doméstica é sem dúvida um desafio à segurança, uma vez que é um crime que ocorre nos mais diferentes contextos, nos mais diferentes estatutos sociais, e, principalmente, porque é um fenómeno extremamente complexo que muitas das vezes não é perceptível num primeiro momento. A violência doméstica é um ciclo, com fases específicas que podem transmitir uma mensagem contraditória até, como a fase da acalmia ou a fase chamada de “lua de mel”, e não podemos olhar para aquela situação enquanto ocorrência isolada, mas enquadrá-la em todo um ciclo, um processo que a vítima nos apresenta, perceber os sinais. É muito desafiante para os polícias que diariamente lidam com este crime uma vez que a nossa tendência é essencialmente reativa, mas é preciso parar, olhar para o todo, dar espaço e condições para a vítima falar, e isso é sem dúvida um desafio.

2. Qual a sua opinião sobre a atuação da PSP relativamente à violência doméstica?

Comissário JOANA REIS: Penso que temos feito um caminho muito positivo, a nossa atuação tem sido cada vez melhor, cada vez mais preocupada, mais estruturada e suportada com conhecimento e sensibilização dos polícias. A gravidade, os contornos e as consequências deste crime levam sem dúvida, e cada vez mais, os polícias a olharem para a violência doméstica de forma diferente. Existe uma grande aposta na formação, informação e sensibilização, pelo que, na minha opinião, a nossa resposta tem sido cada vez melhor, mais concertada e mais direcionada.

3. Considera importante a existência de estruturas e polícias especializados em matéria de violência doméstica?

Comissário JOANA REIS: Sim, sem dúvida. Existem as equipas especiais de violência doméstica, para além das equipas de proximidade e apoio à vítima, que são polícias que, por se focarem na violência doméstica, acabam por ter a tal visão abrangente, acabam por ter outra sensibilidade e outras estratégias, quando olham para aquela vítima tentam perceber todo o processo, estão alerta para outros sinais, que a vítima até pode desvalorizar ou não ter noção de que são comportamentos errados, abusivos e uma forma de violência. Existem também as salas de apoio à vítima, num total de 152 salas, com características diferentes e pensadas no cuidado e atenção especial à vítima, com maior privacidade e conforto. Portanto, sim, são bastante importantes a especialização e a existência de estruturas, equipas e polícias que estejam mais atentos e mais direcionados para o crime de violência doméstica.

4. Considera necessário que as estruturas especializadas de polícia em matéria de violência doméstica estejam integradas num programa mais amplo com várias parcerias?

Comissário JOANA REIS: Não sei se no formato de programa rígido e individual, mas sim é sem dúvida essencial a existência de uma estrutura ou uma ligação, uma rede de contactos, muito próxima e de confiança, com os vários intervenientes em todo o processo, não só com o Ministério Público, mas também com as ONG's, estruturas de apoio, centros de saúde, entre outros. Penso que faria sentido, mas a nível local, porque os tribunais trabalham de formas muito diferentes, há instituições e associações de apoio que funcionam apenas localmente. Portanto, mais do que um programa amplo faria sentido uma rede local.

5. Considera pertinente a implementação de um programa semelhante ao programa “Um Passo Mais” em outras cidades de Portugal?

Comissário JOANA REIS: Sim, quer seja com a estrutura do programa Um Passo Mais, quer seja com um formato discutido e desenhado localmente, entre as pessoas, as instituições, que trabalhem a violência doméstica, adaptadas à realidade local, neste sentido, penso que sim, seria uma mais valia.

ENTREVISTA DIAP PORTO – 1ª SECÇÃO

Entrevistado: SANDRA GIL

Local: Porto

Data: 20 de fevereiro de 2019

Cargo: Procuradora Adjunta da 1.ª Secção do DIAP do Porto

Idade: 45

Habilitações Literárias: Licenciatura em Direito e frequência do Centro de Estudos Judiciários

1. A legislação portuguesa tem vindo a sofrer modificações ao longo dos últimos trinta anos. Qual a sua opinião sobre a evolução legislativa no domínio da violência doméstica?

Procuradora Adjunta SANDRA GIL: A evolução tem sido uma evolução positiva. Desde logo, a transformação da natureza do crime de natureza semipúblico para natureza pública e o enquadramento no crime de violência doméstica das relações de coabitação e das relações de namoro. Portanto, tem sido uma evolução claramente positiva.

2. Apesar da evolução registada, considera que o crime de violência doméstica ainda é relativamente impune na sociedade portuguesa?

Procuradora Adjunta SANDRA GIL: Sim, relativamente impune, se calhar até na medida em que mesmo que há punição a maior parte das penas traduzem-se em penas suspensas. E isto tem a ver essencialmente com a moldura penal, porque o crime de violência doméstica é punido com pena de prisão até cinco anos e, portanto, manda o nosso código de processo penal que até cinco anos a pena deve, de preferência, ser uma pena suspensa.

3. Na sua opinião quais os principais motivos para as elevadas taxas de arquivamento e reduzidas taxas de condenação nos processos de violência doméstica?

Procuradora Adjunta SANDRA GIL: As elevadas taxas de arquivamento prendem-se na sua maioria com a falta de colaboração das vítimas que se remetem ao silêncio. As reduzidas taxas de condenação prendem-se também com essa situação, porque muitas vezes aqui em

inquérito a vítima fala e conseguimos através das declarações, e muitas vezes temos somente as declarações das vítimas, porque não foram ao hospital, porque é um crime em que se passa no interior da residência, é um crime de domínio íntimo digamos assim e, portanto, mesmo que aqui a vítima fale pode sempre chegar a julgamento e remeter-se ao silêncio. Portanto, quer numa situação quer noutra, os principais motivos são coincidentes: o silêncio das vítimas.

4. Considera pertinente uma articulação coordenada entre várias instituições no decorrer de um processo de violência doméstica?

Procuradora Adjunta SANDRA GIL: Relativamente à articulação coordenada, sim, é muito importante. Nós temos protocolos com a PSP, com a Medicina Legal, com a APAV e toda essa coordenação é importante no sentido de dar uma abordagem rápida e conjunta às vítimas. Por exemplo, uma vítima que chega aqui incapaz em termos psicológicos prestar declarações por estar muito perturbada, podemos de imediato pedir a intervenção de uma técnica da APAV que se desloca aqui ao DIAP e faz uma abordagem prévia à vítima no sentido de a preparar, se não for nesse dia no dia seguinte, para depois vir relatar os factos de que foi vítima. Também quando a ofendida chega à PSP e se queixa é imediatamente encaminhada, no caso de apresentar lesões visíveis, no mais curto espaço de tempo para o Instituto de Medicina Legal para realizar perícia. E, toda essa recolha de prova quase no imediato é fundamental para que a investigação seja bem-sucedida.

5. Na sua opinião qual o papel das forças de segurança face ao fenómeno da violência doméstica? No caso concreto da cidade do Porto, considera que a criação, por parte do Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública, de um Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima e de uma equipa especializada na investigação de crimes de violência doméstica constitui um modelo de atuação eficaz na resposta à violência doméstica?

Procuradora Adjunta SANDRA GIL: O papel das forças de segurança é fundamental. Tanto mais que na cidade do Porto foi criada uma equipa especial de investigação na PSP que trabalha só com o DIAP do Porto, a equipa da PSP de violência doméstica, e foi criado também o GAIV, o Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima, que funciona desde há seis anos para cá. E as vítimas sabem que se podem dirigir à Polícia e ficam com o contacto

direto dos agentes depois de apresentarem queixa e, portanto, nesta medida é fundamental este papel nas forças de segurança. Não se cria nas ofendidas, e eu digo ofendidas porque são a maioria, aquela convicção de que vão à Polícia e que a partir daí nada acontece. Aliás, com alguma frequência elas são contactadas, é feita uma nova reavaliação de risco, são feitos planos de segurança para aquelas situações em que efetivamente se venha apurar que a vítima possa estar em perigo, são dadas dicas como por exemplo alterar o percurso e alterar os horários.

6. Como avalia a articulação entre o Comandando Metropolitano de Porto e o DIAP do Porto no que ao desenrolar do processo de violência doméstica diz respeito?

Procuradora Adjunta SANDRA GIL Avalio de forma claramente positiva a articulação entre o Comando e o DIAP do Porto. Dando-lhe um exemplo prático, quando temos uma situação considerada de risco elevado e tem de haver uma intervenção urgente, passamos mandados de detenção, a PSP vem buscar os mandados e, a maior parte das vezes, no próprio dia e, às vezes, passadas duas horas temos o suspeito detido para lhe ser aplicada uma medida de coação. Portanto, aqui tudo funciona muito bem.

7. Qual a percentagem de processos de violência doméstica cuja investigação foi delegada na equipa especializada na investigação de crimes de violência doméstica do Comando Metropolitano do Porto?

Procuradora Adjunta SANDRA GIL: Não lhe sei dizer a percentagem ao certo. A nossa forma de trabalhar é a seguinte, se nos vem um processo já com avaliação de risco elevado e se a ofendida já foi inquirida, o que fazemos é remeter de imediato para a PSP para recolha de prova no mais curto prazo possível, 24 ou 48 horas, em ordem a aplicar uma medida de coação. Em termos percentuais não lhe sei dizer. E depois há aquelas situações pontuais, como por exemplo quando é preciso ouvir uma testemunha que não se sabe exatamente quem é. Mas em termos de investigação delegada temos situações pontuais, porque por regra a investigação é feita aqui. A PSP intervém mais nas situações de apoio à vítima e nas detenções.

8. Quais as taxas de arquivamento, de acusação e de condenação dos processos de violência doméstica na cidade do Porto?

Procuradora Adjunta SANDRA GIL: Não sei dizer ao certo, mas as taxas de arquivamento são, seguramente, na ordem dos 80%.

9. Na sua opinião, quais são os principais impactos do programa “Um Passo Mais” na cidade do Porto?

Procuradora Adjunta SANDRA GIL: O principal impacto é que efetivamente a mensagem vai passando e já toda a gente sabe, nomeadamente os arguidos, os potenciais agressores, que há um projeto e que se praticarem um ato podem imediatamente serem detidos e presentes a julgamento em processo sumário ou para aplicação de medidas de coação. Neste sentido, a celeridade é também um dos principais impactos. Enquanto que antes, não obstante de o processo ter natureza urgente, havia a apresentação da queixa e o processo ia-se desenrolando, as coisas iam andando, agora a celeridade é evidente. A partir do momento em que é apresentada queixa, no prazo máximo de uma semana temos efetivada a aplicação das medidas de coação aos arguidos.

10. Considera pertinente a implementação de um programa semelhante ao programa “Um Passo Mais” em outras cidades de Portugal?

Procuradora Adjunta SANDRA GIL: Sim, acho que era importante. Aliás, algumas conferências onde tenho estado com entidades idênticas falam que no país a maior parte das vítimas são colocadas em casas abrigo e aqui na cidade do Porto isso não se verifica, porque é aplicada uma medida de coação e o arguido é que sai da residência. Tenho ideia de que este programa “Um Passo Mais” realmente deveria ser replicado, nessa medida em que efetivamente é capaz de proteger as vítimas. Não são as vítimas que têm de ir para as casas abrigo, os agressores é que têm de ser afastados, portanto têm de ser aplicadas medidas de coação.